



**SISTEMA DE INDICADORES PARA O RELATÓRIO SOBRE O ESTADO
DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE MAFRA**

ESTRATÉGIA PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

2.º REOT

2024

[ANEXO I]



ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO

2. SISTEMA DE INDICADORES – FICHAS DE MONITORIZAÇÃO

OBJETIVO 1 - SALVAGUARDA E PROMOÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL E CULTURAL



OBJETIVO 2 - CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA URBANO



OBJETIVO 3 - REDEFINIÇÃO DO MODELO DE OCUPAÇÃO ESPACIAL



OBJETIVO 4 - PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS



OBJETIVO 5 - CONSOLIDAÇÃO DAS ACESSIBILIDADES



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÍNDICE DE FIGURAS

Gráfico 1 – Superfície agrícola de regadio.....	14
Gráfico 2 – Metodologia de análise da área artificializada em solo urbano.....	17
Gráfico 3 – Resultado da aplicação da metodologia utilizada.	18
Gráfico 4 – Distribuição das áreas permeáveis em solo urbano.	18
Gráfico 5 – Distribuição das áreas impermeáveis em solo urbano.	19
Gráfico 6 – Áreas artificializadas em áreas de permeabilidade potencial (moderada e elevada).	21
Gráfico 7 – Aptidão de uso do solo (categorias A e B) em solo urbano artificializado e não artificializado [ha].	25
Gráfico 8 – Conectividade ao nível do solo.....	27
Gráfico 9 – Conectividade ao nível do copado.	27
Gráfico 10 – Percentagem do território referente ao serviço de ecossistema armazenamento de carbono potencial (regulação climática).	30
Gráfico 11 – Percentagem do território referente ao serviço de ecossistema qualidade dos habitats.....	30
Gráfico 12 - Percentagem do território referente ao serviço de ecossistema produção de água (regulação da seca).....	31
Gráfico 13 - Percentagem do território referente ao serviço de ecossistema retenção de hidrogénio (purificação da água).....	31
Gráfico 14 - Percentagem do território referente ao serviço de ecossistema retenção de sedimentos (prevenção da erosão).	32
Gráfico 15 - Percentagem do território referente ao serviço de ecossistema polinização de culturas.....	32
Gráfico 16 - Percentagem do território referente ao serviço de ecossistema áreas agrícolas (aprovisionamento alimentar).....	33
Gráfico 17 - Percentagem do território referente ao serviço de ecossistema recreação (lazer).	33
Gráfico 18 – Proporção de superfície das áreas classificadas (%).	35
Gráfico 19 – Investimento municipal para a proteção do meio ambiente e conservação da natureza.....	36
Gráfico 20 – Despesa do município para proteção do meio ambiente e conservação da natureza (€/habitante).	37
Gráfico 21 – Recuperação das galerias ripícolas.	38
Gráfico 22 –Florestas de meios naturais e seminaturais.	40
Gráfico 23 –Matos e vegetação herbácea espontânea.	40
Gráfico 24 – Proporção da superfície das massas de água com bom estado/potencial ecológico (%).	41
Gráfico 25 – Parcelsa de gestão de combustível (silvicultura preventiva e fogo controlado) (ha).....	43
Gráfico 26 – Limpeza de terrenos (N.º).....	43
Gráfico 27 – Superfície ardida(ha).....	44
Gráfico 28 – Área ocupada por eucalipto (ha).	45
Gráfico 29 – Ocorrências de Incêndios florestais (n.º).....	46
Gráfico 30 – Imóveis Classificados e em Vias de Classificação (N.º).....	47
Gráfico 31 – Recuperação de fachadas (N.º).....	48
Gráfico 32 – Investimento municipal para promoção do património cultural.....	49
Gráfico 33 – Percentagem de investimento municipal em promoção do património cultural face ao orçamento municipal.....	49
Gráfico 34 – Sítios arqueológicos alvo de medidas de valorização, proteção e conservação.....	50
Gráfico 35 – Edifícios de Habitação familiar clássica (N.º).....	52
Gráfico 36 – Dinâmica de reabilitação do edificado do Programa Municipal de Regeneração Urbana.....	53
Gráfico 37 – Estado de Conservação Geral do Edificado (2011) (%).	55
Gráfico 38 – Estado de Conservação Geral do Edificado (2021) (%).	55
Gráfico 39 – Alojamentos familiares clássicos (residência habitual) (2011-2021)(N.º).....	57
Gráfico 40 – Alojamentos familiares clássicos (residência secundária) (2011-2021)(N.º).....	57
Gráfico 41 – Alojamentos familiares clássicos (residência vagos) (2011-2021)(N.º).....	57
Gráfico 42 – Alojamentos familiares clássicos com residência habitual e existência de lugar de estacionamento ou garagem.....	58
Gráfico 43 – População residente, dos concelhos limítrofes.....	60

Gráfico 44 – Densidade populacional (N.º/ km ²) por Local de residência (NUTS - 2013), por concelhos limítrofes.....	61
Gráfico 45 – Compromissos urbanísticos, por tipo de alvará (N.º).....	62
Gráfico 46 – Espaços verdes urbanos per capita (m ² /hab).....	63
Gráfico 47 – Atividades económicas localizadas no corredor urbano central (N.º).....	64
Gráfico 48 – Taxa de execução do grupo 1 – Corredor Central (%).....	66
Gráfico 49 – Taxa de execução do grupo 2 – Consolidação da Rede Urbana Municipal (%).....	67
Gráfico 50 – Taxa de execução do grupo 3 – Áreas de Oportunidade (%).....	67
Gráfico 51 – Taxa de execução do grupo 4 – Compatibilização com as UOPG do POOC (%).....	68
Gráfico 52 – Superfície de solo urbano (perímetro urbano) (ha), por nível hierárquico. (Nível I, II e III).....	71
Gráfico 53 – Solo urbano, por categoria de espaços, em 2015 e 2023 (ha).....	71
Gráfico 54 – Solo urbano, por categoria de espaços, em 2015 (ha).....	72
Gráfico 55 – Solo urbano, por categoria de espaços, em 2023 (ha).....	72
Gráfico 56 – Áreas artificializadas e não artificializadas, por freguesia.....	74
Gráfico 57 – Áreas artificializadas e não artificializadas, por qualificação de solo urbano.....	75
Gráfico 58 – Áreas artificializadas e não artificializadas, por qualificação de solo urbano, por freguesia.....	78
Gráfico 59 – Solo urbanizável alterado para outra categoria (ha).....	79
Gráfico 60 – Solo urbano (áreas a estruturar) alterado para outra categoria (ha).....	80
Gráfico 61 – Solo urbanizável “infraestruturado”, por nível hierárquico.....	82
Gráfico 62 – Superfície de solo urbano em espaços de atividades económicas – áreas a estruturar (infraestruturado), por nível hierárquico (ha).....	84
Gráfico 63 – Superfície de solo urbano em espaços habitacionais – áreas a estruturar (infraestruturado), por nível hierárquico.....	84
Gráfico 64 – Superfície de solo urbanizável com compromissos urbanísticos, por nível hierárquico (ha).....	85
Gráfico 65 – Solo urbano a estruturar com compromissos urbanísticos, por nível hierárquico (ha).....	86
Gráfico 66 – Superfície de núcleos urbanos, em sede de freguesia, por nível hierárquico.....	88
Gráfico 67 – Superfície de núcleos urbanos, fora de sede de freguesia, em 2015, 2015/2023 e 2023 (ha).....	89
Gráfico 68 – Capacidade de acolhimento de habitantes, por núcleo, por nível de solo urbano.....	91
Gráfico 69 - Aglomerados Rurais (ha).....	92
Gráfico 70 – Capacidade de acolhimento de habitantes, por aglomerado rural.....	94
Gráfico 71 – Edificado disperso, fora de solo urbano, aglomerado rural e áreas de edificação dispersa, por freguesia (ha).....	95
Gráfico 72 – Edificado disperso, fora de solo urbano, em áreas de edificação dispersa, por freguesia (ha).....	96
Gráfico 73 – Superfície das áreas de edificação dispersa (ha).....	97
Gráfico 74 – Capacidade de acolhimento potencial de habitantes em áreas de edificação dispersa (N.º).....	99
Gráfico 75 - Superfície de espaços verdes, por nível hierárquico (ha).....	100
Gráfico 76 – Espaços Verdes urbanos (ha), por nível hierárquico.....	101
Gráfico 77 – Capacidade potencial de espaços verdes, por habitante (m ² /hab.).....	102
Gráfico 78 – Indústria em áreas de espaços afetos a atividades industriais (N.º).....	103
Gráfico 79 – Empresas por espaços de atividades económicas (áreas consolidadas) (N.º).....	104
Gráfico 80 – Empresas por espaços de atividades económicas (áreas a estruturar).....	105
Gráfico 81 – Capacidade de acolhimento potencial de empresas (em espaços de atividades económicas).....	107
Gráfico 82 – Ganhos médios mensais (€).....	109
Gráfico 83 – Ganhos médios mensais, por setor de atividade económica.....	110
Gráfico 84 – Empresas, por Atividade Económica (N.º).....	111
Gráfico 85 – Pessoal ao serviço, por Atividade Económica (N.º).....	112
Gráfico 86 – Valor Acrescentado Bruto das empresas por atividade económica (€).....	113
Gráfico 87 – Evolução das exportações de bens (€).....	114
Gráfico 88 – Evolução das Importações de bens (€).....	115
Gráfico 89 – Poder de Compra Per Capita.....	116
Gráfico 90 – População empregada, por sexo e atividade económica.....	117
Gráfico 91 – População empregada, por sexo e nível de escolaridade elevado completo.....	118
Gráfico 92 – População empregada, por local de trabalho ou estudo, por freguesia.....	119
Gráfico 93 – População empregada, por local de trabalho ou estudo, e por local de trabalho e estudo.....	120
Gráfico 94 – População desempregada (%), por freguesia e condição perante o trabalho (desempregado).....	121
Gráfico 95 – População desempregada, por sexo e condição perante o trabalho (desempregado).....	122
Gráfico 96 – População desempregada, por freguesia (2021) (%).	123
Gráfico 97 – População desempregada, por nível de escolaridade mais elevado completo (%).....	124
Gráfico 98 – População desempregada masculina, por nível de escolaridade mais elevado completo (%).....	124

Gráfico 99 – População desempregada feminina, por nível de escolaridade mais elevado completo (%).	125
Gráfico 100 – Estabelecimentos de alojamento turístico, por tipo.	126
Gráfico 101 – Capacidade de alojamento nos estabelecimentos de alojamento turístico por 1000 habitantes.	127
Gráfico 102 – Quartos em estabelecimentos de alojamento turístico por localização geográfica e tipo.	128
Gráfico 103 – Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico, por local de residência.....	129
Gráfico 104 – Estada média nos estabelecimentos de alojamento turístico.	130
Gráfico 105 – Hóspedes nos estabelecimentos de alojamento turístico.....	131
Gráfico 106 – Hóspedes por habitante nos estabelecimentos de alojamento turístico.	132
Gráfico 107 – Alojamento local, por freguesia.	133
Gráfico 108 – Alojamento local, por tipologia.	134
Gráfico 109 – Empreendimentos turísticos, por freguesia.	134
Gráfico 110 – Proporção da população residente empregada e estudante que utiliza transporte coletivo nas deslocações pendulares, por freguesia (Censos 2021) (%).	137
Gráfico 111 – Proporção da população residente empregada ou estudante que utiliza o modo pedonal nas deslocações pendulares, por freguesia (Censos 2021) (%).	138
Gráfico 112 – Proporção de população residente empregada ou estudante que utiliza o modo de transporte individual nas deslocações pendulares, por freguesia (Censos 2021) (%).	139
Gráfico 113 – Duração média (min.) despendida em cada movimento pendular (Censos 2021).....	140
Gráfico 114 – Movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante por local de residência (Censos 2021) (N.º).....	141
Gráfico 115 – Acessibilidade ao sistema de transporte público rodoviário (%).	144
Gráfico 116 –investimento do município na rede de transportes rodoviários (€).	145
Gráfico 117 – Vítimas de acidentes de viação (N.º).	146
Gráfico 118 - Acessibilidade a estabelecimentos comerciais e empresas pedonalmente por intervalos de 5 minutos.	148
Gráfico 119 – Percursos pedonais urbanos adaptados à inclusão de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.	149
Gráfico 120 – Estacionamentos públicos (Nível I e II).	151
Gráfico 121 –Postos de carregamento da rede de mobilidade elétrica.	152
Gráfico 122 –Investimento do município aplicado em medidas e infraestruturas rodoviárias para modos suaves.	153

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Massas de água superficiais	11
Tabela 2 – Extensão das massas de água superficiais segundo a classe de STRAHLER (CMM – 2019).	11
Tabela 3 - Extensão das massas de água superficiais segundo sua tipologia (CMM – 2019).	12
Tabela 4 – Área das massas de água superficiais dos polígonos identificados com água à superfície.	12
Tabela 5 - Superfície agrícola de regadio.....	13
Tabela 6 - Evolução da área agrícola no município de Mafra (2015, 2018, 2021).	14
Tabela 7 - Superfície agrícola de regadio.	14
Tabela 8 - Superfície regada das culturas agrícolas (ha) das explorações agrícolas por Localização geográfica (NUTS - 2013) no Município de Mafra	15
Tabela 9 - Superfície regada de culturas agrícolas (ha) das explorações agrícolas por tipo de rega utilizado, por Localização geográfica (NUTS - 2013) no Município de Mafra.	16
Tabela 10 – Espaços permeáveis em solo urbano.	17
Tabela 11 – Permeabilidade potencial moderada e elevada em solo urbano.	20
Tabela 12 – Área da RAN com agricultura.	22
Tabela 13 – Área agrícola em RAN para a COS, COSc e parcelário.....	23
Tabela 14 – Aptidão de uso do solo (categorias A e B) em solo urbano.	24
Tabela 15 – Conectividade ao nível do solo e do copado.....	26
Tabela 16 – Serviços de ecossistemas.	28
Tabela 17 – Proporção de Superfície das Áreas Classificadas.	34
Tabela 18 – Investimento municipal para a proteção do meio ambiente e conservação da natureza.	36
Tabela 19 – Recuperação das Galerias Ripícolas.....	38
Tabela 20 – Florestas e meios naturais e seminaturais.....	39
Tabela 21 –Proporção da superfície das massas de água com bom estado/potencial ecológico.	41
Tabela 22 – Operações de Silvicultura Preventiva.....	42
Tabela 23 - Operações de silvicultura preventiva.....	43
Tabela 24 –Superfície ardida.	44
Tabela 25 –Área ocupada por eucalipto.....	45
Tabela 26 –Ocorrências de incêndios florestais.	46
Tabela 27 – Imóveis Classificados e em Vias de Classificação.	47
Tabela 28 – Recuperação de Fachadas (MafraRequalifica).	48
Tabela 29 – Investimento municipal para a promoção do património cultural.....	49
Tabela 30 – Sítios arqueológicos alvo de medidas de valorização, proteção e conservação.	50
Tabela 31 – Edifícios de habitação familiar clássica.....	52
Tabela 32 – Dinâmica de Regeneração Urbana.....	53
Tabela 33 – Edifícios, por localização geográfica, Época de Construção e Estado de Conservação.	54
Tabela 34 – Alojamentos familiares clássicos (residência habitual, residência secundária e vagos).	56
Tabela 35 – Alojamentos familiares clássicos (com residência habitual e existência de lugar de estacionamento ou garagem).	58
Tabela 36 – Carências habitacionais.	59
Tabela 37 – População residente.	60
Tabela 38 – Densidade populacional.	61
Tabela 39 – Compromissos urbanísticos.	62
Tabela 40 – Espaços Verdes Urbanos per capita.	63
Tabela 41 – Atividades económicas localizadas no corredor urbano central.	64
Tabela 42 – Grau de desenvolvimento das UOPG.	65
Tabela 43 - Perímetro urbano, por nível hierárquico.	70
Tabela 44 - Perímetros urbanos (artificializado/não artificializado).	73
Tabela 45 - Solo urbanizável alterado para outra categoria.	79
Tabela 46 - Solo urbano (áreas a estruturar) alterado para outra categoria.	80
Tabela 47 - Superfície de solo urbanizável “infraestruturado”, por nível hierárquico.	81
Tabela 48 - Solo urbano a estruturar “infraestruturado”, por nível hierárquico.....	83
Tabela 49 - Solo urbanizável com compromissos urbanísticos, por nível hierárquico.....	85
Tabela 50 - Solo urbano a estruturar com compromissos urbanísticos, por nível hierárquico.	86
Tabela 51 -Superfície de núcleos urbanos em sede de freguesia, por nível hierárquico.	87
Tabela 52 -Superfície de núcleos urbanos fora de sede de freguesia, por nível hierárquico.	89

Tabela 53 –Capacidade de acolhimento de habitantes, por núcleo urbano, por nível hierárquico.....	90
Tabela 54 –Aglomerados rurais.....	92
Tabela 55 –Capacidade de acolhimento de habitantes, por aglomerado rural.	93
Tabela 56 – Edificado disperso, fora de solo urbano, aglomerado rural e áreas de edificação dispersa.....	95
Tabela 57 –Superfície das áreas de edificação dispersa.	97
Tabela 58 –Capacidade de acolhimento potencial de habitantes em áreas de edificação dispersa.	98
Tabela 59 –Superfície de espaços verdes, por nível hierárquico.....	100
Tabela 60 –Capacidade potencial de espaços verdes, por nível hierárquico, por freguesia.	101
Tabela 61 –Indústria em áreas de espaços afetos a atividades industriais.	103
Tabela 62 –Empresas por espaços de atividades económicas (áreas consolidadas).	104
Tabela 63 –Empresas por espaços de atividades económicas (áreas a estruturar).	105
Tabela 64 –Capacidade de acolhimento potencial de empresas (em espaços de atividades económicas).....	106
Tabela 65 – Ganho médio mensal.	109
Tabela 66 – Empresas, por atividade económica.	111
Tabela 67 – Pessoal ao serviço das empresas por atividade económica.	112
Tabela 68 – Valor acrescentado bruto das empresas por atividade económica.....	113
Tabela 69 – Exportações de bens.	114
Tabela 70 – Importações de bens.....	115
Tabela 71 – Poder de compra per capita.	116
Tabela 72 – População empregada, por sexo e atividade económica.	117
Tabela 73 – População empregada, por sexo e nível de escolaridade mais elevado completo.	118
Tabela 74 – População empregada, por local de trabalho ou estudo.....	119
Tabela 75 – População desempregada, por sexo e condição perante o trabalho.....	121
Tabela 76 – População desempregada, por sexo e nível de escolaridade mais completo.	123
Tabela 77 – Estabelecimentos de alojamento turístico, por tipo.....	126
Tabela 78 – Capacidade de alojamento nos estabelecimentos de alojamento turístico por 1000 habitantes. ..	127
Tabela 79 – Quartos em estabelecimentos de alojamento turístico por localização geográfica e tipo.	128
Tabela 80 – Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico.	129
Tabela 81 – Estada média nos estabelecimentos de alojamento turístico.	130
Tabela 82 – Hóspedes nos estabelecimentos de alojamento turístico por local de residência.	131
Tabela 83 – Hóspedes por habitante nos estabelecimentos de alojamento turístico.	132
Tabela 84 – Alojamento local e Empreendimentos Turísticos.....	133
Tabela 85 – Proporção da população residente empregada ou estudante que utiliza transporte coletivo nas deslocações pendulares, por freguesia.	137
Tabela 86 – Proporção da população residente empregada ou estudante que utiliza o modo pedonal nas deslocações pendulares, por freguesia.	138
Tabela 87 – Proporção da população residente empregada ou estudante que utiliza o modo de transporte individual nas deslocações pendulares, por freguesia.	139
Tabela 88 – Duração média dos movimentos pendulares (min.) da população residente empregada ou estudante que utiliza modo de transporte individual por local de residência.	140
Tabela 89 – Movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante por local de residência.	141
Tabela 90 – Acessibilidade ao sistema de transporte público rodoviário.	142
Tabela 91 – Ponderações atribuídas ao indicador declives.	142
Tabela 92 – Ponderações atribuídas ao indicador densidade das linhas de transporte público rodoviário considerando a respetiva frequência.	143
Tabela 93 – Ponderações atribuídas ao indicador proximidade às paragens.	143
Tabela 94 – Ponderações atribuídas ao indicador grupos etários.	143
Tabela 95 – Investimento do município na rede de Transportes Rodoviários.	145
Tabela 96 – Vítimas de acidentes de viação.	146
Tabela 97 – Distância a estabelecimentos comerciais e empresas.	147
Tabela 98 – Ponderações atribuídas ao indicador proximidade às paragens.	147
Tabela 99 – Percursos pedonais urbanos adaptados à inclusão de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.	149
Tabela 100 – Estacionamentos Públicos (Nível I e II).	150
Tabela 101 – Postos de carregamento da rede de mobilidade elétrica.	152
Tabela 102 – Investimento do município aplicado em medidas e infraestruturas rodoviárias para modos suaves.	153

SIGLAS E ACRÓNIMOS

CLC - CORINE LAND COVER

TP -TURISMO DE PORTUGAL

1. INTRODUÇÃO

O presente documento constitui a segunda **definição de um Sistema de Indicadores**, de modo a **monitorizar as dinâmicas territoriais, acompanhar o desempenho dos objetivos estratégicos do PDM e apoiar os processos de decisão de políticas e de planos de ação no âmbito do ordenamento do território, assim como definir uma estratégia para uma nova visão para a 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal**.

Com este Sistema de Indicadores pretende-se assegurar a recolha, o tratamento e a análise de um conjunto de dados que permita avaliar o estado do ordenamento do território de Mafra, detetar e medir a evolução ao longo da execução do PDM, sendo consubstanciando no 2.º Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT), em cumprimento do disposto no artigo 57.º da Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, e nos termos do definido no artigo 189.º do atual Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

Importa salientar que o **Sistema de Indicadores se encontra organizado através de Fichas de Monitorização**, para cada um dos indicadores selecionados e por objetivo estratégico do PDM.

Cada uma das fichas de monitorização é composta pelos seguintes dados: tabela síntese, descrição, contexto e relevância e resultados.

A estrutura da tabela síntese é composta pelos seguintes campos: linha estratégica, fonte, tipo de indicador, ano(s) de referência, periodicidade de monitorização, unidade de medida e data de atualização.

2. SISTEMA DE INDICADORES – FICHAS DE MONITORIZAÇÃO

Apresenta-se de seguida o sistema de indicadores, através de fichas de monitorização, por objetivo estratégico do PDM.

**OBJETIVO 1 - SALVAGUARDA E PROMOÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL E
CULTURAL**



INDICADOR 1.1: Massas de água superficiais

Designação:	Massas de água superficiais
Linha estratégica:	Salvaguarda do Recurso Água
Fonte(s):	CMM
Tipo de indicador:	Resultado
Ano(s) de referência dos dados:	2019
Periodicidade de monitorização:	-
Unidade de medida:	Km/ha
Data da última atualização:	outubro/2023

Tabela 1 – Massas de água superficiais.

Descrição:

O indicador massas de água superficiais, permite avaliar a o estado da arte do recurso água.

Contexto e relevância:

Assumir a gestão da água como premissa determinante para a fixação de população e das atividades económicas, para utilizações atuais e futuras, assume um fator determinante, para um correto ordenamento do território.

Metodologia:

Uma nota sobre a não utilização dos principais produtos cartográficos a nível nacional (COS e COSc) para a análise deste indicador. A COS porque os últimos anos de referência são 2015 e 2018, não tendo ainda saído uma versão mais atualizada até ao momento. E, ainda, neste produto cartográfico apenas são identificados polígonos com mais de 20 metros de largura e com uma dimensão mínima de 0,5 hectares, não permitindo fazer uma análise da totalidade dos recursos hídricos existentes à superfície no nosso município. A COSc por ter uma unidade mínima de 100 metros quadrados (quadriculas de 10x10), e, porque esta classe em específico não é atualizada desde a primeira versão até à última, uma vez que se espera que estas áreas tenham poucas alterações, não valendo o esforço da sua classificação todos os anos.

Resultados:

No decorrer da análise da cartografia interna, foi possível avaliar a nomenclatura das massas de água superficiais, a nível quantitativo, em 2019. Nas Tabelas 2 e 3 está presente o valor da extensão em metros e quilómetros da totalidade das massas de água superficiais lineares, segundo a classe de STRAHLER e a sua tipologia. A Tabela 4 explicita os valores em metros quadrados e hectares das massas de água superficiais em que é possível visualizar água, isto é, são áreas homogéneas cobertas ou saturadas de água durante a totalidade, ou parte significativa, do ano.

Classe STRAHLER	Extensão (km)
1	667,62
2	260,92
3	142,61
5	100,72
4	53,81
6	3,86
Total	1230

Tabela 2 – Extensão das massas de água superficiais segundo a classe de STRAHLER (CMM – 2019).

Classe	Extensão (km)
Linha de água	863,83
Ribeira	239,74
Rio	77,82
Vala	46,84
Canal	1,31
Total	1230

Tabela 3 - Extensão das massas de água superficiais segundo sua tipologia (CMM – 2019).

Classe	Área (ha)
Albufeira	0,55
Lagoa	33,99
Leito do curso de água	39,16
Total	74

Tabela 4 – Área das massas de água superficiais dos polígonos identificados com água à superfície.

INDICADOR 1.2: Superfície agrícola de regadio

Designação:	Superfície agrícola de regadio
Linha estratégica:	Salvaguarda do Recurso Água
Fonte(s):	CMM / INE / DGT
Tipo de indicador:	Resultado
Ano(s) de referência dos dados:	2009 e 2019
Periodicidade de monitorização:	Decenal
Unidade de medida:	ha
Data da última atualização:	outubro/2023

Tabela 5 - Superfície agrícola de regadio.

Descrição:

O indicador superfície agrícola de regadio refere-se à superfície agrícola da exploração ocupada por culturas temporárias principais, culturas permanentes e prados e pastagens permanentes que foram regadas pelo menos uma vez no ano agrícola.

Contexto e relevância:

As áreas agrícolas são bastante importantes, uma vez que refletem o estado produtivo do município e dão resposta à produção de produtos agrícolas. Contudo, para a manutenção destas áreas é necessário a dotação de água para que estas culturas vinguem e haja produção suficiente quer para consumo próprio, quer para comercialização. Desta forma, é imprescindível avaliar a superfície agrícola de regadio no município e destas quantas usam mais água e quais os métodos utilizados.

Metodologia:

Este indicador foi analisado tendo em conta duas metodologias distintas, mas complementares. A primeira em que é efetuada uma análise estatística com dados fornecidos pelo INE explanado nas Tabelas 8 e 9. A segunda metodologia consistiu na utilização de cartografia interna da CMM de 2019. Foram tidas em conta 3 classes: regadio, estufas e pomares: A última classe resulta da interseção da classe pomares/vinhos com a classe pomares da COS2018 (Tabela 7).

É possível verificar que os valores de área total da superfície agrícola com culturas de regadio entre as duas metodologias empregadas são diferentes, dado que correspondem a metodologias completamente diferentes, uma com base em recenseamentos agrícolas e outra com recurso a fotointerpretação. Futuramente seria interessante um maior conhecimento destas diferenças e para cada um dos locais identificados qual o seu consumo de água, uma vez que não estão disponíveis esses dados.

Resultados:

É possível observar a partir da Tabela 6 que para os anos de referência (2015, 2018 e 2021) as áreas agrícolas no município de Mafra têm-se mantido estáveis. Para isto, foi efetuada uma análise entre a COS2015 e COS2018 e depois para os anos de 2018 a 2021 com a COSc2018 e COSc2021. Esta análise tem de ser efetuada separadamente, visto que são dois produtos cartográficos distintos.

Período de referência dos dados	Percentagem de agricultura em relação à área total do Município
COS 2015	48,4
COS 2018	48,4
COSC 2018	36,9
COSC 2021	36,7

Tabela 6 - Evolução da área agrícola no município de Mafra (2015, 2018, 2021).

Classes	Área (ha)	Área (%)
Culturas de regadio	1283,49	4,4%
Pomares	1047,52	3,6%
Estufas	326,91	1,1%
Total	2657,92	9,1%

Tabela 7 – Superfície agrícola de regadio.

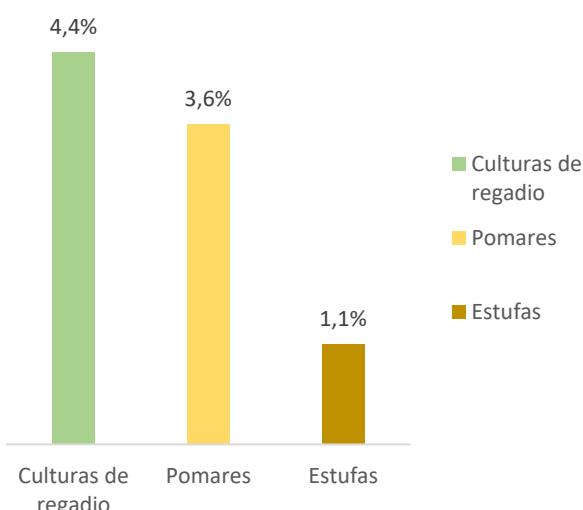


Gráfico 1 – Superfície agrícola de regadio.

A superfície regada de culturas agrícolas por tipo de cultura encontra-se representado na Tabela 8. Uma nota inicial de que de 2009 (1507 ha) para 2019 (1729 ha) a superfície regada de culturas agrícolas aumentou 222 ha, correspondendo, aproximadamente, a 15% do valor total de 2009. Relativamente, ao total do tipo de culturas, destacam-se as culturas temporárias com 51,8% da superfície total, as culturas permanentes com 43,3% e as pastagens permanentes com 4,9%.

Em 2019, as culturas permanentes destacam-se na União de Freguesias de Azueira e Sobral de Abelheira (20,8%), Mafra (9,9%), Santo Isidoro (5%) e Encarnação (3,8%). Por sua vez, em 2009 destacam-se a União de Freguesias de Azueira e Sobral de Abelheira (22,4%), Mafra (11,1%), União de Freguesias de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário (2,1%) e Santo Isidoro (1,9%).

Período de referência dos dados	Localização geográfica (NUTS - 2013)	Superfície regada de culturas agrícolas (ha) das explorações agrícolas, por localização geográfica (NUTS - 2013)						
		Tipo de cultura						
		Total	Culturas permanentes	%	Culturas temporárias	%	Pastagens permanentes	%
		ha	ha		ha		ha	ha
2019	Mafra (Município)	1729	749	43,3	895	51,8	85	4,9
	Carvoeira	95	1	0,1	94	5,4		0,0
	Encarnação	176	66	3,8	110	6,4		0,0
	Ericeira	46	15	0,9	31	1,8		0,0
	Mafra	241	172	9,9	59	3,4	10	0,6
	Milharado	255	10	0,6	187	10,8	58	3,4
	Santo Isidoro	135	86	5,0	47	2,7	2	0,1
	UF de Azueira e Sobral da Abelheira	508	360	20,8	143	8,3	5	0,3
	UF de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário	201	29	1,7	162	9,4	10	0,6
	UF de Igreja Nova e Cheleiros	44	8	0,5	36	2,1		0,0
	UF de Malveira e São Miguel de Alcainça	1		0,0	1	0,1		0,0
	UF de Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés	26	2	0,1	24	1,4		0,0
2009	Mafra (Município)	1507	577	38,3	900	59,7	30	2,0
	Carvoeira	59	2	0,1	57	3,8		0,0
	Encarnação	125	1	0,1	124	8,2		0,0
	Ericeira	20	6	0,4	14	0,9		0,0
	Mafra	248	167	11,1	62	4,1	19	1,3
	Milharado	171		0,0	171	11,3		0,0
	Santo Isidoro	60	29	1,9	31	2,1		0,0
	UF de Azueira e Sobral da Abelheira	516	337	22,4	175	11,6	4	0,3
	UF de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário	210	31	2,1	174	11,5	5	0,3
	UF de Igreja Nova e Cheleiros	66	3	0,2	63	4,2		0,0
	UF de Malveira e São Miguel de Alcainça	7	1	0,1	6	0,4		0,0
	UF de Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés	28	1	0,1	24	1,6	3	0,2

Tabela 8 - Superfície regada das culturas agrícolas (ha) das explorações agrícolas por Localização geográfica (NUTS - 2013) no Município de Mafra

Período de referência dos dados	Localização geográfica (NUTS - 2013)	Superfície regada de culturas agrícolas (ha) das explorações agrícolas por tipo de rega utilizado, por localização geográfica (NUTS - 2013)									
		Método de rega utilizado									
		Total	Gravidade				Sob-pressão				
			Tradicionais	Modernizados	Escorrimento (rega de lima nos lameiros, etc.)	Outros (canteiros, caldeiras, etc.)	Com ramais fixos	Com ramais móveis	Canhão com enrolador	Gota-a-gota	Micro-aspersão
2019	Mafra (Município)	1729	35	19	8	168	112	233	18	1033	103
	Carvoeira	95	6			55		33		1	
	Encarnação	177	4		1	9		22	12	129	
	Ericeira	46	1			40		2		3	
	Mafra	241	0	1	5	18	5	25	1	186	
	Milharado	256	16	2		13	19	84	3	31	88
	Santo Isidoro	135		13	2	10		8		102	
	UF de Azueira e Sobral da Abelheira	508				11	44	4		438	11
	UF de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário	202	6			11	43	15	2	121	4
	UF de Igreja Nova e Cheleiros	45	3	3		2	2	13		22	
	UF de Malveira e São Miguel de Alcainça	1						1		0	
	UF de Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés	25	0			0		24		1	
2009	Mafra (Município)	1508	52	3	4	29	67	185		962	206
	Carvoeira	58	22			2	2	25		7	
	Encarnação	125				1	12	17		93	2
	Ericeira	20	1			1		6		12	
	Mafra	249	7			1	18	36		185	2
	Milharado	171	2	1				11		12	145
	Santo Isidoro	59	3			14		6		30	6
	UF de Azueira e Sobral da Abelheira	515	1		4	6	4	5		493	2
	UF de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário	209	8	2		0	11	25		119	44
	UF de Igreja Nova e Cheleiros	66	3			2	18	36		7	0
	UF de Malveira e São Miguel de Alcainça	6	2				2	1		1	
	UF de Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés	27	2			1	0	17		2	5

Tabela 9 - Superfície regada de culturas agrícolas (ha) das explorações agrícolas por tipo de rega utilizado, por Localização geográfica (NUTS - 2013) no Município de Mafra.

INDICADOR 1.3: Espaços permeáveis em solo urbano

Designação:	Espaços permeáveis em solo urbano
Linha estratégica:	Salvaguarda do Recurso Água
Fonte(s):	DGT/ Copernicus/ CMM
Tipo de indicador:	Resultado
Ano(s) de referência dos dados:	2018, 2019 e 2023
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	%
Data da última atualização:	outubro/2023

Tabela 10 – Espaços permeáveis em solo urbano.

Descrição:

O presente indicador pretende avaliar a percentagem de espaços permeáveis dentro dos perímetros urbanos.

Contexto e relevância:

Para além das áreas de permeabilidade em solo rústico é importante que exista permeabilidade em solo urbano. Neste sentido, o presente indicador pretende avaliar como é que essa infiltração está a acontecer em solo urbano, de modo a quando haja pluviosidade mais intensiva, o escoamento seja mais lento e se consigam evitar situações de cheias.

Metodologia:

Deste modo, recorremos à cartografia de 2019 do Município de Mafra, ao produto cartográfico europeu *Small Woody Features* de 2018 e à COSc 2023 de forma a identificar as áreas permeáveis e não permeáveis, dentro dos limites do solo urbano (nas diversas categorias).

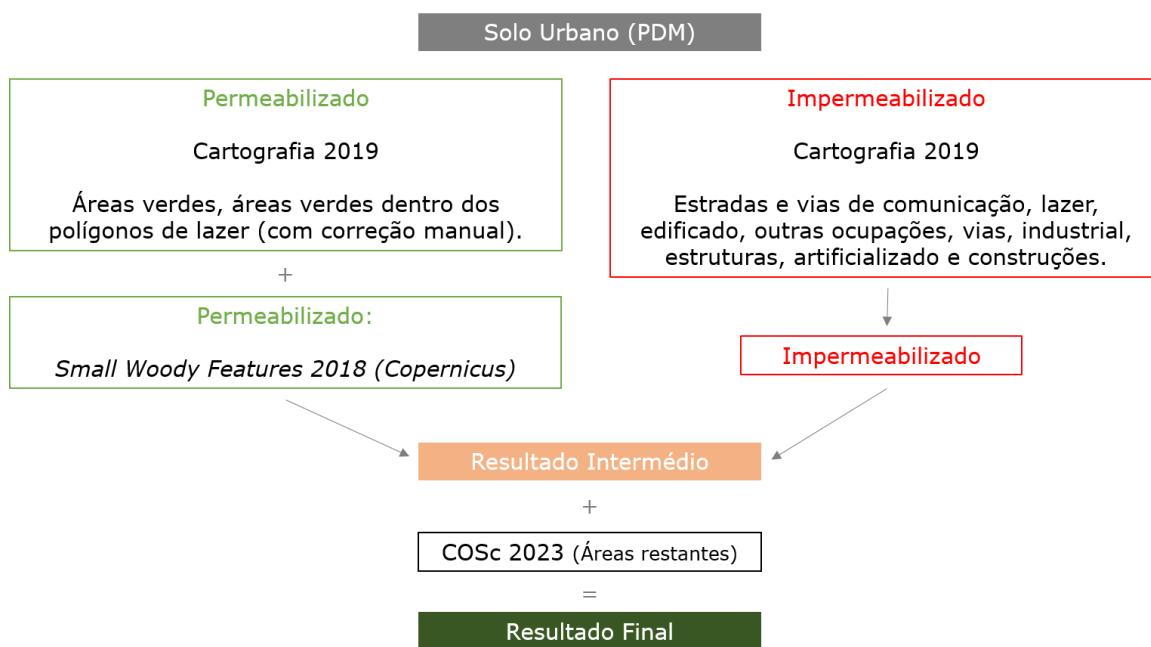


Gráfico 2 – Metodologia de análise da área artificializada em solo urbano.

QUALIFICACAO	Área (m2)	%	Área (hectares)	%
Espaços de atividades económicas - Áreas a estruturar	1540199,02	3,27	154,02	3,27
Espaços de atividades económicas - Áreas consolidadas	614209,51	1,30	61,42	1,30
Espaços de uso especial - Áreas de equipamentos	726873,80	1,54	72,69	1,54
Espaços de uso especial - Áreas de infraestruturas	4606,63	0,01	0,46	0,01
Espaços habitacionais - Áreas a estruturar	12351410,95	26,23	1235,14	26,23
Espaços habitacionais - Áreas consolidadas	6283150,92	13,35	628,32	13,35
Espaços habitacionais - Áreas consolidadas de valor patrimonial	207751,43	0,44	20,78	0,44
Espaços verdes	2249246,71	4,78	224,92	4,78

Área permeável em solo urbano

2398

51%

Gráfico 3 – Resultado da aplicação da metodologia utilizada.

Resultados:

Considerando que houve um aumento significativo da população residente no município de Mafra, desde 2015 e que houve uma diminuição das áreas dos perímetros urbanos, permitindo deste modo consolidar as áreas intersticiais, verifica-se que **as áreas permeáveis em solo urbano**, correspondem a 51%, sendo que correspondem aos espaços habitacionais –áreas a estruturar (26%), seguida dos espaços habitacionais –áreas consolidadas (13%), aos espaços verdes (5%), espaços de atividades económicas – áreas a estruturar (3%), espaços de uso especial - áreas de equipamentos (2%) e espaços de atividades económicas –áreas consolidadas (1%).

A distribuição das **áreas impermeáveis em solo urbano**, correspondem a 49%, sendo que correspondem a espaços habitacionais – áreas consolidadas (31%), espaços habitacionais – áreas a estruturar (9%), espaços de atividades económicas - áreas consolidadas (3%), espaços de uso especial-áreas de equipamentos (3%), espaços habitacionais – áreas consolidadas de valor patrimonial (2%), espaços verdes (1%), e espaços de atividades económicas – áreas a estruturar (1%).

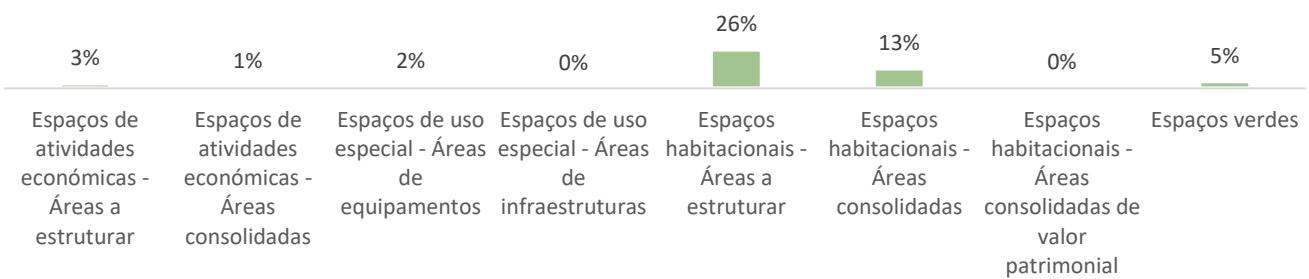


Gráfico 4 – Distribuição das áreas permeáveis em solo urbano.

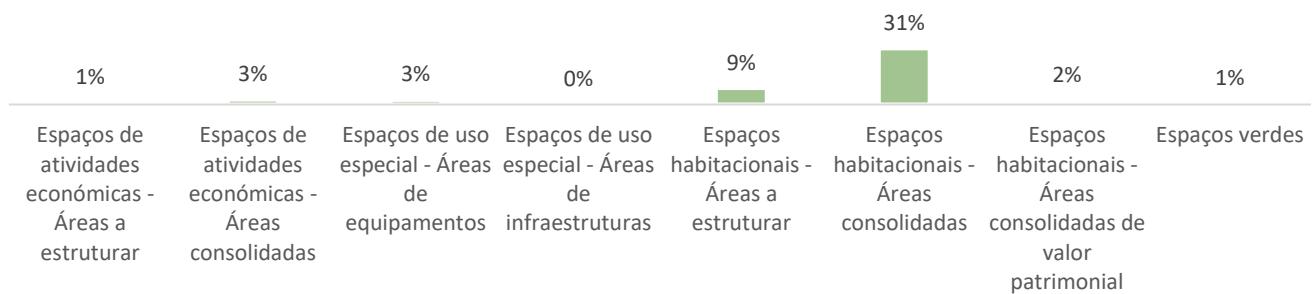


Gráfico 5 – Distribuição das áreas impermeáveis em solo urbano.

INDICADOR 1.4: Permeabilidade potencial moderada e elevada em solo urbano

Designação:	Permeabilidade potencial moderada e elevada em solo urbano
Linha estratégica:	Salvaguarda do Recurso Água
Fonte(s):	DGT/CMM / EPIC WebGIS Portugal
Tipo de indicador:	Resultado
Ano(s) de referência dos dados:	2015
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	%
Data da última atualização:	julho/2023

Tabela 11 – Permeabilidade potencial moderada e elevada em solo urbano.

Descrição:

O indicador áreas artificializadas em áreas de permeabilidade potencial (moderada e elevada), pretende avaliar quais as áreas potenciais ao nível da permeabilidade que devem ser protegidas e importantes para a recarga dos aquíferos.

Contexto e relevância:

De acordo com a alteração ao regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN), segundo o Decreto-Lei n.º 124/2019, 28/08, as áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos são as áreas geográficas que, devido à natureza do solo, às formações geológicas aflorantes e subjacentes e à morfologia do terreno, apresentam condições favoráveis à ocorrência de infiltração e à recarga natural dos aquíferos, bem como as áreas localizadas na zona montante das bacias hidrográficas que asseguram a receção das águas da precipitação e potenciam a sua infiltração e encaminhamento na rede hidrográfica e que no seu conjunto se revestem de particular interesse na salvaguarda da quantidade e qualidade da água a fim de prevenir ou evitar a sua escassez ou deterioração.

Para além de que as áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos só podem ser realizados os usos e as ações que não coloquem em causa as seguintes funções, nomeadamente:

- Garantir a manutenção dos recursos hídricos renováveis disponíveis e o aproveitamento sustentável dos recursos hídricos subterrâneos;
- Contribuir para a proteção da qualidade da água;
- Assegurar a sustentabilidade dos ecossistemas aquáticos e da biodiversidade dependentes da água subterrânea, em particular incidência na época de estio;
- Prevenir e reduzir os efeitos dos riscos de cheias e inundações, de seca extrema e de contaminação e sobre exploração dos aquíferos;
- Prevenir e reduzir o risco de intrusão salina, no caso dos aquíferos costeiros e estuarinos;
- Assegurar a sustentabilidade dos ecossistemas de águas subterrâneas, principalmente nos aquíferos cársicos;
- Assegurar condições naturais de receção e máxima infiltração das águas pluviais nas cabeceiras das bacias hidrográficas e contribuir para a redução do escoamento e da erosão superficial.

Metodologia:

A metodologia utilizada resultou da intersecção da CQS 2023, COSc 2023 (áreas artificializadas e não artificializadas) e áreas de permeabilidade potencial moderada e elevada do EPIC WebGIS Portugal.

Resultados:

Verifica-se que as áreas com maior permeabilidade potencial (moderada a elevada), dentro da classificação de solo urbano, e qualificadas do seguinte modo:

- Espaços habitacionais – áreas consolidadas (61,8%)
- Espaços habitacionais – áreas a estruturar (18,4%)
- Espaços habitacionais – áreas consolidadas de valor patrimonial (5,8%)
- Espaços de Atividades Económicas – áreas consolidadas (5,7%)
- Espaços de Atividades Económicas – áreas a estruturar (2,2%)
- Espaços de Uso Especial – áreas de equipamentos (4,8%)
- Espaços de Uso Especial – áreas de infraestruturas (0%)
- Espaços verdes (1,3%)

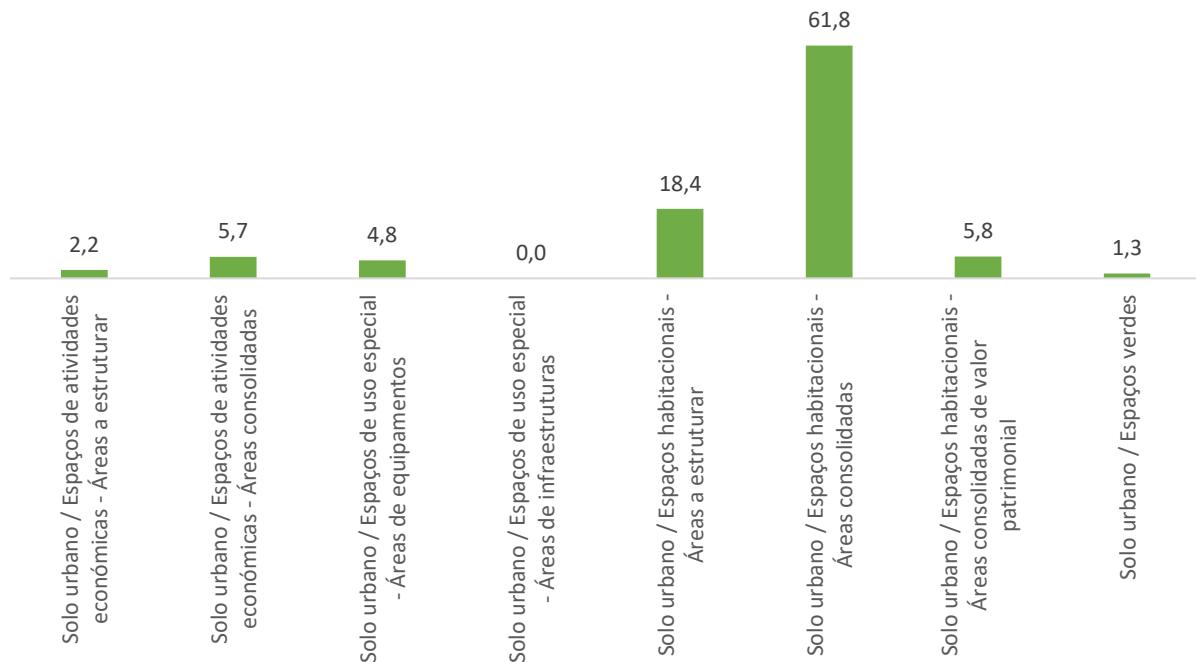


Gráfico 6 – Áreas artificializadas em áreas de permeabilidade potencial (moderada e elevada).

INDICADOR 1.5: Área da RAN com agricultura

Designação:	Área da RAN com agricultura
Linha estratégica:	Salvaguarda do Recurso Solo
Fonte(s):	DGT / IFAP / DGADR
Tipo de indicador:	Resultado
Ano(s) de referência dos dados:	2015, 2018 e 2021
Periodicidade de monitorização:	Triannual
Unidade de medida:	ha
Data da última atualização:	julho/2023

Tabela 12 – Área da RAN com agricultura.

Descrição:

As áreas de Reserva Agrícola Nacional (RAN) que estão como agricultura nos principais produtos cartográficos a nível nacional.

Contexto e relevância:

Constituindo a RAN um instrumento de gestão territorial, que desempenha um papel fundamental na preservação do recurso solo e a sua afetação exclusiva à agricultura, e que por outro lado tem como principais objetivos de acordo com o artigo 4.º da Lei n.º 73/2009, 31 de março, o seguinte:

- Proteger o recurso solo, elemento fundamental das terras, como suporte do desenvolvimento da atividade agrícola;
- Contribuir para o desenvolvimento sustentável da atividade agrícola;
- Promover a competitividade dos territórios rurais e contribuir para o ordenamento do território;
- Contribuir para a preservação dos recursos naturais;
- Assegurar que a atual geração respeite os valores a preservar, permitindo uma diversidade e uma sustentabilidade de recursos às gerações seguintes pelo menos análogos aos herdados das gerações anteriores;
- Contribuir para a conectividade e a coerência ecológica da Rede Fundamental de Conservação da Natureza;
- Adotar medidas cautelares de gestão que tenham em devida conta a necessidade de prevenir situações que se revelem inaceitáveis para a perenidade do recurso solo.

Metodologia:

A metodologia utilizada consistiu no cruzamento da COS 2015 e 2018 com a RAN, a COSc 2018 e 2021 com a RAN e o parcelário do IFAP 2018 e 2021 com a RAN. Este estudo permite-nos analisar a evolução destas áreas para os anos de referência 2015, 2018 e 2021. Na análise com a COS foram incluídas as mega classes: agricultura, pastagens e superfícies agroflorestais. Nota que a COS e a COSc são dois produtos cartográficos diferentes e a sua utilização nesta análise recai na premissa de avaliar a evolução das áreas agrícolas dentro da RAN e não comparar, por exemplo, áreas brutas entre os dois produtos.

Resultados:

Os solos que apresentam maior aptidão para a atividade agrícola que integram as áreas da Reserva Agrícola Nacional (RAN), apresentam uma evolução estável ao longo dos anos de referência. A Tabela 13 explicita a evolução das áreas agrícolas em RAN de 2015 para 2018 (COS) e de 2018 para 2021 (COSc) e o parcelário de 2018 e 2021.

A COS é o principal produto cartográfico a nível nacional e deve ser o produto selecionado para averiguar quanto da área da RAN está ocupada por agricultura. Por exemplo, uma área com culturas temporárias que se encontra vedada por sebes naturais (mato e árvores florestais), a COSc vai fazer esta separação classificando as culturas agrícolas como agricultura, o mato como mato e as árvores florestais consoante a sua classe. Contudo essas sebes fazem parte integral da paisagem agrícola estando classificado na COS toda a área como agricultura, neste caso específico, agricultura com espaços naturais. A heterogeneidade das áreas agrícolas traz inúmeros benefícios, tanto para a salvaguarda da biodiversidade como para a própria produtividade destes locais.

Pode-se afirmar que, segundo a COS, aproximadamente ¾ do total da RAN está ocupada por áreas agrícolas. Este valor é bastante positivo, deixando ainda uma pequena margem para melhoramento.

A evolução das áreas agrícolas em RAN inscritas no parcelário serve para demonstrar que de 2018 para 2021 assistiu-se a uma modernização da agricultura, uma vez que para estas áreas estarem inscritas no parcelário tiveram ou têm de receber algum tipo de subsídio, que muitas das vezes possui como objetivo a comercialização de produtos agrícolas. Apesar de em 2021 apenas representar um quarto do total da área da RAN este indicador teve um crescimento positivo de, aproximadamente 10%, passando de 15,43% em 2018 para 24,46% em 2021.

	Percentagem Agricultura em RAN	Área Agrícola em RAN (ha)
COS 2015	76,52	3614,8
COS 2018	76,6	3618,57
COSc 2018	59,43	2806,18
COSc2021	59,07	2789,2

	Percentagem em RAN	Área Agrícola em RAN (ha)
Parcelário 2018	15,43	728,97
Parcelário 2021	24,46	1115,28

Tabela 13 – Área agrícola em RAN para a COS, COSc e parcelário.

INDICADOR 1.6: Aptidão de uso do solo (categorias A e B) em solo urbano

Designação:	Aptidão de uso do solo (Categorias A e B) em solo urbano
Linha estratégica:	Salvaguarda do Recurso Solo
Fonte(s):	DGT, DGADR e CMM
Tipo de indicador:	Resultado
Ano(s) de referência dos dados:	1959-1997 / 2023
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	ha
Data da última atualização:	julho/2023

Tabela 14 – Aptidão de uso do solo (categorias A e B) em solo urbano.

Descrição:

O presente indicador pretende avaliar as áreas da Carta de Capacidade de Uso do Solo, nas categorias A e B, que estão incluídas dentro do solo urbano, nas diversas categorias da CQS.

Contexto e relevância:

Cruzamento dos melhores solos para fins agrícolas com o solo urbano da CQS 2023, de forma a perceber a sua dinâmica e adequação ou não da sua classificação e qualificação.

Metodologia:

Cruzamento da Carta de Capacidade de Uso do Solo, nas categorias A e B, com a COSc 2023 e com a CQS da alteração do PDM de 2023.

Resultados:

As áreas suscetíveis de utilização agrícola intensiva (classe A) e moderadamente intensiva (classe B), correspondem a cerca de 528 ha da área total de solo urbano na nova alteração do PDM (2023). Cerca de 36% desta área já se encontra artificializada e 64% por artificializar. Este indicador poderá servir para um futuro reordenamento dos perímetros urbanos, uma vez que cerca de 335 hectares dos melhores solos para a prática agrícola estão em solo urbano e não se encontram artificializados.

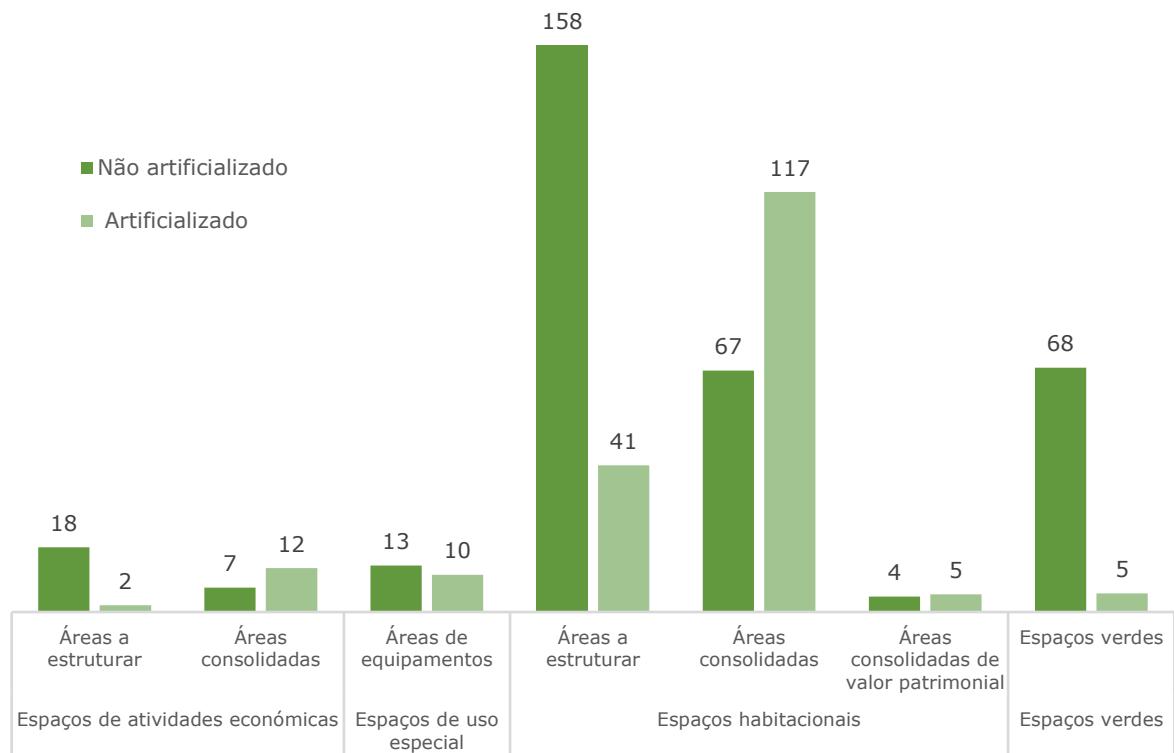


Gráfico 7 – Aptidão de uso do solo (categorias A e B) em solo urbano artificializado e não artificializado [ha].

INDICADOR 1.7: Conetividade ao nível do solo e do copado

Designação:	Conetividade do Copado e do Solo
Linha estratégica:	Salvaguarda da Biodiversidade
Fonte(s):	DGT
Tipo de indicador:	Resultado
Ano(s) de referência dos dados:	2023
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	%
Data da última atualização:	julho/2023

Tabela 15 – Conetividade ao nível do solo e do copado.

Descrição:

O indicador conectividade ao nível do copado pretende avaliar a continuidade ecológica do arvoredo, essencial para a avifauna, morcegos e insetos.

O indicador conectividade ao nível do solo pretende avaliar a continuidade arbustivo e herbáceo, essencial para a fauna terrestre.

Contexto e relevância:

O conhecimento da conectividade do copado e do solo, permitirão ganhar um conhecimento mais específico do *continuum naturale* e de corredores ecológicos, importantes para a conservação dos habitats, quer pela conservação da fauna, e pela valorização da paisagem do território de Mafra. A conectividade do copado e do solo, favorecem a qualidade dos serviços de ecossistemas, nomeadamente, quanto à regulação da qualidade do ar, a regulação do clima, a regulação do ciclo da água, assim como no controlo da erosão, na purificação da água, na regulação de pragas, na polinização e na moderação dos fenómenos extremos.

Metodologia:

A metodologia utilizada para avaliar a conectividade ao nível do solo e ao nível do copado, baseou-se na análise da COSc 2023, pelo critério da conectividade por dimensão de área “verde” e “castanha” continua.

Resultados:

Verifica-se que a **conectividade ao nível do solo** é mais representativa, para áreas entre 10ha a 50ha (5%) e para valores superiores a 50 hectares (79%).

Verifica-se que a **conectividade ao nível do copado** é mais representativa, para áreas entre 10ha a 50ha (4%) e para valores superiores a 50 hectares (12%).

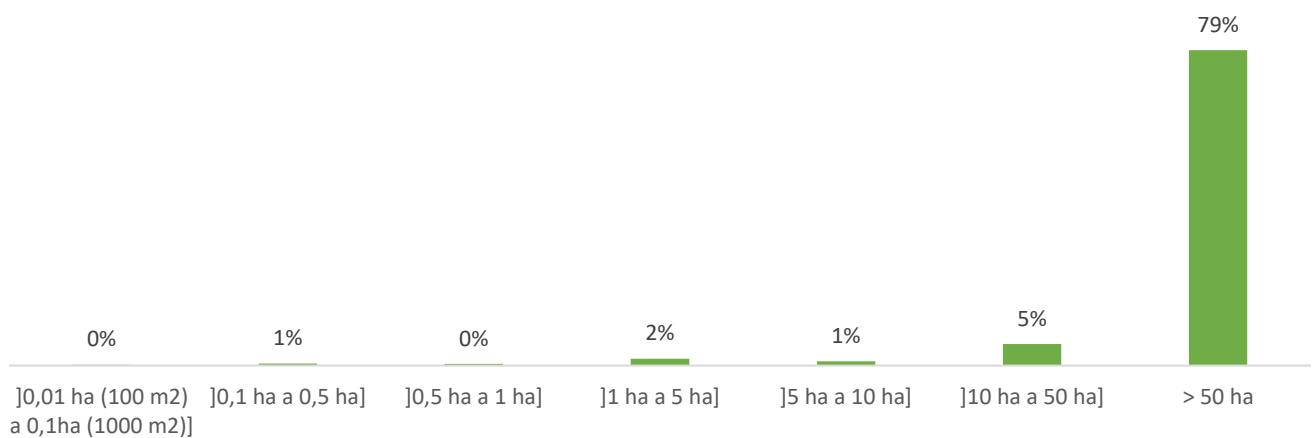


Gráfico 8 – Conectividade ao nível do solo.



Gráfico 9 – Conectividade ao nível do copado.

INDICADOR 1.8: Serviços de Ecossistemas

Designação:	Serviços de Ecossistemas
Linha estratégica:	Salvaguarda da Biodiversidade
Fonte(s):	ASEBIO
Tipo de indicador:	Resultado
Ano(s) de referência dos dados:	2018
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	%
Data da última atualização:	julho/2023

Tabela 16 – Serviços de ecossistemas.

Descrição:

O presente indicador pretende avaliar quais os serviços de ecossistemas que representam maior importância no município de Mafra.

Contexto e relevância:

Os serviços de ecossistemas (**SE**) consistem em benefícios que o ser humano retira de um ecossistema, de forma ativa ou passiva, podendo ser categorizados de diferentes formas. A identificação dos **SE** poderão ser realizados com base em dois sistemas de classificação internacional definidos para os **SE**: *Millenium Ecosystem Assessment Framework (MA)* e *The Economics of Ecosystems and Biodiversity (TEEB)*.

O *Millenium Ecosystem Assessment* considera que para efeitos operacionais, os **SE** devem ser classificados de acordo com a função que origina e propõe quatro classes: provisão; regulação; cultural e de suporte.

Os **SE** são definidos no **TEEB** como “as contribuições diretas e indiretas dos ecossistemas para bem-estar humano”. Esta definição segue a definição de MA, mas faz uma distinção entre serviços e bens, reconhecendo que os serviços podem beneficiar as pessoas de forma indireta. O **TEEB** propõe uma tipologia de 4 classes principais: provisão, regulação, habitat e manutenção, e culturais, divididas num total de 22 categorias. O **TEEB** omite os serviços de suporte porque considera-os uma subdivisão dos processos ecológicos.

Em alternativa, os serviços de habitat e manutenção são considerados uma classe distinta no sentido de realçar a importância dos ecossistemas para as espécies migradoras, garante de diversidade genética, pelo que a disponibilidade destes serviços está diretamente dependente do estado de conservação do habitat que fornece.

Metodologia:

Toda a informação aqui apresentada foi retirada do projeto ASEBIO (Assessment of Ecosystem Services, Biodiversity, and Well-Being in Portugal) que possui como objetivo monitorizar e valorizar os **SE**, e compreender melhor os impactos das alterações da ocupação do solo nos **SE**, na biodiversidade e no bem-estar humano.

Como dados principais foi utilizado o Corine Land Cover (CLC) para os anos 1990, 2000, 2006, 2012 e 2018 para avaliar os **SE** multitemporalmente. Neste documento apenas é apresentada informação relativa ao ano de 2018. O CLC possui uma resolução espacial de 100m e neste estudo em concreto ouve uma reclassificação da base de dados original para 41 classes. Para mapeamento de 6 dos 8 **SE** selecionados foi utilizado o software InVEST.

Para este estudo, os **SE** selecionados incluíram serviços de provisão (fornecimento de alimentos), regulação (purificação da água, regulação da seca, prevenção da erosão, regulação do clima e polinização), suporte (qualidade do habitat) e culturais (recreação):

- **Regulamentação climática (modelo de carbono):** estima o carbono armazenado por cada classe de ocupação do solo utilizando quatro reservatórios de carbono (biomassa acima e abaixo do solo, solo e matéria orgânica morta).
- **Qualidade dos habitats (modelo de qualidade dos habitats):** o modelo utiliza a qualidade do habitat e a raridade como proxies para representar a biodiversidade de uma paisagem. É utilizado como um indicador ecológico do estado de conservação dos ecossistemas.
- **Regulação da seca (modelo de produção de água):** A produção de água é a quantidade de água que escorre da paisagem. Este modelo estima a quantidade média anual de água produzida por uma bacia hidrográfica.
- **Purificação de água (retenção de nutrientes):** este indicador mapeia as fontes de nutrientes das bacias hidrográficas e o seu transporte para o curso de água. O resultado é um mapa de retenção de nitrogénio (carga de nitrogénio - exportação de nitrogénio) que representa a poluição evitada.
- **Prevenção da erosão (modelo de retenção de sedimentos):** o modelo estima a capacidade de uma parcela de terreno para reter sedimentos. Utiliza a Equação Universal de Perda de Solo (USLE) para calcular a perda potencial de solo de cada ano.
- **Polinização (modelo de polinização de culturas):** este modelo obtém um índice de abundância e de oferta de polinizadores em cada célula de uma paisagem, fornecidos pela abelha *Apis Mellifera*.
- **Abastecimento alimentar (áreas agrícolas):** a área total das classes de ocupação do solo dedicadas à agricultura é utilizada como indicador do serviço de aprovisionamento alimentar.
- **Lazer (potencial de recreação):** Este modelo mostra o potencial de recreação e as áreas de alta qualidade para recreação. Aplicação de uma análise multicritério utilizando uma técnica de soma ponderada. Considera a distância das áreas residenciais e a distância da costa para o interior e para o mar, a presença/ausência de áreas protegidas e uma pontuação de adequação da ocupação do solo.

Resultados:

Relativamente aos resultados obtidos através da aplicação da metodologia definida anteriormente, verifica-se que:

-A percentagem de áreas compreendidas entre 90% a 100%, com maior potencial de armazenamento de carbono, representam 10%, em relação à área total do município de Mafra, conforme Gráfico 10.

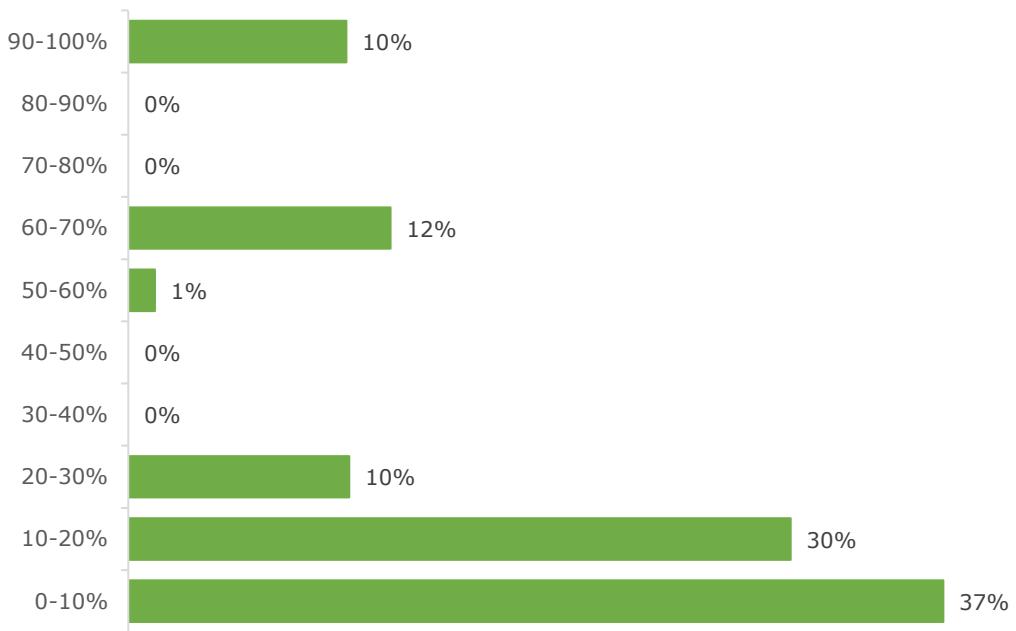


Gráfico 10 – Percentagem do território referente ao serviço de ecossistema armazenamento de carbono potencial (regulação climática).

-A percentagem de áreas compreendidas entre 20% a 30%, com maior potencial de qualidade dos habitats, representam 29%, em relação à área total do município de Mafra, conforme Gráfico 11.

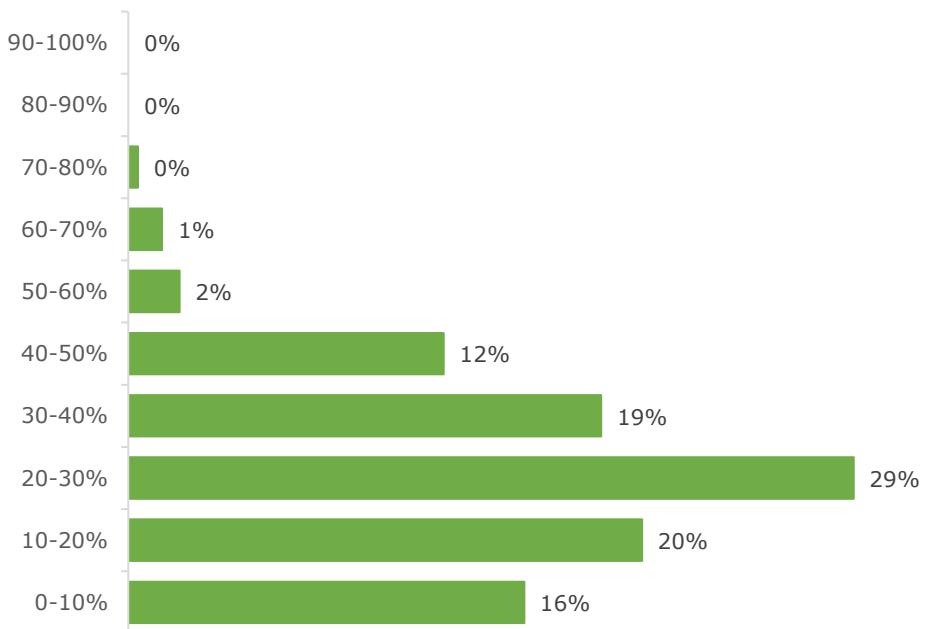


Gráfico 11 – Percentagem do território referente ao serviço de ecossistema qualidade dos habitats.

-A percentagem de áreas compreendidas entre 0% a 10%, com maior potencial de produção de água – Bacias Hidrográficas, representam 50%, em relação à área total do município de Mafra, conforme Gráfico 12.

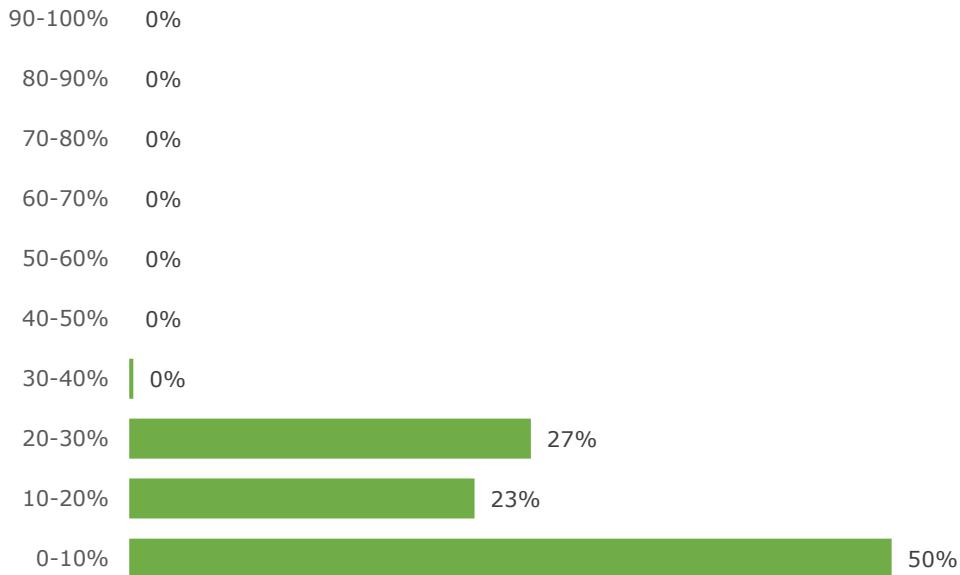


Gráfico 12 - Percentagem do território referente ao serviço de ecossistema produção de água (regulação da seca).

-A percentagem de áreas compreendidas entre 80% a 90%, com maior potencial de retenção de hidrogénio – Bacias Hidrográficas, representam 50%, em relação à área total do município de Mafra, conforme Gráfico 13.

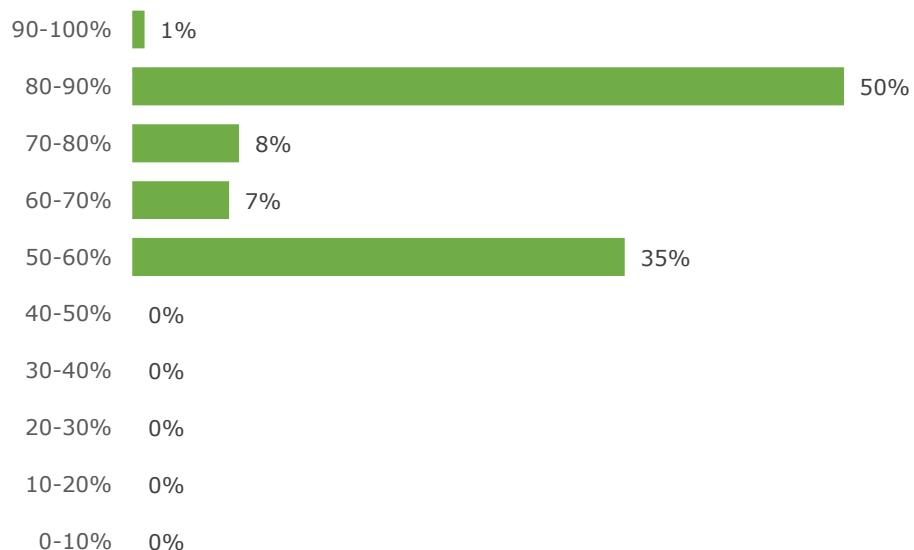


Gráfico 13 - Percentagem do território referente ao serviço de ecossistema retenção de hidrogénio (purificação da água).

-A percentagem de áreas compreendidas entre 0% a 10%, com maior potencial de retenção de sedimentos, representam 100%, em relação à área total do município de Mafra, conforme Gráfico 14.

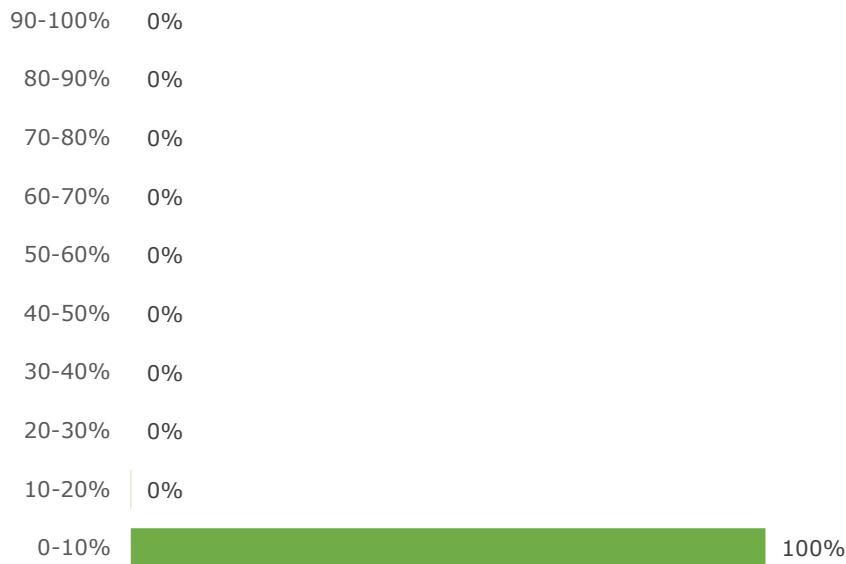


Gráfico 14 - Percentagem do território referente ao serviço de ecossistema retenção de sedimentos (prevenção da erosão).

-A percentagem de áreas compreendidas entre 10% a 20%, com maior potencial de polinização, representam 27%, em relação à área total do município de Mafra, conforme Gráfico 15.

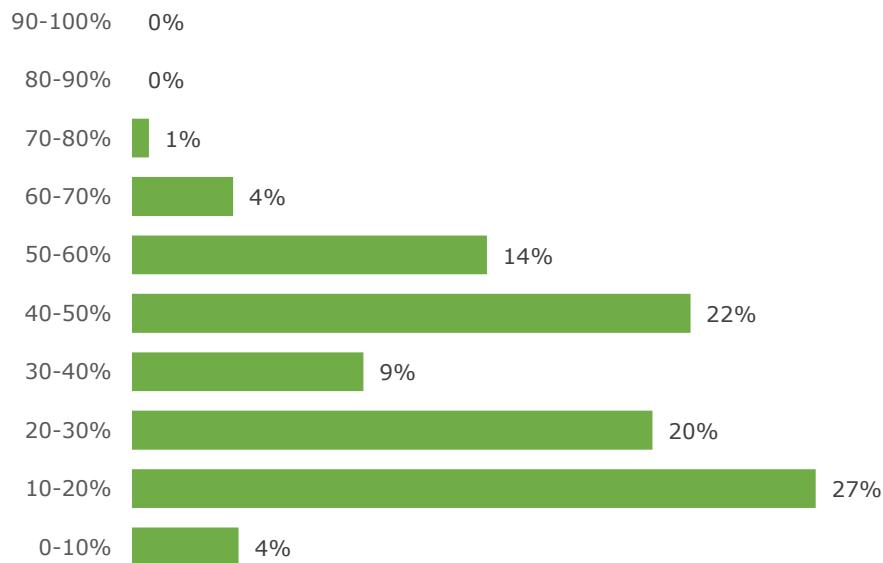


Gráfico 15 - Percentagem do território referente ao serviço de ecossistema polinização de culturas.

-A percentagem de áreas compreendidas entre 50% a 100%, com maior potencial para aprovisionamento alimentar, representam 63% em relação à área total do município de Mafra, conforme Gráfico 16.

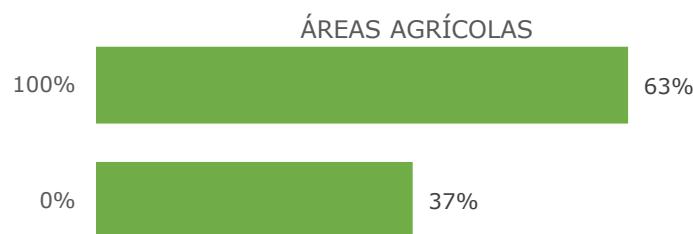


Gráfico 16 - Percentagem do território referente ao serviço de ecossistema áreas agrícolas (aprovisionamento alimentar).

-A percentagem de áreas compreendidas entre 20% a 30%, com maior potencial de recreação, representam 26%, em relação à área total do município de Mafra, conforme Gráfico 17.

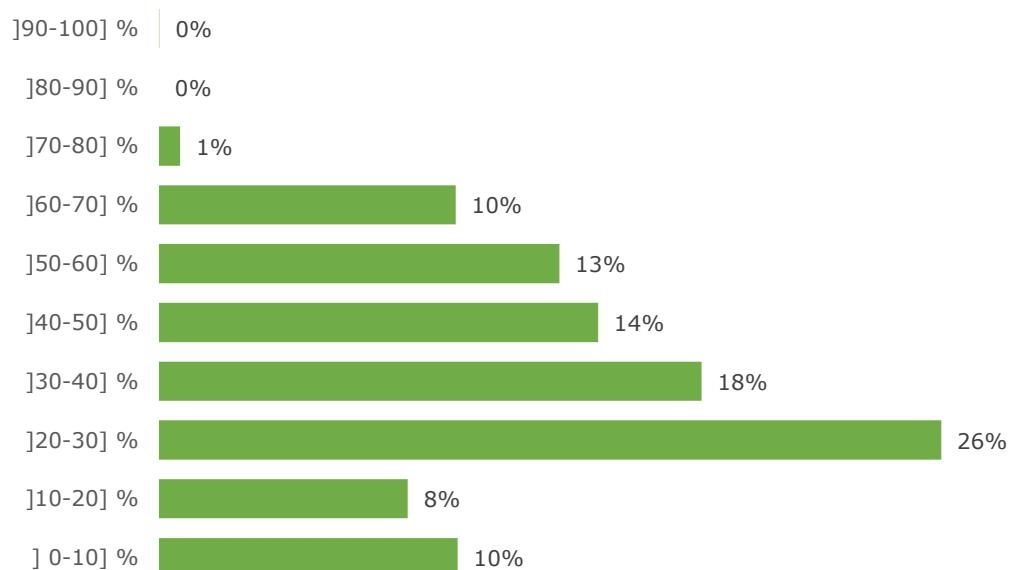


Gráfico 17 - Percentagem do território referente ao serviço de ecossistema recreação (lazer).

INDICADOR 1.9: Proporção de Superfície das Áreas Classificadas

Designação:	Proporção de Superfície das áreas classificadas
Linha estratégica:	Salvaguarda da Biodiversidade
Fonte(s):	ICNF e INE
Tipo de indicador:	Resultado
Ano(s) de referência dos dados:	2015 -2021
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	%
Data da última atualização:	julho/2023

Tabela 17 – Proporção de Superfície das Áreas Classificadas.

Descrição:

Este indicador reflete a dimensão das áreas classificadas, bem como a área abrangida pela Rede Nacional de Áreas Protegidas, Rede Natura 2000 e demais áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português.

Contexto e relevância:

O Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC) encontra-se estruturado no Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (RJCNB) (Decreto-Lei n.º 142/2008, de 28 de julho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 242/2015, de 15 de outubro, sendo constituído pela Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP), pelas áreas classificadas que integram a rede Natura 2000 e pelas demais áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português.

São classificadas como áreas protegidas as áreas terrestres e aquáticas interiores e as áreas marinhas em que a biodiversidade ou outras ocorrências naturais apresentem, pela sua raridade, valor científico, ecológico, social ou cénico, uma relevância especial que exija medidas específicas de conservação e gestão, em ordem a promover a gestão racional dos recursos naturais e a valorização do património natural e cultural, regulamentando as intervenções artificiais suscetíveis de as degradar.

Ao nível da RNAP, o RJCNB dispõe sobre as tipologias das Áreas Protegidas (AP), os regimes de proteção e os objetivos e procedimentos conducentes à sua classificação, prevendo a possibilidade da existência de parques nacionais nas Regiões Autónomas. As AP podem ter âmbito nacional, regional ou local e, ainda estatuto privado, classificando-se nas seguintes tipologias: i) Parque Nacional, ii) Parque Natural, iii) Reserva Natural, iv) Paisagem Protegida, e v) Monumento Natural.

A Rede Natura 2000 compreende as áreas classificadas como Zonas Especiais de Conservação (ZEC) ao abrigo da Diretiva Habitats e as áreas classificadas como Zonas de Proteção Especial (ZPE) ao abrigo da Diretiva Aves. Nestas áreas de importância comunitária para a conservação de determinados habitats naturais e espécies, que também abrangem o meio marinho, as atividades humanas deverão ser compatíveis com a preservação destes valores, visando uma gestão sustentável do ponto de vista ecológico, económico e social.

Das áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais fazem parte, entre outras, as Reservas da Biosfera, os Sítios Ramsar e os Geoparques.

Resultados:

Verifica-se no presente indicador que as superfícies das áreas classificadas se têm mantido inalteradas desde a vigência do Plano. As metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), indicam na meta 15.1, que até 2030 sejam alcançados 50% de áreas classificadas.

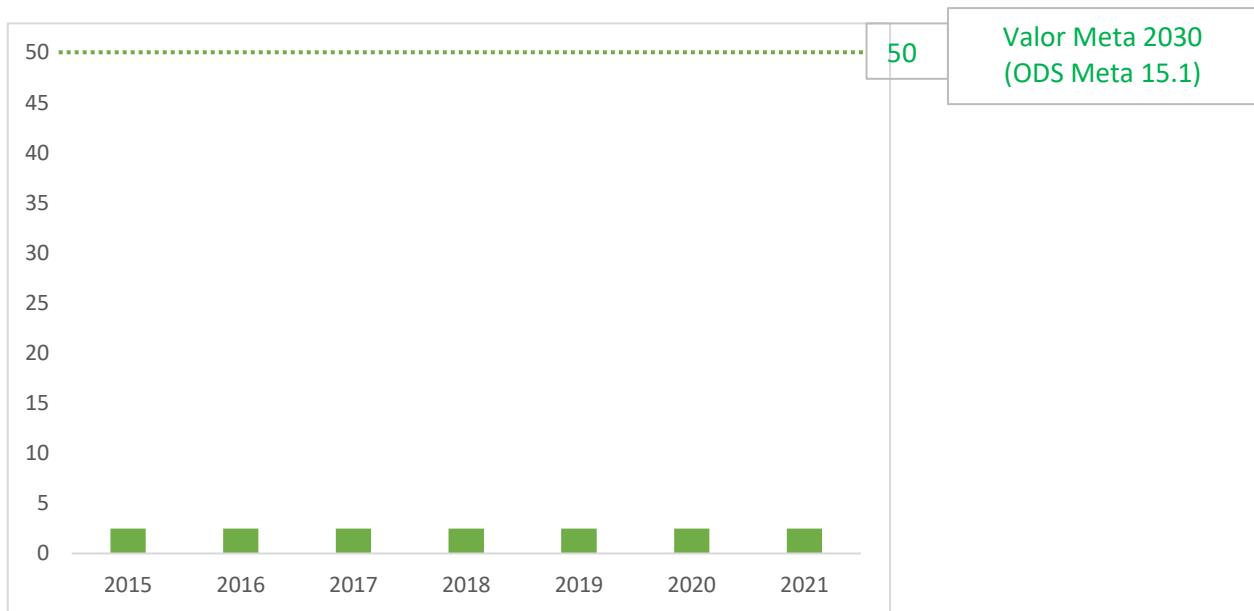


Gráfico 18 – Proporção de superfície das áreas classificadas (%).

INDICADOR 1.10: Investimento municipal para a proteção do meio ambiente e conservação da natureza

Designação:	Investimento municipal para a proteção do meio ambiente e conservação da natureza
Linha estratégica:	Salvaguarda da Biodiversidade
Fonte(s):	CMM
Tipo de indicador:	Resultado
Ano(s) de referência dos dados:	2015 - 2022
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	€
Data da última atualização:	julho/2023

Tabela 18 – Investimento municipal para a proteção do meio ambiente e conservação da natureza.

Descrição:

Este indicador pretende avaliar o investimento municipal na área da proteção do meio ambiente e conservação da natureza.

Contexto e relevância:

O investimento municipal para a proteção do meio ambiente e conservação da natureza, revela-se de extrema importância para garantir a sua proteção e conservação, e deste modo, aumentar o valor ambiental, social e económico. Neste sentido, a câmara municipal de mafra tem vindo a desenvolver diversos projetos de âmbito nacional e internacional, que promovem o aumento da biodiversidade e conservação da natureza.

Resultados:

Verifica-se na Gráfico 19, que os anos em que se investiu mais para na gestão e conservação da natureza foram os anos de 2019 e 2021. Relativamente à despesa do município para a proteção do meio ambiente e conservação da natureza (Gráfico 20), verifica-se que a maior despesa (€/habitante), foi realizada no ano 2019.

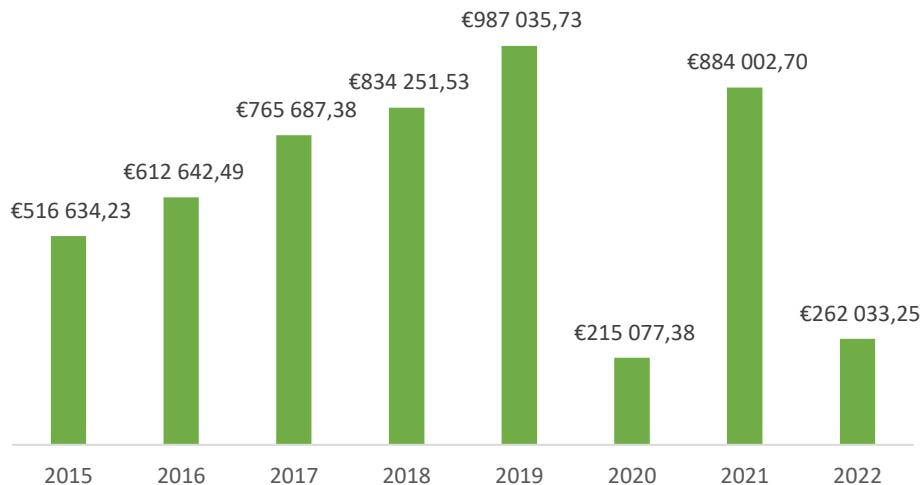


Gráfico 19 – Investimento municipal para a proteção do meio ambiente e conservação da natureza.

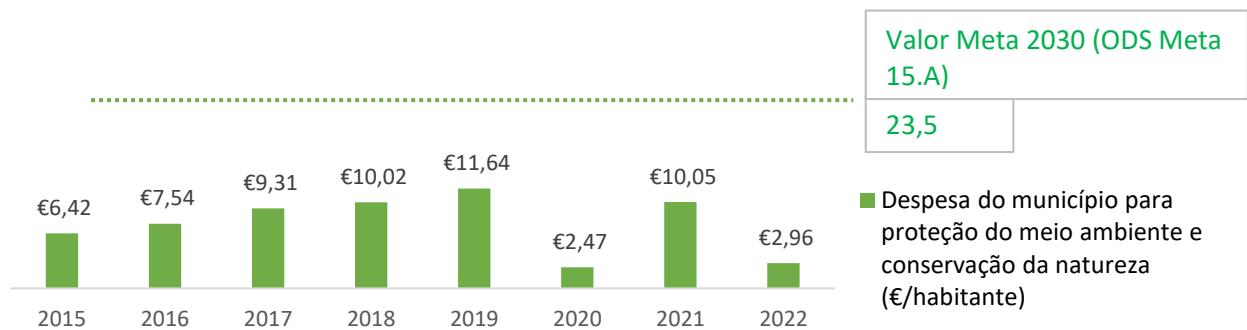


Gráfico 20 – Despesa do município para proteção do meio ambiente e conservação da natureza (€/habitante).

INDICADOR 1.11: Recuperação das Galerias Ripícolas

Designação:	Recuperação das Galerias Ripícolas
Linha estratégica:	Salvaguarda da Biodiversidade
Fonte(s):	CMM
Tipo de indicador:	Resultado
Ano(s) de referência dos dados:	2023
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	Km
Data da última atualização:	julho/2023

Tabela 19 – Recuperação das Galerias Ripícolas.

Descrição:

Este indicador tem como objetivo servir como ponto de partida para a monitorização da recuperação das galerias ripícolas dos rios e ribeiras, do município de Mafra.

Contexto e relevância:

A vegetação ripícola constitui um dos componentes essenciais dos corredores fluviais, e que contribui fortemente para o incremento da riqueza e da diversidade paisagística e para a valorização cénica da paisagem.

Favorecer a valorização paisagística e a biodiversidade do meio hídrico, a par de uma crescente conectividade entre comunidades faunísticas e florísticas naturais dos corredores ribeirinhos, no sentido da prossecução da Estratégia de Biodiversidade da União Europeia para 2030.

Pretende-se com a avaliação deste indicador estabelecer orientações para um planeamento e gestão efetiva dos corredores ecológicos fluviais dos rios do município de Mafra.

O sistema de corredores ecológicos constituído por “rios e ribeiras que integram os sistemas fluviais, abrange quase a totalidade do território de forma contínua e interligada, e abriga, alimenta e gera grande quantidade e diversidade de espécies tanto animais como vegetais. Funciona assim, como uma estrutura de dinâmica da paisagem e contribuindo para o incremento da biodiversidade” (Saraiva, 1995).

De acordo com Pessoa (2022), “as sebes vivas das áreas húmidas são caracterizadas pela sua transparência, permeabilidade e recorte de crista. As árvores (freixos, choupos ulmeiros e amieiros) que as compõem juntamente com a vegetação arbustiva e subarbustiva (hoje estão completamente reduzidos à vegetação arbustiva) desempenham um papel fundamental no aumento da produção.”

Resultados:

Pretende-se com a avaliação deste indicador estabelecer orientações para um planeamento e gestão efetiva dos corredores ecológicos fluviais dos rios do município de Mafra.

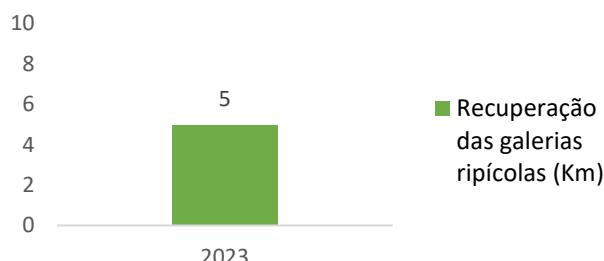


Gráfico 21 – Recuperação das galerias ripícolas.

INDICADOR 1.12: Florestas e meios naturais e seminaturais

Designação:	Florestas e meios naturais e seminaturais
Linha estratégica:	Salvaguarda da Biodiversidade
Fonte(s):	DGT
Tipo de indicador:	Resultado
Ano(s) de referência dos dados:	2018-2022
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	ha
Data da última atualização:	julho/2023

Tabela 20 – Florestas e meios naturais e seminaturais.

Descrição:

O presente indicador refere-se à análise da ocupação do solo pelas florestas e meios naturais e seminaturais.

Contexto e Relevância:

De acordo com a Estratégia Nacional para as Florestas os PROF assumem a visão para as Florestas Europeias 2020, que considera «*Um futuro onde as florestas sejam vitais, produtivas e multifuncionais. Onde as florestas contribuam efetivamente para o desenvolvimento sustentável, por via da promoção e incremento dos bens e serviços providos pelos ecossistemas, assegurando bem-estar humano, um ambiente saudável e o desenvolvimento económico. Onde o potencial único das florestas para apoiar uma economia verde, providenciar meios de subsistência, mitigação das alterações climáticas, conservação da biodiversidade, melhorando a qualidade da água e combate à desertificação, é realizado em benefício da sociedade.*

O PROF prossegue uma abordagem multifuncional, integrando as seguintes funções gerais dos espaços florestais: Produção; Proteção; Conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos; Silvo pastorícia, caça e pesca em águas interiores; Recreio e valorização da paisagem.

Resultados:

Da análise à COSc (2018-2022), verificou-se uma diminuição de 2% do total de florestas, um aumento de 27% de matos e uma diminuição de 16% das pastagens.

Relativamente à variação das áreas florestais, destacam-se as florestas de eucalipto, com uma variação de 2%, e as florestas com outras folhosas com 16% de variação.

Por outro lado, as florestas de pinheiro bravo reduziram em 10% e as florestas de pinheiro manso aumentaram 20%. Importa, ainda referir o ligeiro aumento das áreas de sobreiro, com um aumento de 6%.

Para a aplicação da Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, verifica-se que o máximo permitido de área a ocupar por eucalipto, para o município de Mafra, ultrapassa o limite máximo estipulado de 2862 hectares, em cerca de 29%, para o ano de 2018.

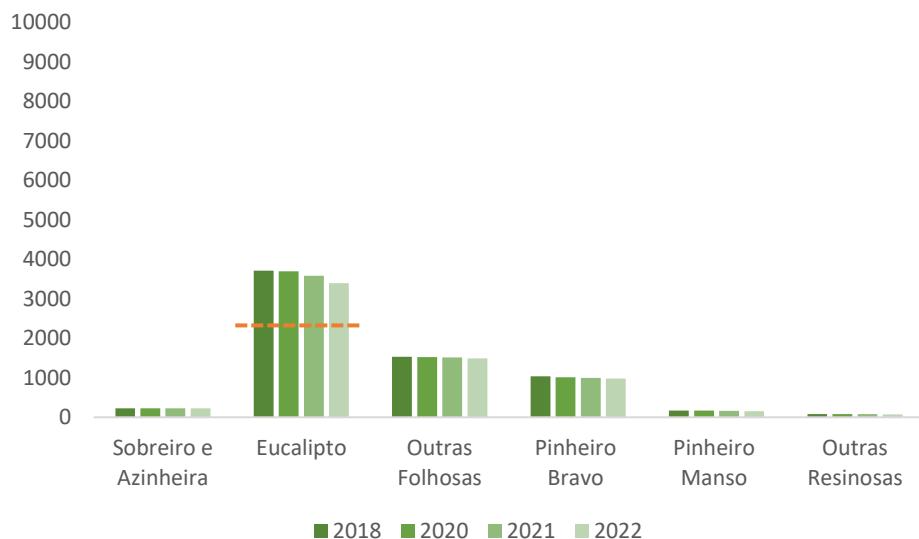


Gráfico 22 –Florestas de meios naturais e seminaturais.

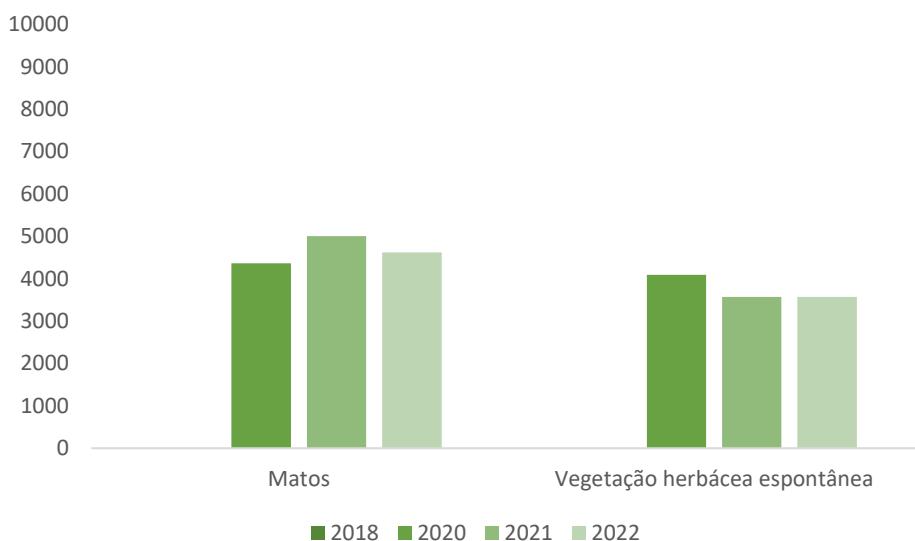


Gráfico 23 –Matos e vegetação herbácea espontânea.

INDICADOR 1.13: Proporção da superfície das massas de água com bom estado / potencial ecológico	
Designação:	Proporção da superfície das massas de água com bom estado/potencial ecológico
Linha estratégica:	Salvaguarda da Biodiversidade
Fonte(s):	APA
Tipo de indicador:	Resultado
Ano(s) de referência dos dados:	2015/2018/2021
Periodicidade de monitorização:	3/3 anos
Unidade de medida:	%
Data da última atualização:	julho/2023

Tabela 21 –Proporção da superfície das massas de água com bom estado/potencial ecológico.

Descrição:

Este indicador avalia as massas de água com bom estado/potencial ecológico, que traduz a qualidade estrutural e funcional dos ecossistemas aquáticos associados às águas de superfície.

Contexto e Relevância:

De acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), nomeadamente quanto à meta 15.1 – Conservar e Restaurar Ecossistemas Terrestres de Água Doce, é previsto o cumprimento da proporção de massas de água com bom estado/potencial ecológico de 100% até 2030.

Resultados:

Verifica-se que existiu uma melhoria significativa na qualidade das massas de água, em 4,9%, no ano de 2021, contudo, serão necessárias ações mais eficazes para que se possa atingir o valor de 100%, valor meta para 2030 (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)).

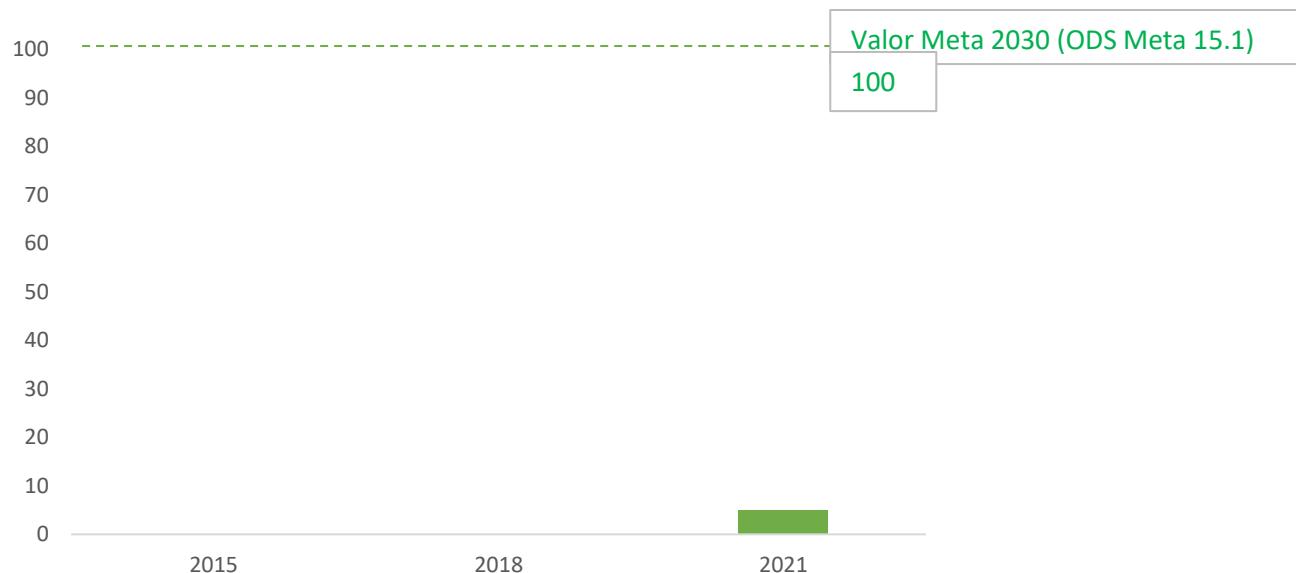


Gráfico 24 – Proporção da superfície das massas de água com bom estado/potencial ecológico (%).

INDICADOR 1.14: Operações de Silvicultura Preventiva

Designação:	Operações de Silvicultura Preventiva
Linha estratégica:	Ordenamento da Floresta
Fonte(s):	CMM
Tipo de indicador:	Realização
Ano(s) de referência dos dados:	2015 - 2022
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	ha
Data da última atualização:	julho/2023

Tabela 22 – Operações de Silvicultura Preventiva.

Descrição:

Este indicador tem como objetivo analisar as operações de silvicultura aplicada nas áreas florestais de modo a avaliar a sua pertinência no que respeita à diminuição de situações que promovam a propagação de incêndios florestais, e reduzindo o número de ocorrências, assim como reduzir as áreas ardidas e proteger as pessoas e bens.

Contexto e relevância:

De acordo com o n.º1, do artigo 44.º, do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no Território Continental, os instrumentos de gestão florestal devem explicitar as medidas de silvicultura e de infraestruturação de territórios rurais que garantam a descontinuidade horizontal e vertical dos combustíveis florestais e a alternância de parcelas com distinta inflamabilidade e combustibilidade, no âmbito das orientações de planeamento, com os objetivos de diminuir a perigosidade de incêndio rural e de garantir a máxima resistência da vegetação à passagem do fogo.

O município tem apostado continuamente na implementação do dispositivo municipal de defesa da floresta contra incêndios, que conta anualmente com uma equipa de sapadores florestais no terreno para vigilância e deteção, ações preventivas prévias, no âmbito da silvicultura preventiva, abertura de caminhos, beneficiação de redes viárias florestais, bem como diversas ações de sensibilização à população. A proteção civil de Mafra, tem proporcionado às escolas e à comunidade em geral ações de educação, sensibilização e divulgação da proteção da floresta contra os incêndios florestais. Contudo, verifica-se uma diminuição significativa das operações de silvicultura, entre 2017 e 2018, pelo que se deverá repensar o aumento das operações de silvicultura, nomeadamente para a gestão das faixas de combustíveis programadas em PMDFCI.

Verifica-se que a maioria das faixas de gestão de combustível são da responsabilidade dos proprietários privados, pelo que o município de Mafra deverá ter um contributo importante e através das Juntas de Freguesia na sensibilização dos privados.

A prevenção dos fogos florestais no município de Mafra, tem sido um dos objetivos cruciais à sustentabilidade, adotando uma metodologia que permite ao município a correta identificação das zonas sensíveis de perigosidade e efetuar os respetivos trabalhos de prevenção, adequando as várias ferramentas ao território e à tipologia dos combustíveis existentes.

Resultados:

A monitorização das operações de silvicultura preventiva, retirada dos relatórios de gestão do município de Mafra entre os anos de 2015 a 2022, apresentam uma evolução das dinâmicas de gestão dos espaços florestais.

Designação	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Parcelas de gestão de combustível (silvicultura preventiva e fogo controlado) (ha)	37,4	23,4	139,5	163,2	400,3	329,98	53,21	29,91
Rede Viária Florestal Beneficiada (Km)	6,7	18,7	14	11,6	20,5	10,64	2,05	13,074
Limpeza de terrenos (n.º)	82	93	28	286	234	251	220	142
Vigilância de espaços florestais (Km)	20412	23411	38382	24045	20112	17706	21540	22183
Operacionais envolvidos nas operações de combate (n.º)	1303	896	1000	1000	955	1356	883	964

Tabela 23 - Operações de silvicultura preventiva.

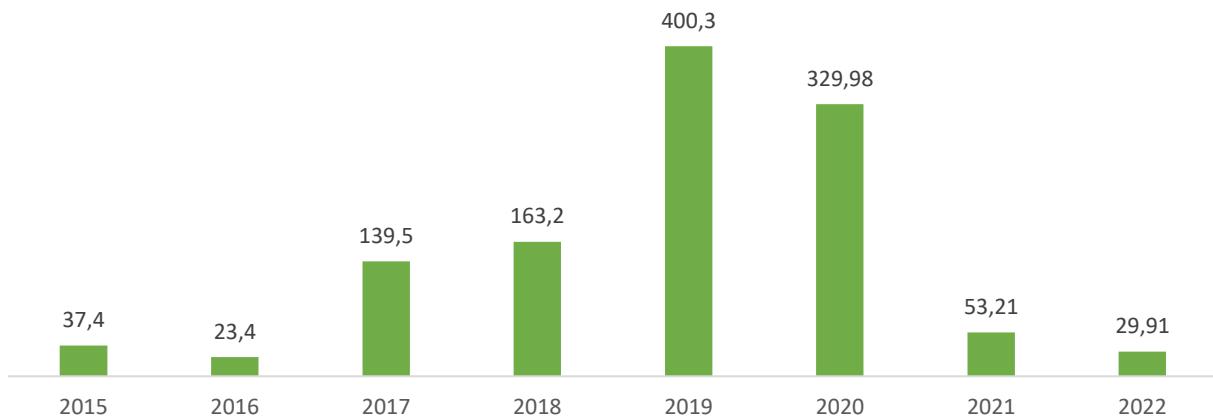


Gráfico 25 – Parcela de gestão de combustível (silvicultura preventiva e fogo controlado) (ha).

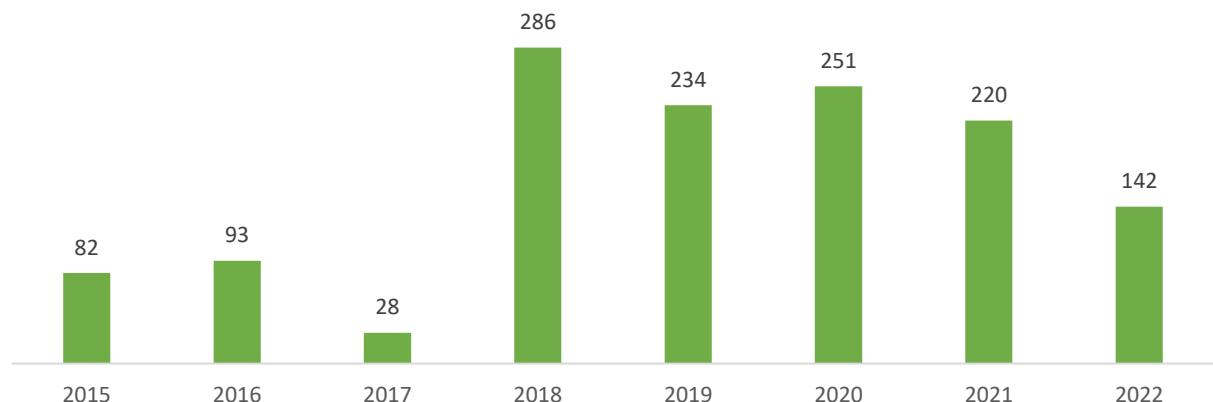


Gráfico 26 – Limpeza de terrenos (N.º).

INDICADOR 1.15: Superfície Ardia

Designação:	Superfície Ardia
Linha estratégica:	Ordenamento da Floresta
Fonte(s):	CMM
Tipo de indicador:	Resultado
Ano(s) de referência dos dados:	2015 - 2022
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	ha
Data da última atualização:	julho/2023

Tabela 24 –Superfície ardida.

Descrição:

Este indicador tem como objetivo analisar a evolução das áreas ardidas no município, de modo a definir estratégias específicas que possam contribuir para a diminuição da probabilidade de ocorrência de incêndios.

Contexto e relevância:

O Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (SNDFCI), cuja estrutura foi aprovada pelo Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de fevereiro, que estabelece um conjunto de medidas e ações relativas à prevenção e proteção de florestas contra incêndios.

Considerando a estratégia do PMDFCI, pretende-se com este indicador manter a eficácia operacional de resposta e combate a incêndios florestais. O objetivo do presente indicador apresenta uma meta a cumprir até ao ano 2019 (<100).

Resultados:

A superfície ardida de floresta e matos, registou um aumento acentuado de 2016 para 2017, com cerca de 403 hectares de áreas ardidas, devido a grandes incêndios no ano de 2017, assim como entre 2021 para 2022, com cerca de 273 hectares de áreas ardidas.

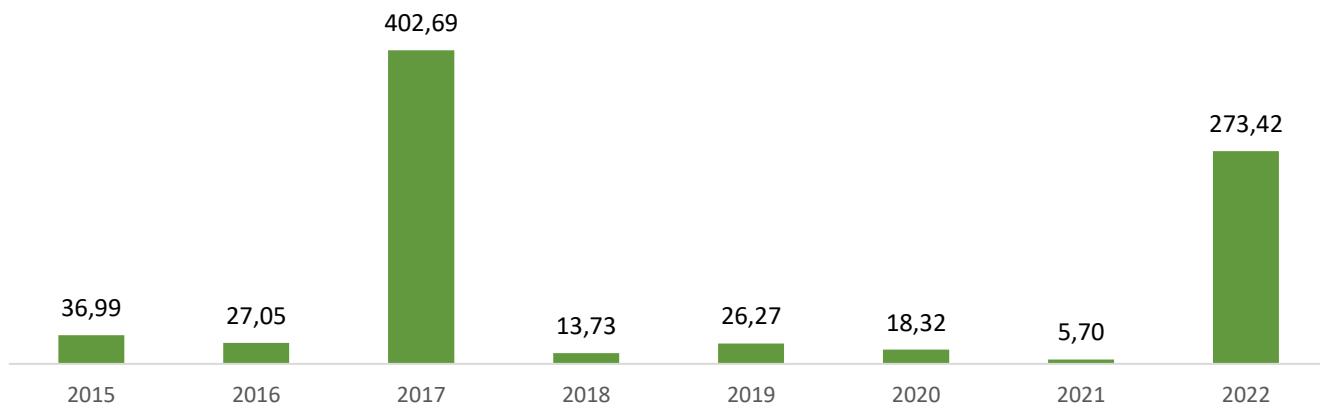


Gráfico 27 – Superfície ardida(ha).

INDICADOR 1.16: Área ocupada por eucalipto

Designação:	Área ocupada por eucalipto
Linha estratégica:	Ordenamento da Floresta
Fonte(s):	DGT
Tipo de indicador:	Resultado
Ano(s) de referência dos dados:	2018 - 2023
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	ha
Data da última atualização:	julho/2023

Tabela 25 –Área ocupada por eucalipto.

Descrição:

O indicador área ocupada por eucalipto pretende avaliar a evolução destas áreas em função das respetivas orientações do Programa Regional de ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo (PROFLVT), pela Portaria n.º 52/2019, de 11 de fevereiro, que estabelece o limite máximo de área a ocupar por eucalipto (anexo IV), para o município de Mafra.

Contexto e relevância:

No contexto florestal, no que se refere às áreas ocupadas por manchas florestais, estas devem apresentar uma diversidade quanto às espécies, de modo a contribuírem para diversidade genética do material vegetal.

Resultados:

O indicador área ocupada por eucalipto, de acordo com a COSc de 2018 a 2023, tem registado uma diminuição. Contudo, essa diminuição ainda não consegue atingir o limite máximo de 2.862 hectares, como definido no Anexo IV, do Programa Regional de Ordenamento do Florestal de Lisboa e Vale do Tejo (PROFLVT).

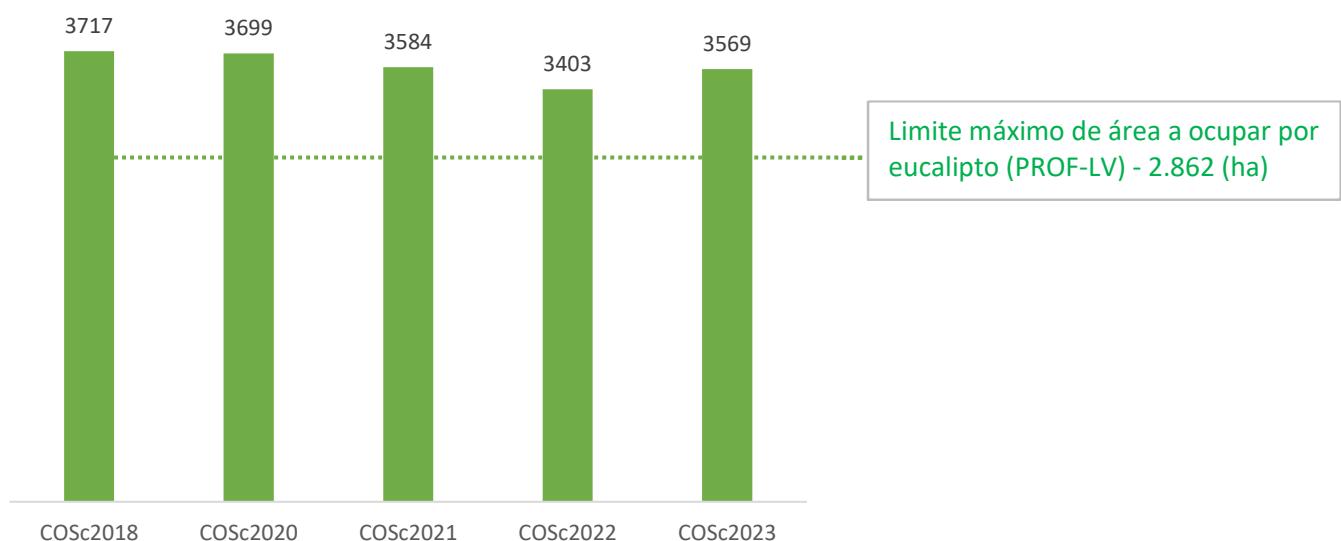


Gráfico 28 – Área ocupada por eucalipto (ha).

INDICADOR 1.17: Ocorrências de incêndios florestais

Designação:	Ocorrências de incêndios florestais
Linha estratégica:	Ordenamento da Floresta
Fonte(s):	Relatórios de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Mafra e da Proteção Civil.
Tipo de indicador:	Resultado
Ano(s) de referência dos dados:	2015 - 2022
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	N.º
Data da última atualização:	julho/2023

Tabela 26 –Ocorrências de incêndios florestais.

Descrição:

O presente indicador analisa o número de ocorrências de incêndios Florestais.

Contexto e relevância:

A evolução do número de ocorrências deverá perceber a tendência do número de ocorrências após a implementação do Plano Municipal de Defesa das Florestas Contra Incêndios e de que maneira prevenção estrutural se traduz numa redução dos números de incêndios e na redução da área ardida.

Resultados:

As ocorrências dos incêndios rurais constituem um dos principais obstáculos à sustentabilidade da floresta e dos ecossistemas a esta associados, provocando a sua degradação, e consequentemente o desequilíbrio de bens e serviços, económicos, sociais ou ambientais.

Os incêndios rurais ocorrem ciclicamente todos os anos no território de Portugal Continental, com particular incidência durante o período de verão.

As áreas ardidas representam uma grande variabilidade anual, diretamente relacionada com a severidade meteorológica, à semelhança do indicador analisado, o ano 2017 foi profundamente severo com 189 ocorrências.

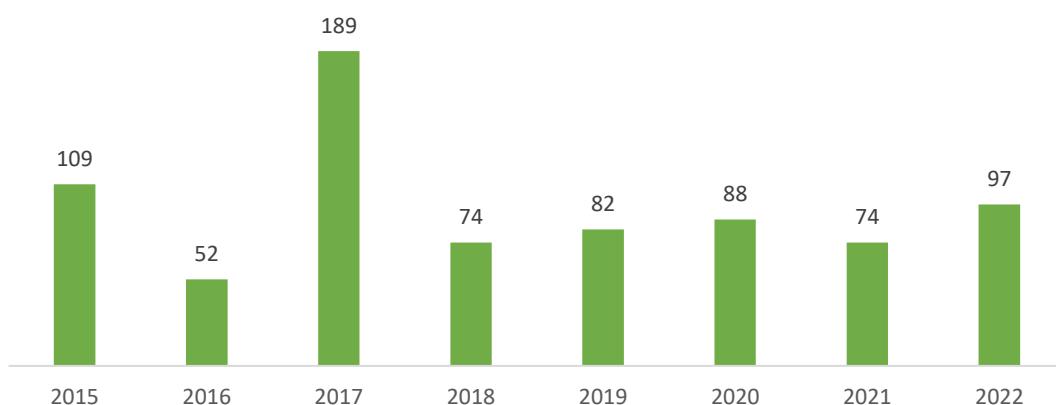


Gráfico 29 – Ocorrências de Incêndios florestais (n.º).

INDICADOR 1.18: Imóveis Classificados e em Vias de Classificação

Designação:	Imóveis Classificados e em Vias de Classificação
Linha estratégica:	Valorização do edificado e imóveis classificados
Fonte(s):	CMM
Tipo de indicador:	Realização
Ano(s) de referência dos dados:	2015 - 2022
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	N.º
Data da última atualização:	julho/2023

Tabela 27 – Imóveis Classificados e em Vias de Classificação.

Descrição:

Candidaturas de iniciativa municipal submetidas e aprovadas pela Direção Geral do Património e Cultura.

Contexto e Relevância:

Para conhecer as dinâmicas de classificação de imóveis e de zonas especiais de proteção, necessitamos de proceder à monitorização dos processos de iniciativa municipal submetidos à Direção Geral de Património e Cultura, de modo a verificar a evolução e promoção do património edificado histórico.

Resultados:

Verifica-se que o numero de Imóveis Classificados e em Vias de Classificação, apresentam pouca dinâmica quanto às candidaturas apresentadas pelo município de Mafra.

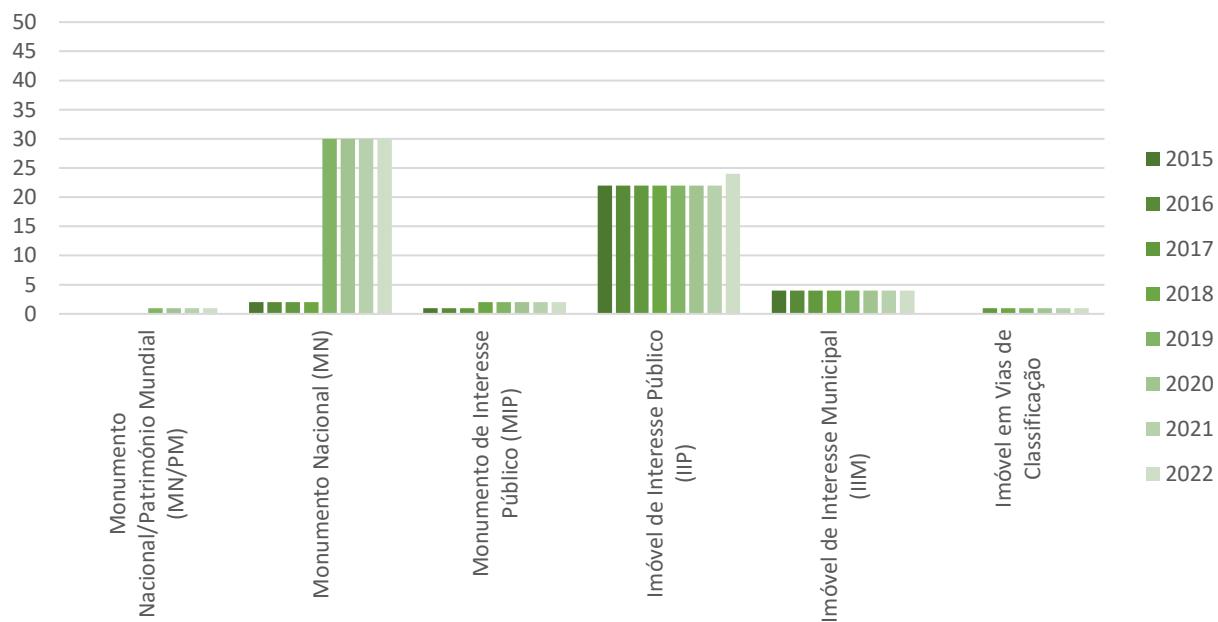


Gráfico 30 – Imóveis Classificados e em Vias de Classificação (N.º).

INDICADOR 1.19: Recuperação de Fachadas (MafraRequalifica)

Designação:	Recuperação de Fachadas (MafraRequalifica)
Linha estratégica:	Valorização do edificado e imóveis classificados
Fonte(s):	CMM
Tipo de indicador:	Realização
Ano(s) de referência dos dados:	2016 - 2023
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	N.º
Data da última atualização:	julho/2023

Tabela 28 – Recuperação de Fachadas (MafraRequalifica).

Descrição:

O indicador recuperação de fachadas avalia as medidas de recuperação do edificado geral, no município de Mafra.

Contexto e Relevância:

O município de Mafra definiu a qualificação ambiental e paisagística do território, como uma prioridade estratégica, como referido no documento “Estratégia Municipal de Reabilitação Urbana de Mafra”. O programa “Mafra Requalifica” tem por objetivo promover, apoiar e incentivar o processo de regeneração urbana em todo o território do Concelho de Mafra, disponibilizando incentivos e serviços de apoio a todos os interessados na reabilitação do património existente: incentivos financeiros, benefícios fiscais e simplificação dos procedimentos administrativos.

Resultados:

Verifica-se um aumento do número de processos de regeneração urbana de recuperação de fachadas, através do programa MafraRequalifica, desde 2016 a 2023.

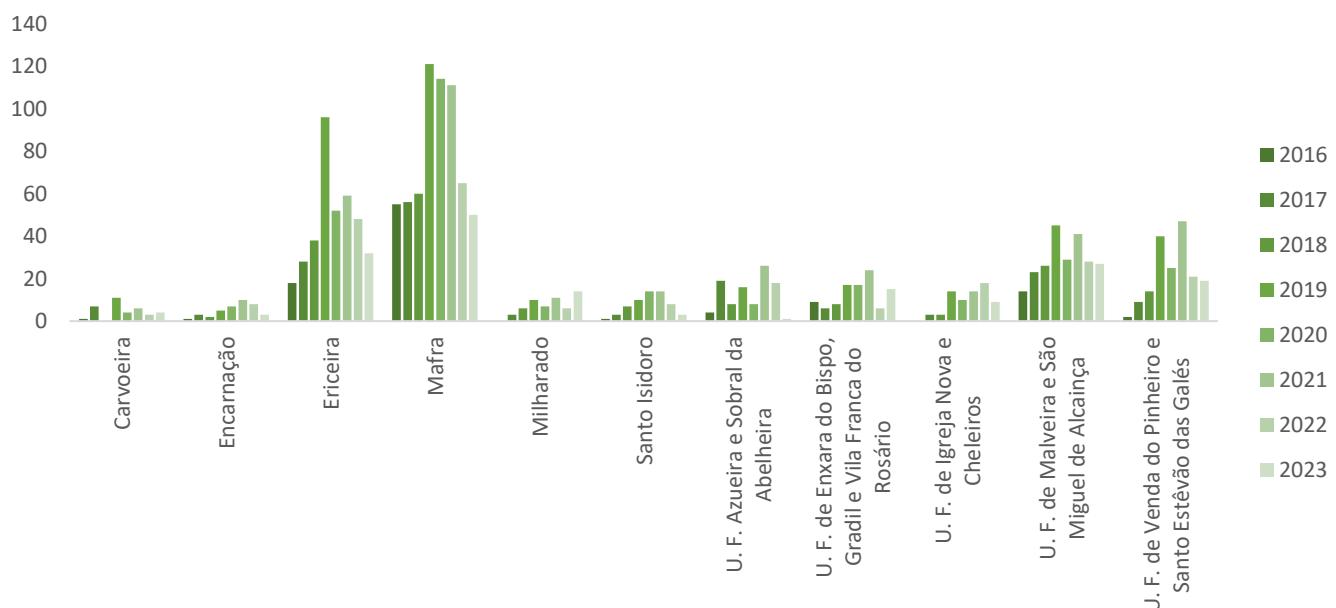


Gráfico 31 – Recuperação de fachadas (N.º).

INDICADOR 1.20: Investimento municipal para promoção do património cultural

Designação:	Investimento municipal para promoção do património cultural
Linha estratégica:	Valorização do Edificado e Imóveis Classificados
Fonte(s):	CMM
Tipo de indicador:	Resultado
Ano(s) de referência dos dados:	2015 - 2022
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	€
Data da última atualização:	julho/2023

Tabela 29 – Investimento municipal para a promoção do património cultural.

Descrição:

Este indicador pretende avaliar o investimento municipal para a promoção do património cultural.

Contexto e Relevância:

O investimento municipal para a proteção do meio ambiente e conservação da natureza, revela-se de extrema importância para garantir a sua proteção e conservação, e deste modo, aumentar o valor ambiental, social e económico.

Resultados:

Verifica-se que o investimento em promoção do património cultural aumentou significativamente de 2021 para 2022, com um valor de 1.190.173,62€, cerca de 7%, face ao orçamento municipal, valor mais elevado desde 2015.

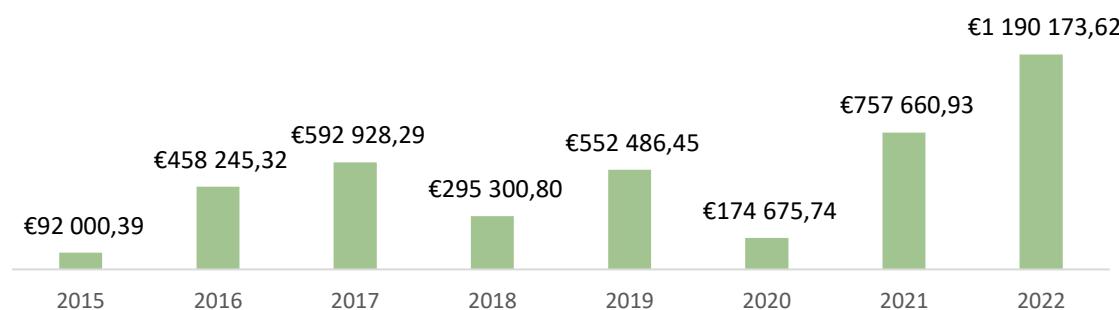


Gráfico 32 – Investimento municipal para promoção do património cultural.



Gráfico 33 – Percentagem de investimento municipal em promoção do património cultural face ao orçamento municipal.

INDICADOR 1.21: Sítios arqueológicos alvo de medidas de valorização, proteção e conservação

Designação:	Sítios arqueológicos alvo de medidas de valorização, proteção e conservação
Linha estratégica:	Valorização do Edificado e Imóveis Classificados
Fonte(s):	CMM
Tipo de indicador:	Realização
Ano(s) de referência dos dados:	2015 - 2022
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	Número
Data da última atualização:	julho/2023

Tabela 30 – Sítios arqueológicos alvo de medidas de valorização, proteção e conservação.

Descrição:

O presente indicador elenca os vários sítios arqueológicos alvo de medidas de valorização, proteção e conservação.

Contexto e Relevância:

É importante perceber que um sítio arqueológico apresenta recursos finitos e que a sua deteiração poderá levar ao desaparecimento.

demonstra as dinâmicas de valorização e de identificação de valores e dos seus significados e fornece base para determinar a utilização em determinados âmbitos: científicos, recreativo, económico e na estruturação de medidas de conservação para o local.

Resultados:

Os trabalhos de acompanhamento e escavação em sítios arqueológicos aquando a realização de novos Projetos de execução e zonas arqueológicas classificadas, deverão assegurar a preservação dos locais com interesse cultural coletivo. Neste sentido, verificamos que se tem verificado um ligeiro aumento das intervenções de acompanhamento e escavação arqueológica (2015-2020).



Gráfico 34 – Sítios arqueológicos alvo de medidas de valorização, proteção e conservação.

OBJETIVO 2 - CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA URBANO



INDICADOR 2.1: Edifícios de habitação familiar clássica

Designação:	Edifícios de habitação familiar clássica
Linha estratégica:	Contenção dos perímetros urbanos e consolidação das áreas urbanas
Fonte(s):	INE
Tipo de indicador:	Resultado
Ano(s) de referência dos dados:	2015 - 2021
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	N.º
Data da última atualização:	julho/2023

Tabela 31 – Edifícios de habitação familiar clássica.

Descrição:

O presente indicador avalia as construções independentes, coberta, limitada por paredes exteriores ou paredes meias que vão das fundações à cobertura, destinada a servir de habitação (com um ou mais alojamentos/fogos) ou outros fins.

Contexto e Relevância:

Para compreender as dinâmicas do parque habitacional, no município de Mafra, é fundamental analisar a quantidade de habitação familiar clássica, desde o início da vigência do Plano.

Resultados:

O número de fogos licenciados para habitação tem vindo a aumentar de 2015 para 2016, com mais 46 edifícios licenciados, de 2016 para 2017, mais 75 edifícios licenciados, de 2017 para 2018, com mais de 105 edifícios licenciados, de 2018 para 2019, com mais de 141 edifícios licenciados, de 2019 para 2020, com mais de 197 edifícios licenciados, e de 2020 para 2021, com mais de 171 edifícios licenciados.

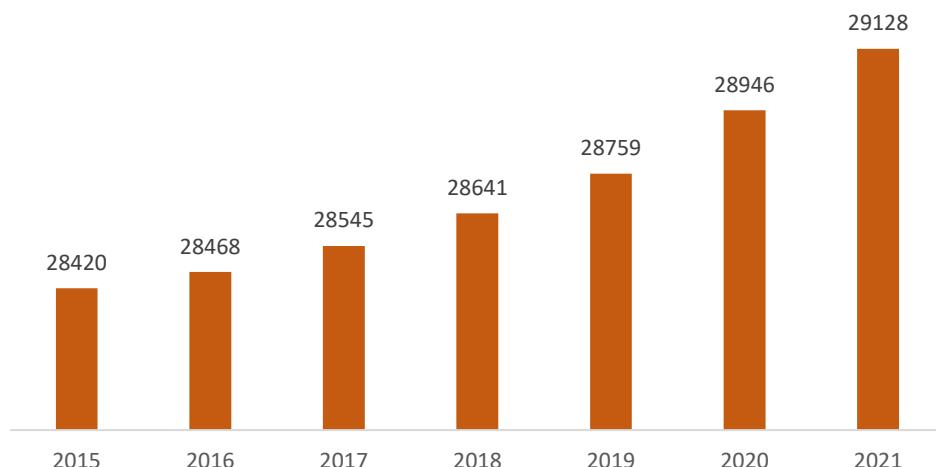


Gráfico 35 – Edifícios de Habitação familiar clássica (N.º).

INDICADOR 2.2: Dinâmica de Regeneração Urbana

Designação:	Dinâmica de Regeneração Urbana
Linha estratégica:	Contenção dos perímetros urbanos e consolidação das áreas urbanas
Fonte(s):	CMM
Tipo de indicador:	Realização
Ano(s) de referência dos dados:	2016 - 2022
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	N.º
Data da última atualização:	julho/2023

Tabela 32 – Dinâmica de Regeneração Urbana.

Descrição:

Este indicador pretende analisar a importância da relação da requalificação urbana com os desafios mais abrangentes de promoção e bem-estar social e de desenvolvimento local.

Contexto e Relevância:

O programa “Mafra Requalifica” tem por objetivo promover, apoiar e incentivar o processo de regeneração urbana em todo o território do município de Mafra, disponibilizando incentivos e serviços de apoio a todos os interessados na reabilitação do património existente, através de incentivos financeiros, benefícios fiscais e simplificação dos procedimentos administrativos.

Resultados:

Verifica-se que o número de candidaturas ao Programa Municipal de Regeneração Urbana, registou um aumento entre 2016 até 2019, sendo que se registou uma diminuição entre 2020 e 2021, voltando a registar um aumento em 2022.

A recuperação das fachadas e muros confinantes com arruamento público representam a maioria das candidaturas apresentadas pelos municípios.

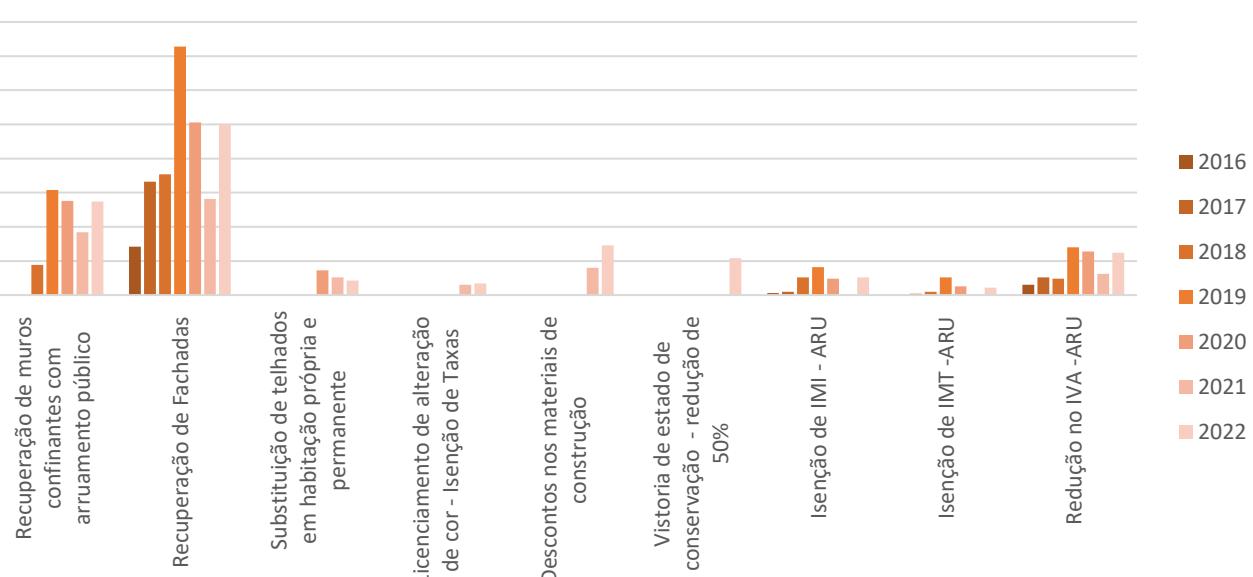


Gráfico 36 – Dinâmica de reabilitação do edificado do Programa Municipal de Regeneração Urbana.

INDICADOR 2.3: Edifícios, por localização geográfica, Época de Construção e Estado de Conservação

Designação:	Edifícios, por localização geográfica, Época de Construção e Estado de Conservação
Linha estratégica:	Contenção dos perímetros urbanos e consolidação das áreas urbanas
Fonte(s):	INE
Tipo de indicador:	2011 / 2021
Ano(s) de referência dos dados:	Resultado
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	Número
Data da última atualização:	novembro/2023

Tabela 33 – Edifícios, por localização geográfica, Época de Construção e Estado de Conservação.

Descrição:

O presente indicador pretende analisar o estado de conservação em que se encontra o parque habitacional do corredor urbano central.

Contexto e Relevância:

A habitação é um elemento essencial da ocupação do território e do desenvolvimento dos aglomerados populacionais, assumindo um papel central na definição e na implementação de políticas sociais e marcando profundamente a qualidade de vida dos cidadãos.

Uma parte do parque habitacional do município de Mafra apresenta um estado de conservação que impõe a realização de intervenções de reabilitação (péssimo e mau). Em complemento, verifica-se por vários motivos um decréscimo do segmento da construção de habitação nova. Neste contexto, a reabilitação é o segmento do setor da construção que se tem vindo a afirmar com maior potencial de evolução.

Resultados:

Nas últimas décadas, observou-se uma notória expansão das periferias dos principais núcleos urbanos, decorrente de um crescimento demográfico, que conduziu a exposição destas áreas à perda de qualidade e consequente degradação dos espaços urbanos. Neste sentido, foi perentório definir Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) que potenciassem a sua salvaguarda e regeneração, nos termos do RJRU (Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto), onde se incluíram os levantamentos de campo do edificado.

Para além da reabilitação e regeneração do património construído, também a qualificação do espaço público e do ambiente urbano, através da modernização das infraestruturas, reestruturação viária e criação de estacionamento em articulação com os transportes públicos, numa intervenção conjunta que visa a obtenção de um espaço público de qualidade e de um ambiente urbano saudável e descontaminado, contribuindo para a redução de emissões de carbono.

Da prioridade de salvaguarda do centro histórico da Vila de Mafra e envolvente ao Palácio Nacional de Mafra, que surge a primeira Operação de Reabilitação Urbana Sistemática da ARU de Mafra, em 2015, com cerca de 140,6 hectares, cuja intenção primordial foi a valorização do património histórico. Neste sentido, procedeu-se à análise do estado de conservação geral do edificado.

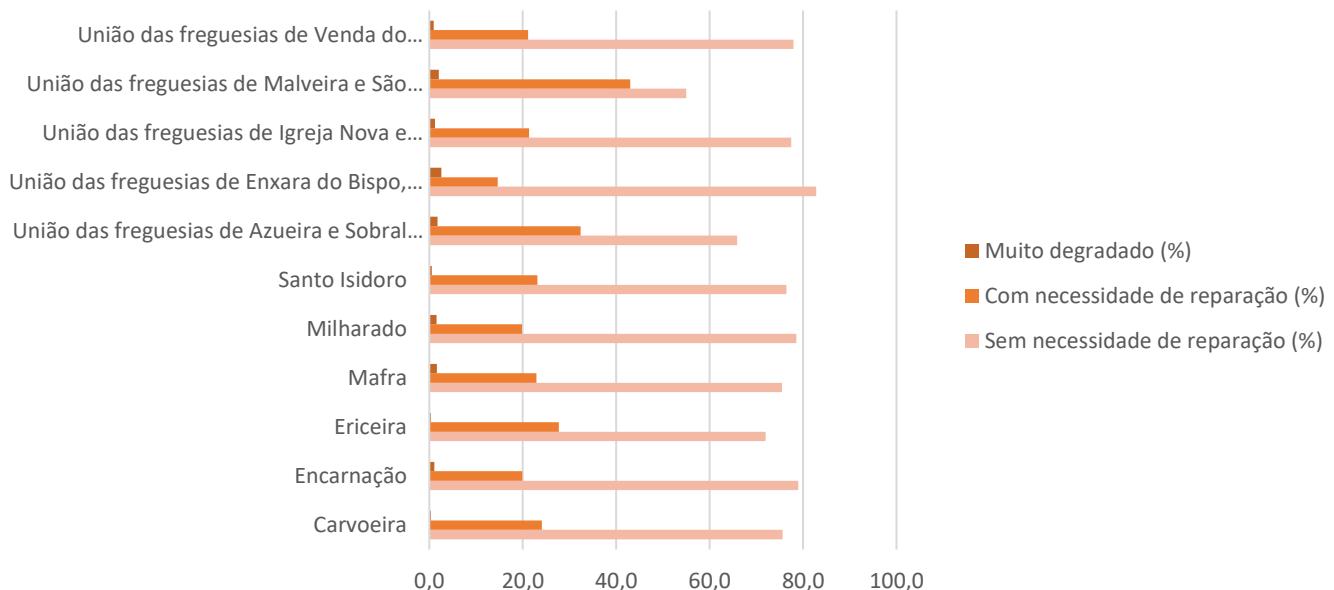


Gráfico 37 – Estado de Conservação Geral do Edificado (2011) (%).

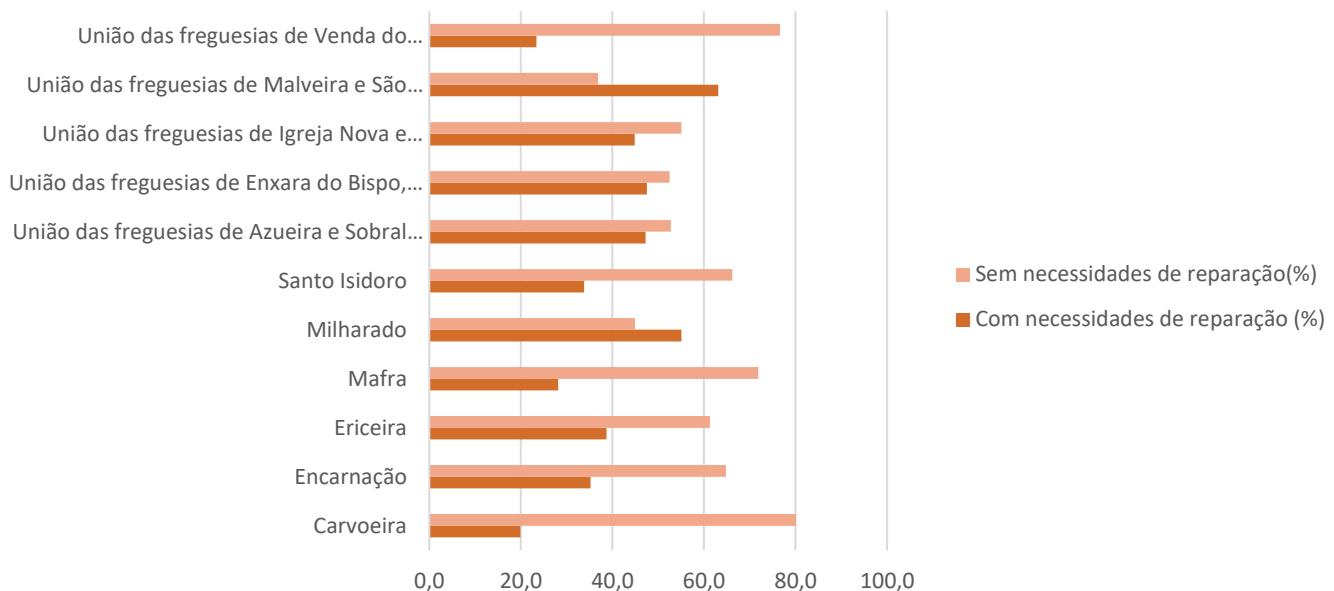


Gráfico 38 – Estado de Conservação Geral do Edificado (2021) (%).

INDICADOR 2.4: Alojamentos familiares clássicos (residência habitual, residência secundária e vagos)

Designação:	Alojamentos Familiares clássicos (residência habitual, residência secundária e vagos)
Linha estratégica:	Contenção dos perímetros urbanos e consolidação das áreas urbanas
Fonte(s):	INE
Tipo de indicador:	Resultado
Ano(s) de referência dos dados:	2011 / 2021
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	N.º
Data da última atualização:	julho/2023

Tabela 34 – Alojamentos familiares clássicos (residência habitual, residência secundária e vagos).

Descrição:

O alojamento familiar clássico é local distinto e independente, constituído por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos, num edifício de carácter permanente, ou numa parte distinta do edifício (do ponto de vista estrutural), que considerando a maneira como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado se destina a servir de habitação, normalmente, apenas de uma família/agregado doméstico privado. Deve ter uma entrada independente que dê acesso (quer diretamente, quer através de um jardim ou um terreno) a uma via ou a uma passagem comum no interior do edifício (escada, corredor ou galeria, etc.). As divisões isoladas, manifestamente construídas, ampliadas ou transformadas para fazer parte do alojamento familiar clássico/fogo são consideradas como parte integrante do mesmo.

Contexto e Relevância:

A análise ao indicador alojamentos familiares clássicos, torna-se importante na medida em que se consegue analisar o número de alojamentos familiares clássicos de residência habitual, residência secundária e vagos para as 11 freguesias do município de Mafra.

Resultados:

Na análise dos Censos de 2011 e 2021, verifica-se que no indicador alojamentos familiares clássicos (residência habitual, residência secundária e vagos), existiu um aumento em todas as freguesias dos alojamentos familiares clássicos (residência habitual), e uma diminuição em todas as freguesias dos alojamentos dos alojamentos familiares clássicos (residência secundária) e no que respeita aos alojamentos familiares clássicos (vagos), reduziram em todas as freguesias exceto, em Santo Isidoro, Encarnação e Carvoeira, conforme Gráficos 39, 40, e 41.

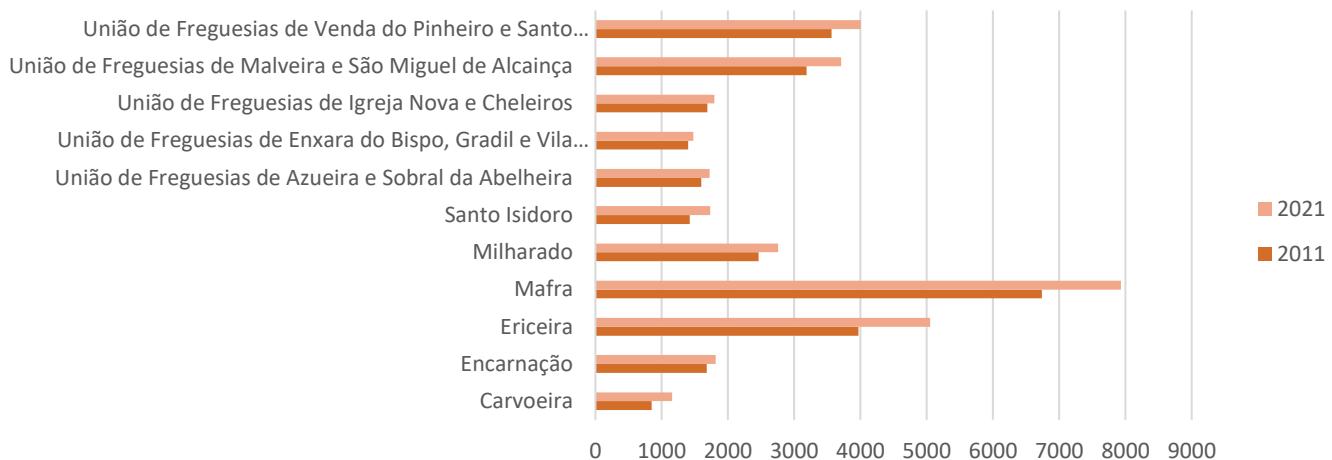


Gráfico 39 – Alojamentos familiares clássicos (residência habitual) (2011-2021)(N.º).

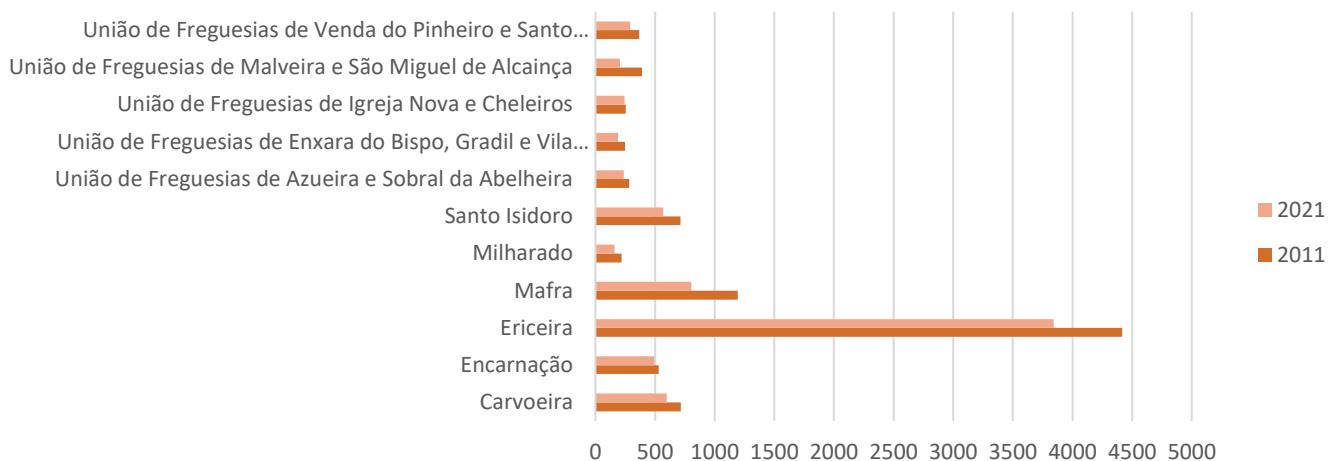


Gráfico 40 – Alojamentos familiares clássicos (residência secundária) (2011-2021)(N.º).

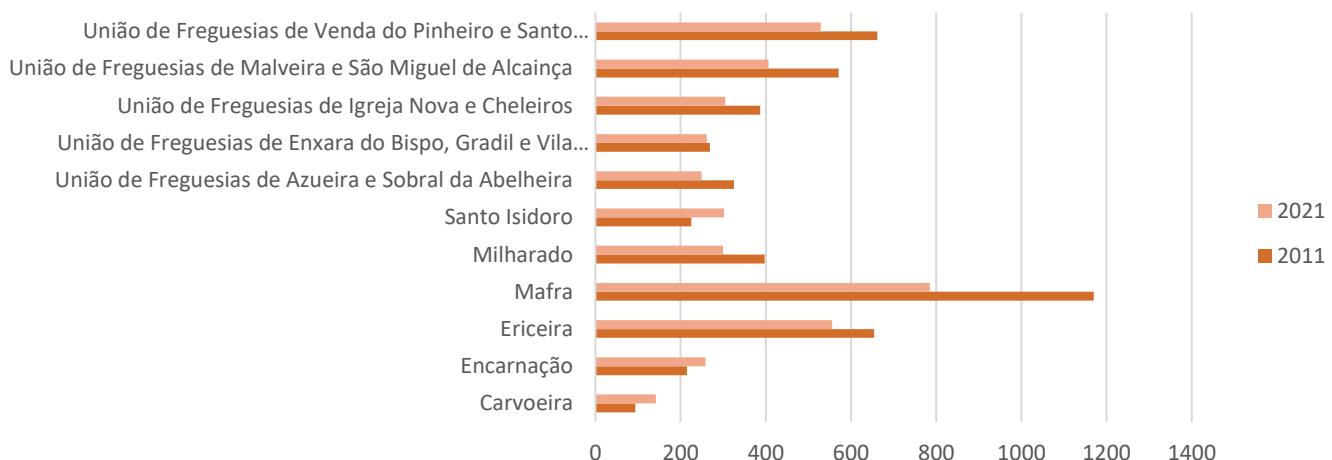


Gráfico 41 – Alojamentos familiares clássicos (residência vagos) (2011-2021)(N.º).

INDICADOR 2.5: Alojamentos familiares clássicos (com residência habitual e existência de lugar de estacionamento ou garagem)

Designação:	Alojamentos Familiares clássicos (com residência habitual e existência de lugar de estacionamento ou garagem)
Linha estratégica:	Contenção dos perímetros urbanos e consolidação das áreas urbanas
Fonte(s):	INE
Tipo de indicador:	Resultado
Ano(s) de referência dos dados:	2011 / 2021
Periodicidade de monitorização:	Decenal
Unidade de medida:	N.º
Data da última atualização:	1 julho/2023

Tabela 35 – Alojamentos familiares clássicos (com residência habitual e existência de lugar de estacionamento ou garagem).

Descrição:

O presente indicador analisa os alojamentos familiares clássicos com residência habitual e existência de lugar de estacionamento ou garagem.

Contexto e Relevância:

O presente indicador permite verificar se existe carência no que se refere à disponibilidade de lugares de estacionamento automóvel.

Resultados:

Na análise ao indicador alojamentos familiares clássicos (residência habitual), com existência de lugar de estacionamento ou garagem, verifica-se que as freguesias com maior número de estacionamentos ou garagem são as freguesias de Mafra, Ericeira, União de Freguesias da Venda do Pinheiro e Santo Estevão das Galés e a União de Freguesias da Malveira e São Miguel de Alcainça, representam as freguesias com maior número de alojamentos familiares clássicos de residência habitual.

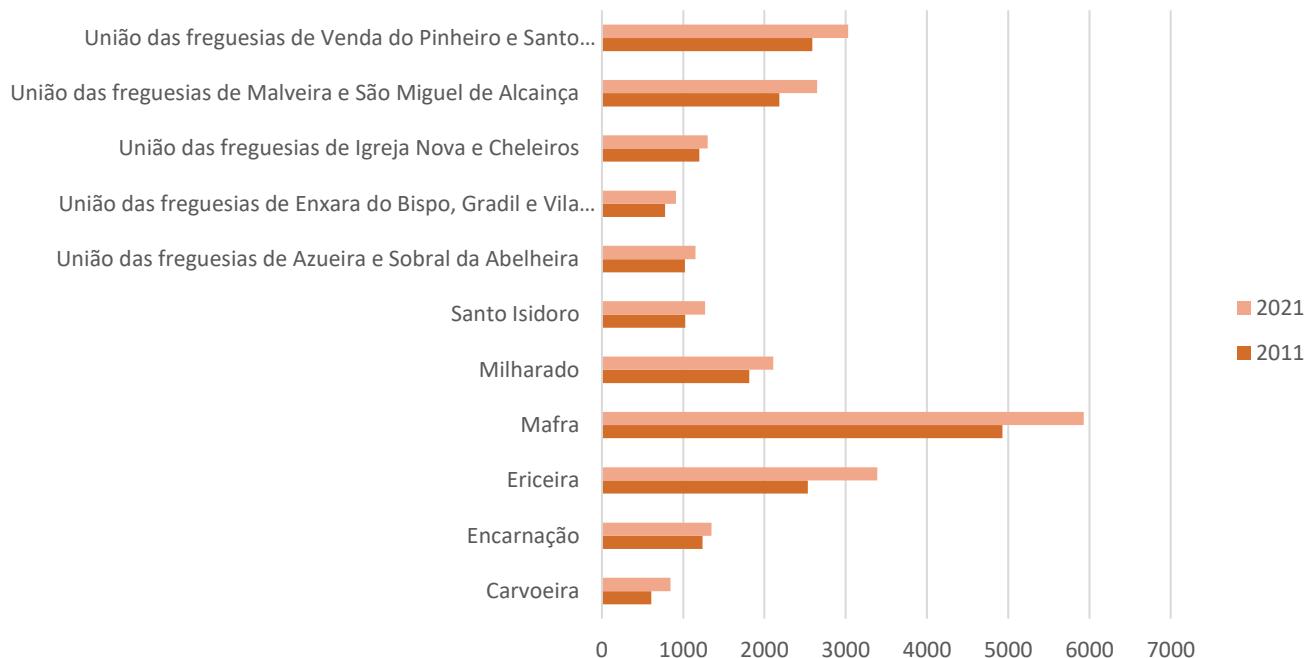


Gráfico 42 – Alojamentos familiares clássicos com residência habitual e existência de lugar de estacionamento ou garagem.

INDICADOR 2.6: Carências habitacionais

Designação:	Carências habitacionais
Linha estratégica:	Contenção dos perímetros urbanos e consolidação das áreas urbanas
Fonte(s):	Estratégia Local de Habitação de Mafra (CMM)
Tipo de indicador:	Resultado
Ano(s) de referência dos dados:	2022
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	N.º
Data da última atualização:	março/2024

Tabela 36 – Carências habitacionais.

Descrição:

O indicador carências habitacionais de alojamento, foram avaliadas através dos pedidos de habitação.

Contexto e Relevância:

Num cenário em que o stock de habitação municipal se tem mostrado insuficiente para responder à crescente procura por habitação por parte das famílias mais vulneráveis, é essencial promover a atualização do diagnóstico das carências habitacionais do concelho de Mafra.

Resultados:

O resultado do presente indicador encontra-se no documento “**Estratégia Local de Habitação de Mafra**”, foi aprovada na reunião da Assembleia Municipal de 22 de dezembro de 2020, tendo sido alterada na reunião da Assembleia Municipal de 28 de abril de 2022.

INDICADOR 2.7: População Residente

Designação:	População Residente
Linha estratégica:	Contenção dos perímetros urbanos e consolidação das áreas urbanas
Fonte(s):	INE
Tipo de indicador:	Resultado
Ano(s) de referência dos dados:	2015 - 2022
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	Número
Data da última atualização:	julho/2023

Tabela 37 – População residente.

Descrição:

O indicador avalia a evolução da população residente no município de Mafra.

Contexto e Relevância:

Para avaliar as dinâmicas da população residente no município de Mafra, torna-se necessário conhecer as dinâmicas evolutivas dos municípios limítrofes.

Resultados:

As estimativas anuais da população residente, tem aumentado nos últimos anos, verificando-se que o maior aumento de 2018 para 2019. Estes dados permitem concluir que existe um crescimento médio de 1171 pessoas, por ano, no município de Mafra.

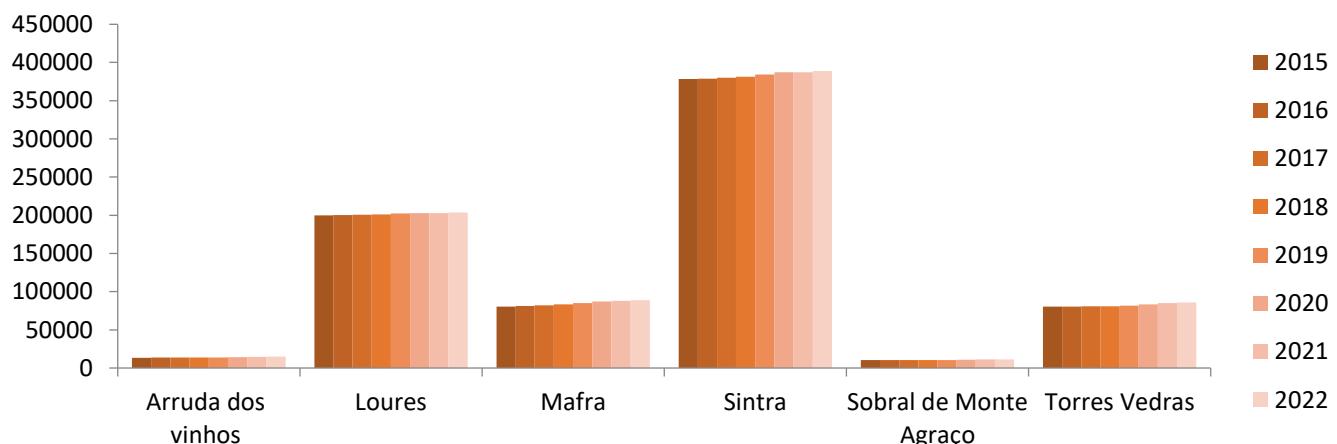


Gráfico 43 – População residente, dos concelhos limítrofes.

INDICADOR 2.8: Densidade Populacional

Designação:	Densidade Populacional
Linha estratégica:	Contenção dos perímetros urbanos e consolidação das áreas urbanas
Fonte(s):	INE
Tipo de indicador:	Resultado
Ano(s) de referência dos dados:	2015 - 2022
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	N.º/Km ²
Data da última atualização:	julho/2023

Tabela 38 – Densidade populacional.

Descrição:

Representa a intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território (habitualmente expressa em número de habitantes por quilómetro quadrado).

Contexto e Relevância:

Considera-se relevante perceber as dinâmicas demográficas do município de Mafra, e comparar estas com as dinâmicas dos municípios limítrofes.

Resultados:

Pertencendo à Área Metropolitana de Lisboa (AML), o município de Mafra com uma área territorial com cerca de 291,65 Km², demonstrou de 2015 até 2022, uma evolução positiva na densidade populacional, contudo, verifica-se que o município de Mafra, encontra-se com valores de densidade de população inferior aos municípios de Loures e Sintra.

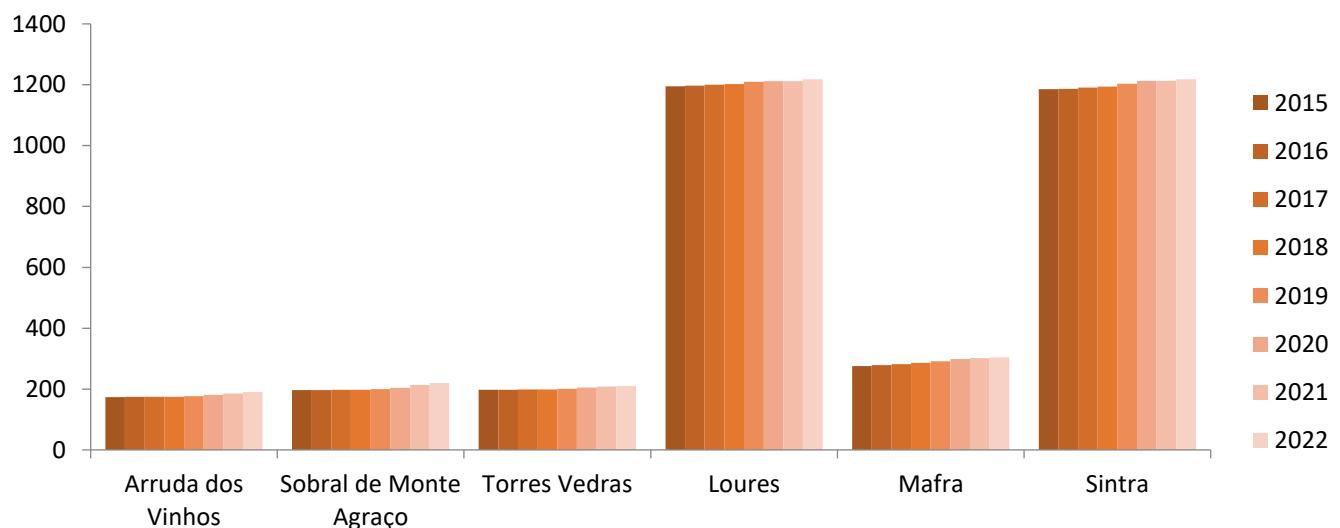


Gráfico 44 – Densidade populacional (N.º / km²) por Local de residência (NUTS - 2013), por concelhos limítrofes.

INDICADOR 2.9: Compromissos urbanísticos

Designação:	Compromissos urbanísticos
Linha estratégica:	Contenção dos perímetros urbanos e consolidação das áreas urbanas
Fonte(s):	CMM
Tipo de indicador:	Resultado
Ano(s) de referência dos dados:	Anterior 1951 / 2024
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	N.º
Data da última atualização:	Março/2024

Tabela 39 – Compromissos urbanísticos.

Descrição:

As pretensões referem a quantidade de diversos pedidos administrativos solicitados pelos requerentes, para uso habitacional.

Contexto e Relevância:

Os compromissos urbanísticos apresentados representam a contagem de todos os pedidos requeridos à Câmara Municipal de Mafra, até março de 2024 (inclusive). Neste indicador apenas foram analisadas as pretensões de alvará de loteamento (sem obras de urbanização), alvará de construção, alvará de loteamento e os alvarás de utilização.

Resultados:

Os compromissos urbanísticos apresentados representam a contagem de todos os pedidos requeridos à Câmara Municipal de Mafra, até março de 2024 (inclusive). As pretensões poderão ser alvarás de loteamento (sem obras de urbanização), alvarás de construção, alvarás de loteamento e os alvarás de utilização.

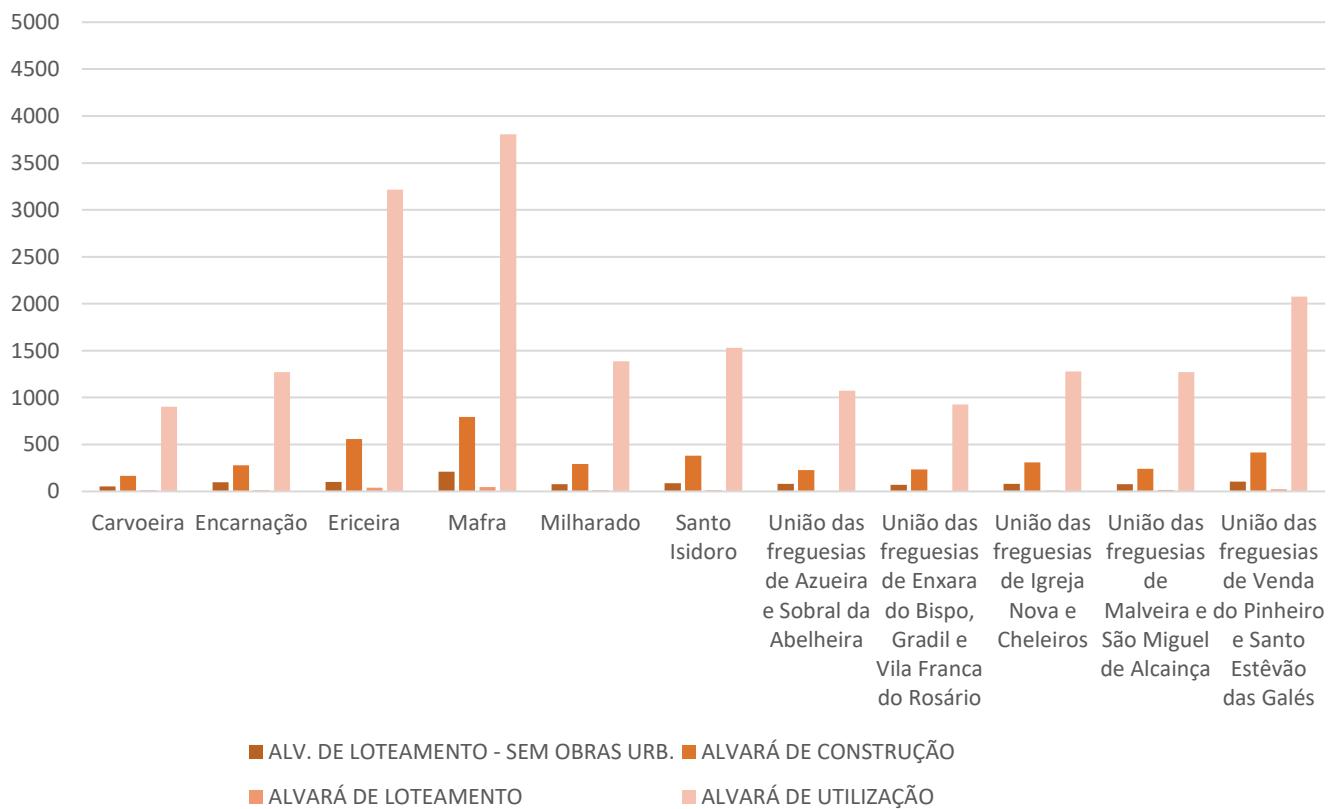


Gráfico 45 – Compromissos urbanísticos, por tipo de alvará (N.º).

INDICADOR 2.10: Espaços Verdes Urbanos per capita

Designação:	Espaços Verdes Urbanos per capita
Linha estratégica:	Contenção dos perímetros urbanos e consolidação das áreas urbanas
Fonte(s):	CMM
Tipo de indicador:	Realização
Ano(s) de referência dos dados:	2021
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	m^2/hab
Data da última atualização:	julho/2023

Tabela 40 – Espaços Verdes Urbanos per capita.

Descrição:

O presente indicador pretende avaliar a quantidade dos espaços verdes urbanos disponíveis per capita, por freguesia.

Contexto e Relevância:

Os espaços verdes urbanos apresentam diversas funções, nomeadamente, biológicas na redução dos níveis de concentração de poluentes atmosféricos, a regularização do regime hídrico, a redução do ruído e luminosidade, prevenção de cheias e o controlo da erosão. Ainda do ponto de vista social estes espaços representam uma ocasião de recreio, melhoria das áreas adjacentes à habitação e local de trabalho, melhoria na saúde física e mental.

Metodologia:

Cruzamento dos espaços verdes (informação georreferenciada da CMM) com a BGRI 2021, com o número total de indivíduos.

Resultados:

Verifica-se que a maior área de espaços verdes urbanos per capita, encontram-se na freguesia de Mafra ($430m^2/hab$).

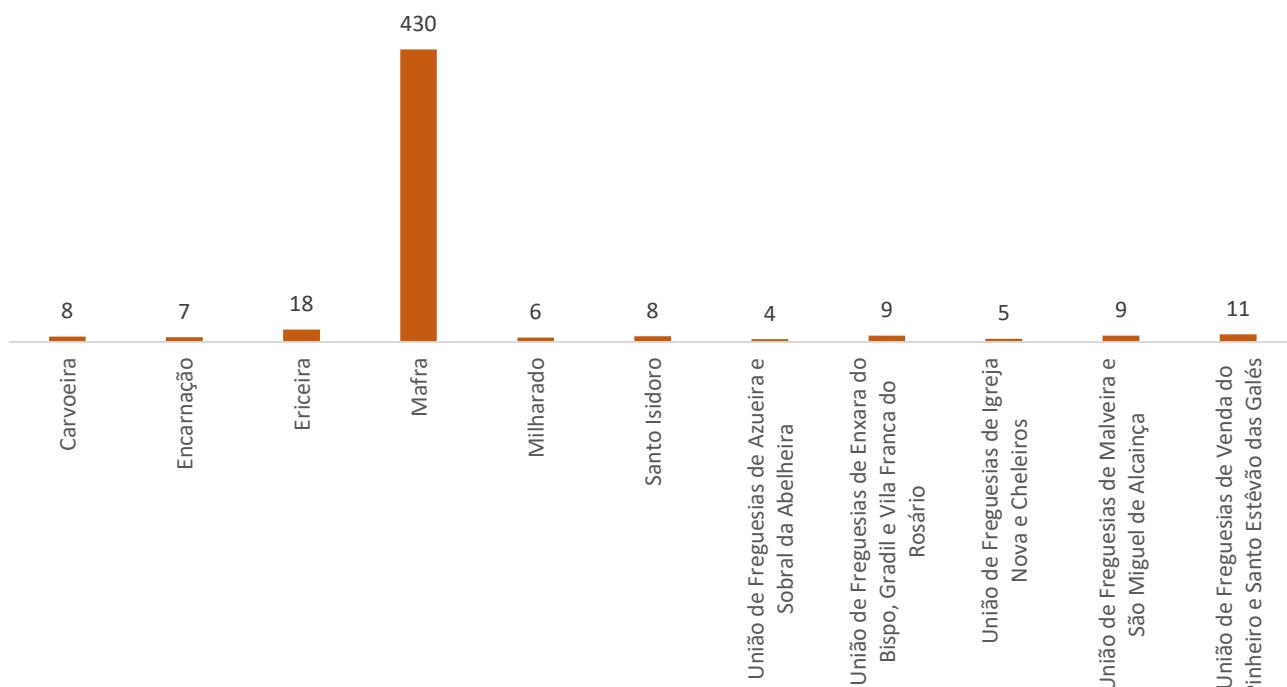


Gráfico 46 – Espaços verdes urbanos per capita (m^2/hab).

INDICADOR 2.11: Atividades económicas localizadas no corredor urbano central

Designação:	Atividades económicas localizadas no corredor urbano central
Linha estratégica:	Contenção dos perímetros urbanos e consolidação das áreas urbanas
Fonte(s):	CMM
Tipo de indicador:	Realização
Ano(s) de referência dos dados:	2019
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	N.º
Data da última atualização:	julho/2023

Tabela 41 – Atividades económicas localizadas no corredor urbano central.

Descrição:

O indicador atividades económicas localizadas no corredor urbano central, pretende analisar a percentagem dos estabelecimentos comerciais licenciados, as empresas, os processos do Regime do Exercício da Atividade Económica (REAP), os processos do Sistema de Indústria Responsável (SIR) e a Indústria, que se encontrem localizadas no corredor urbano central.

Contexto e Relevância:

As atividades económicas, num território, são indispensáveis para fixação de residentes e visitantes, pelo que importa planear e ordenar a oferta de áreas de serviços, de comércio e de indústria, dotadas de boa localização, infraestruturas adequadas e de proximidade aos centros urbanos.

Metodologia:

Junção dos estabelecimentos comerciais licenciados, empresas, processos de REAP, SIR e indústria (informação georreferenciada da CMM) com a o corredor central do Município de Mafra.

Resultados:

Verifica-se que a maioria das atividades económicas que se localizam no corredor central, representam empresas (2330 atividades), os estabelecimentos comerciais licenciados (1444 atividades), processos SIR (94 unidades), processos REAP (79 atividades) e indústria (38 atividades), conforme Gráfico 47.



Gráfico 47 – Atividades económicas localizadas no corredor urbano central (N.º).

INDICADOR 2.12: Grau de Desenvolvimento das UOPG

Designação:	Grau de Desenvolvimento das UOPG
Linha estratégica:	Contenção dos perímetros urbanos e consolidação das áreas urbanas
Fonte(s):	CMM
Tipo de indicador:	Realização
Ano(s) de referência dos dados:	2020-2024
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	%
Data da última atualização:	julho/2023

Tabela 42 – Grau de desenvolvimento das UOPG.

Descrição:

O presente indicador analisa o estado de execução das UOPG previstas no plano.

Contexto e Relevância:

O regulamento do PDM de Mafra, definiu um conjunto de orientações para as 27 UOPG. As áreas integradas nestas UOPG sujeitam-se a uma programação específica, definindo as linhas orientadoras da intervenção integrada que se pretende para o território, de acordo com os termos de referência estabelecidos para cada uma, e podem ser executadas através de Unidades de Execução, Planos de Urbanização ou Planos de Pormenor.

Resultados:

Verifica-se uma taxa de média de execução:

- 36% do corredor central (**grupo 1**)
- 19% da Consolidação da Rede Urbana Municipal (**grupo 2**)
- 14% das Áreas de Oportunidade (**grupo 3**)
- 39% da Compatibilização com as UOPG do POCACE (**grupo 4**)

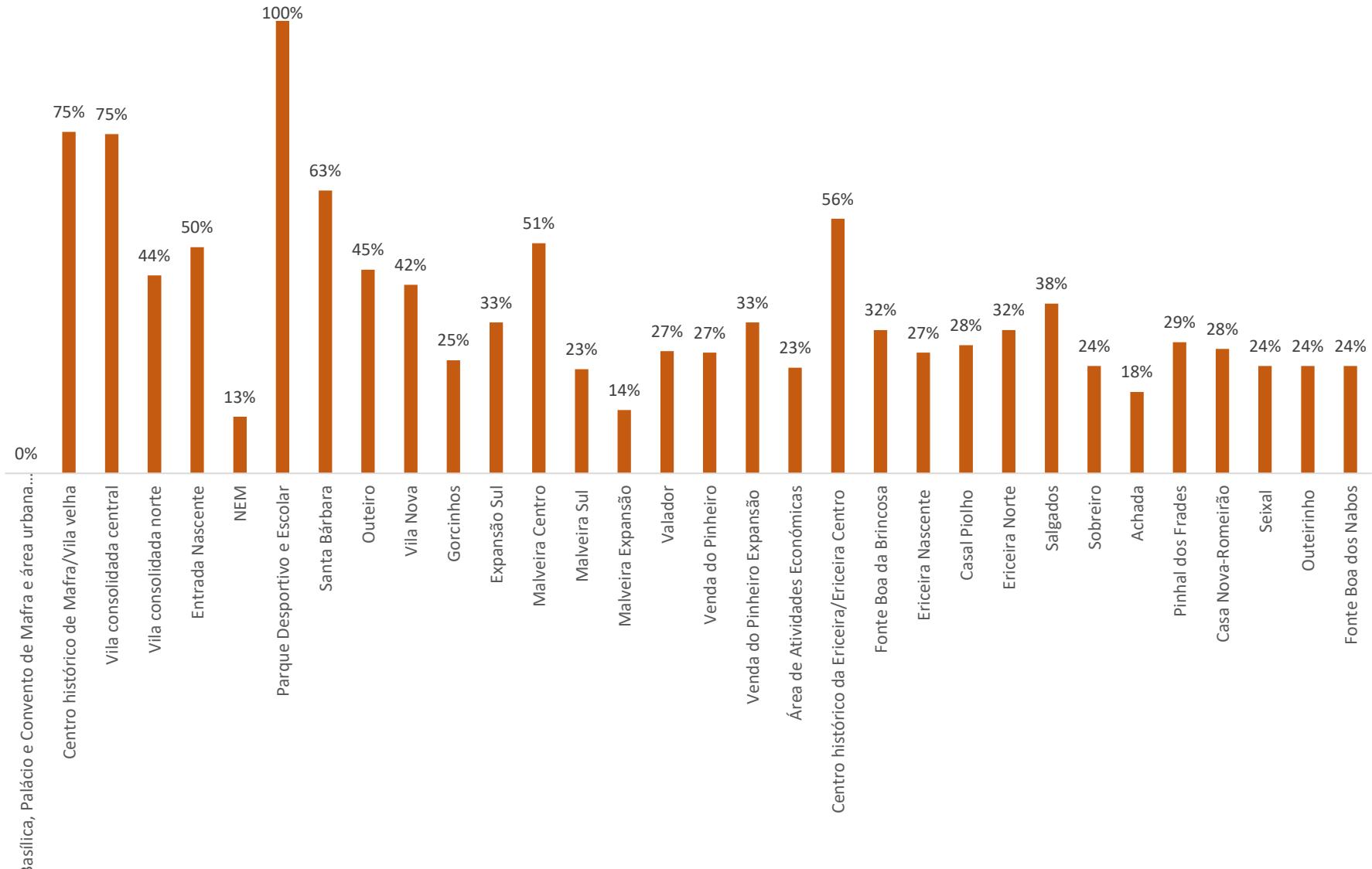


Gráfico 48 – Taxa de execução do grupo 1 – Corredor Central (%).

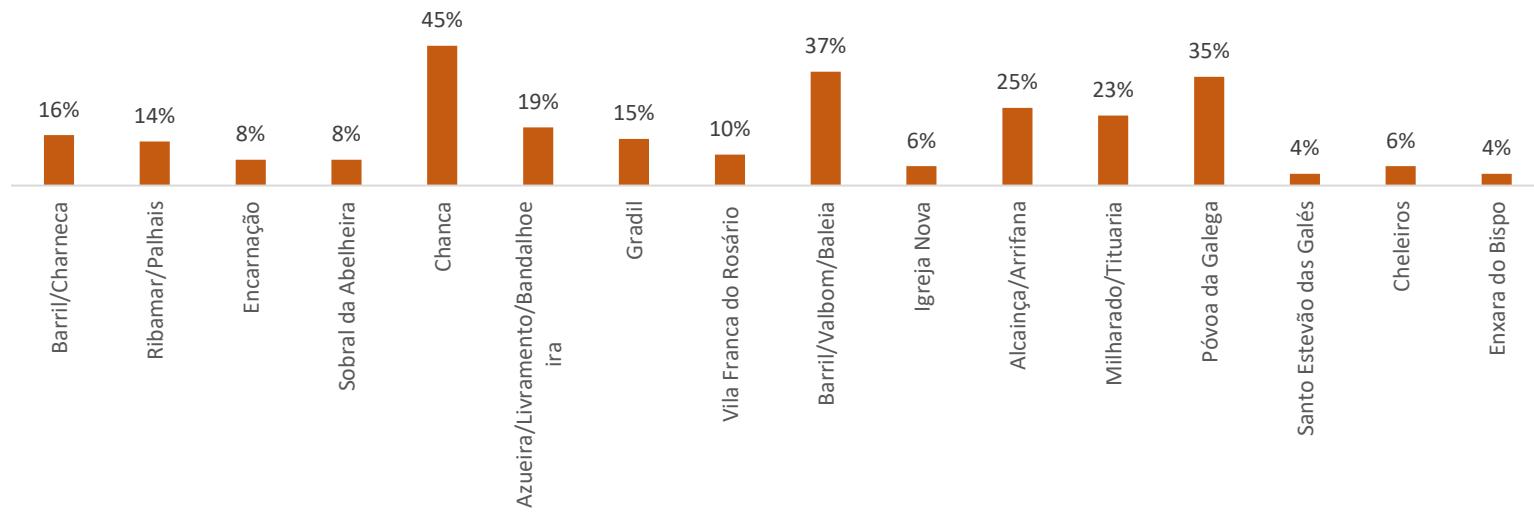


Gráfico 49 – Taxa de execução do grupo 2 – Consolidação da Rede Urbana Municipal (%).

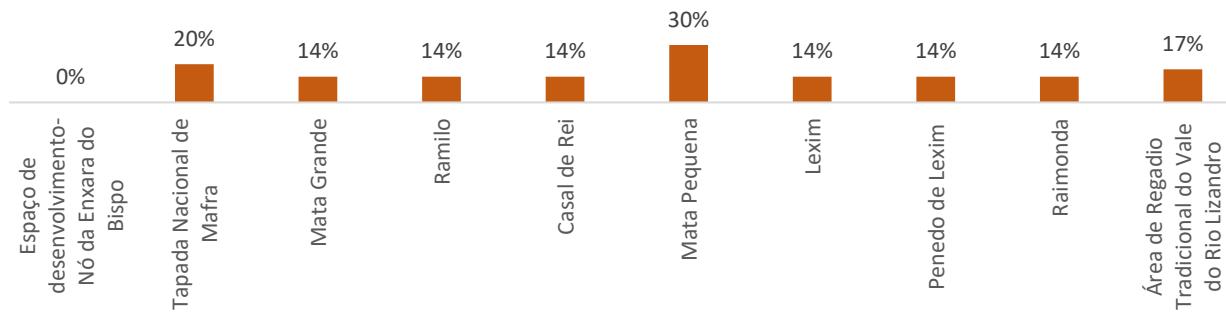


Gráfico 50 – Taxa de execução do grupo 3 – Áreas de Oportunidade (%).

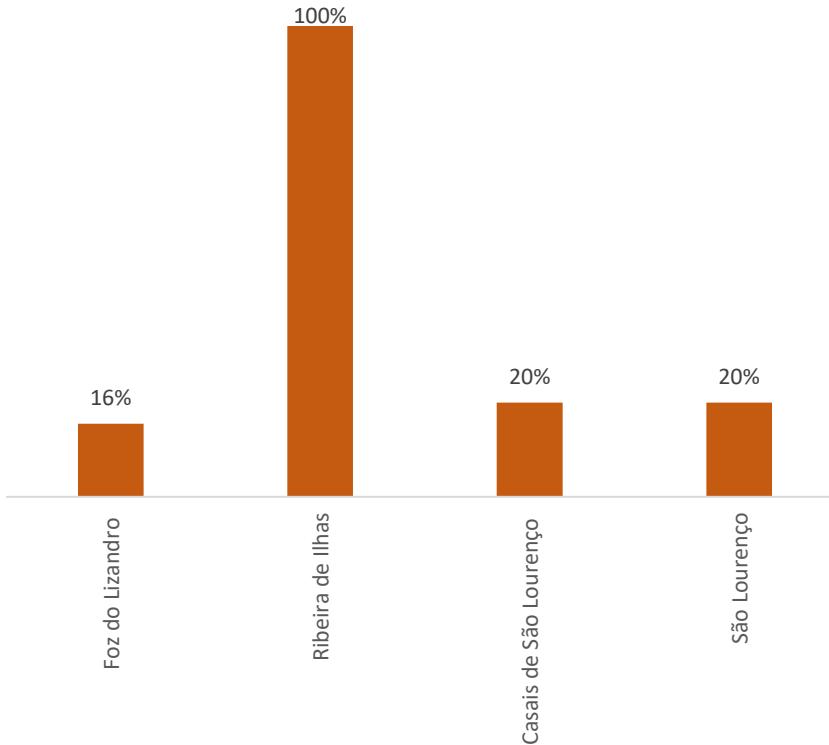


Gráfico 51 – Taxa de execução do grupo 4 – Compatibilização com as UOPG do POOC (%).

OBJETIVO 3 – DEFINIÇÃO DO MODELO DE OCUPAÇÃO ESPACIAL



INDICADOR 3.1: Perímetro urbano, por nível hierárquico

Designação:	Perímetro urbano, por nível hierárquico
Linha estratégica:	Reorganização dos perímetros urbanos e edificação
Fonte(s):	CMM
Tipo de indicador:	Realização
Ano(s) de referência dos dados:	2015 e 2023
Periodicidade de monitorização:	Em função da dinâmica dos IGT
Unidade de medida:	h
Data da última atualização:	outubro/2023

Tabela 43 - Perímetro urbano, por nível hierárquico.

Descrição:

Este indicador procura analisar a variação das áreas contidas em perímetro urbano, pelos diferentes níveis hierárquicos em solo urbano.

Contexto e Relevância:

A dimensão dos perímetros urbanos delimitados no PDM de Mafra, não ignoram as determinantes sociodemográficas e económicas, bem como não ignoram os efeitos negativos que a classificação do solo como urbano, têm sobre a gestão sustentável dos recursos naturais.

O PNPT aprovado em 2007, estabeleceu diretrizes e orientações no sentido da contenção da expansão urbana e da edificação dispersa.

Face ao designio de valorização e proteção do solo como recurso comum, e procurando evitar fenómenos de expansão urbana desordenada que por seu lado acarretam elevados custos ambientais, socioeconómicos e territoriais, uma das orientações do PNPT é a contenção dos perímetros urbanos.

Metodologia:

Para o cálculo das diferentes categorias de solo urbano, foi necessário fazer uma comparação/interseção entre a proposta da 1.ª Revisão do PDM (2015) e a proposta da 1.ª Alteração nos termos do 118.º/119.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT).

Resultados:

Os níveis hierárquicos correspondem ao nível I, associado ao principal corredor urbano – Ericeira, Mafra, Malveira e Venda do Pinheiro, ao nível II, relativo às sedes de freguesia e outros núcleos, de elevada infraestruturação e massa crítica, e o nível III, os restantes aglomerados urbanos. De forma homogénea todos os núcleos mantêm a sua respetiva hierarquização no sistema urbano.

Da análise resultante da medição dos perímetros urbanos, por hierarquia da estrutura urbana (Nível I, II e III), verifica-se uma redução das áreas do Nível II (-62ha) e Nível III (-13ha), e um aumento da área no Nível I (+9ha).

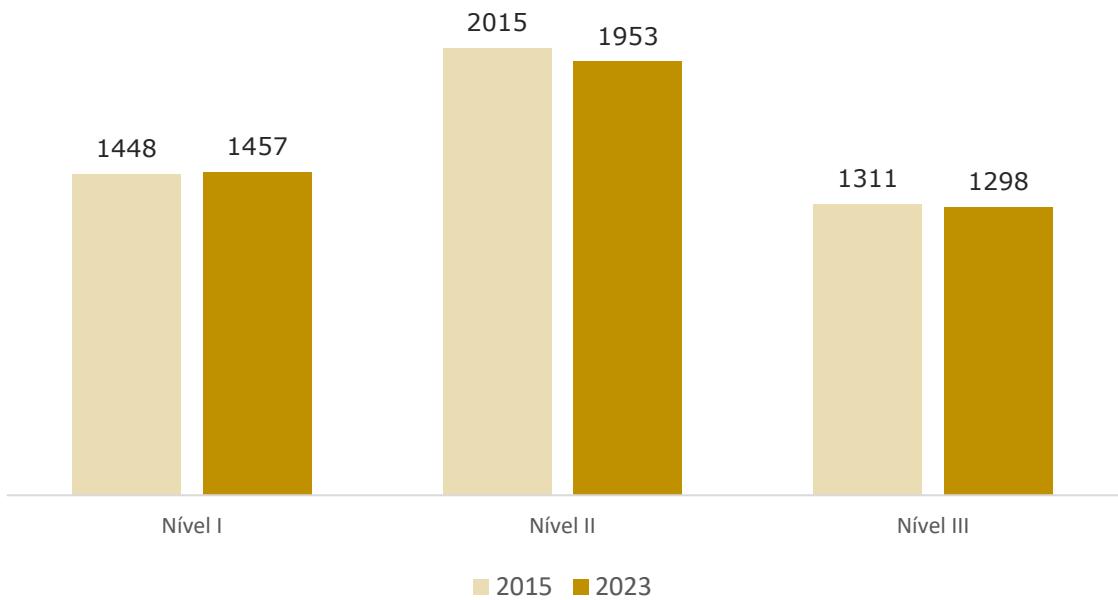


Gráfico 52 – Superfície de solo urbano (perímetro urbano) (ha), por nível hierárquico. (Nível I, II e III).



Gráfico 53 – Solo urbano, por categoria de espaços, em 2015 e 2023 (ha).

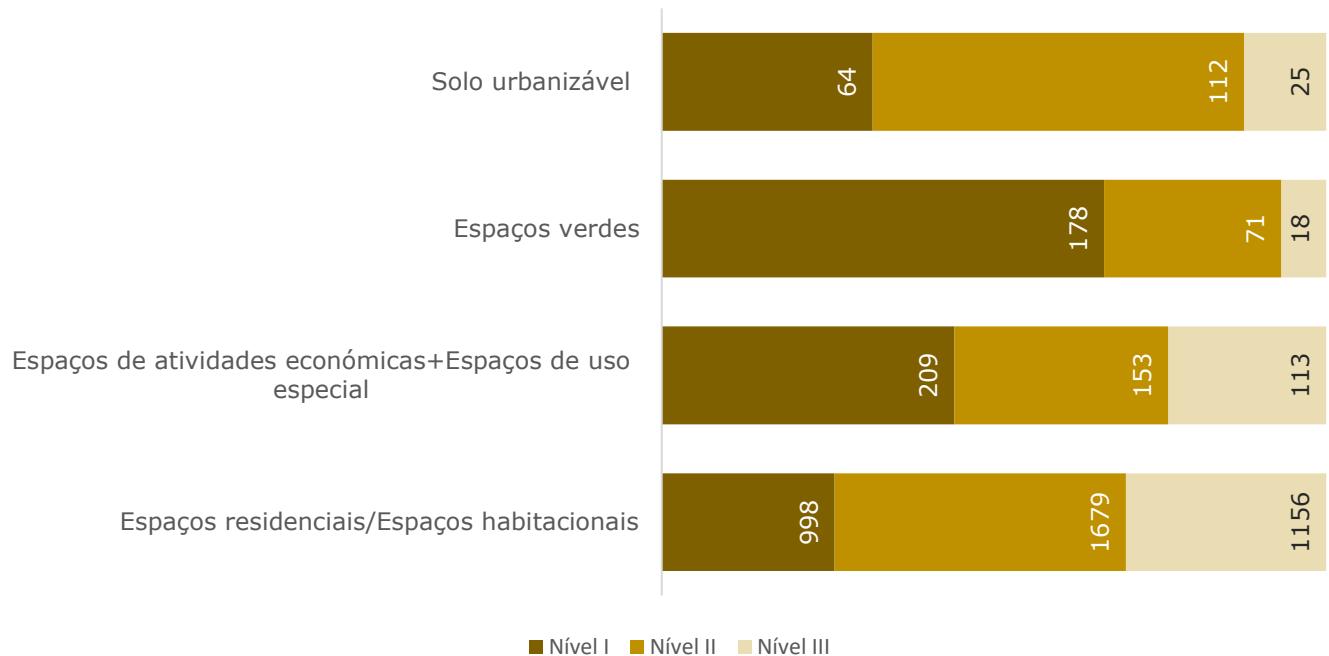


Gráfico 54 – Solo urbano, por categoria de espaços, em 2015 (ha).

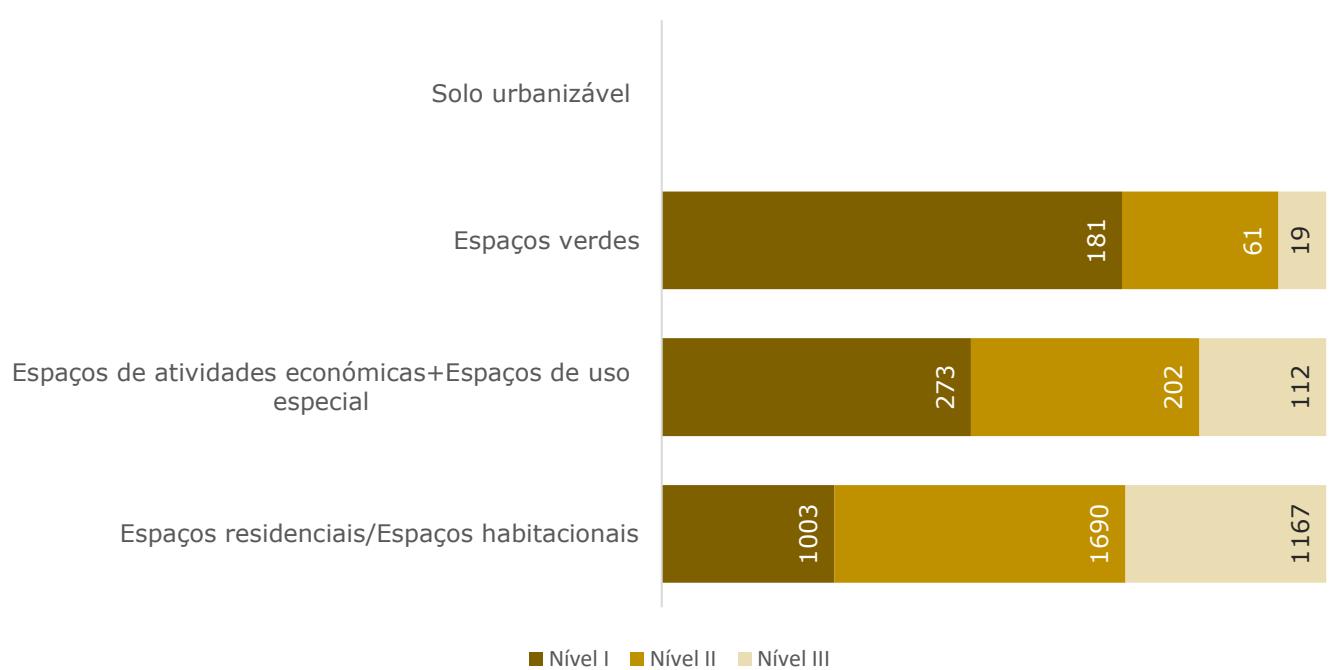


Gráfico 55 – Solo urbano, por categoria de espaços, em 2023 (ha).

INDICADOR 3.2: Perímetros Urbanos (artificializado/não artificializado)

Designação:	Perímetros Urbanos (artificializado /não artificializado)
Linha estratégica:	Reorganização dos perímetros urbanos e edificação
Fonte(s):	CMM / DGT
Tipo de indicador:	Realização
Ano(s) de referência dos dados:	2023
Periodicidade de monitorização:	Aquando a atualização dos IGT
Unidade de medida:	ha
Data da última atualização:	julho/2023

Tabela 44 – Perímetros urbanos (artificializado/não artificializado).

Descrição:

O perímetro urbano consolidado é uma área de solo urbano que se encontra estabilizada em termos de morfologia urbana e de infraestruturação e está edificada em, pelo menos, dois terços da área total do solo destinado a edificação.

O perímetro urbano (áreas a estruturar) é uma área de solo urbano que não se encontra estabilizada em termos de morfologia urbana e de infraestruturação.

Contexto e Relevância:

Para a definição dos perímetros urbanos, na revisão do Plano Diretor Municipal, foi definido um critério que estabelece a dimensão mínima para que cada ocupação edificada seja considerada como tal. Desse modo, para a definição de cada perímetro considerou-se a aglomeração de edifícios, população e atividade geradora de fluxos significativos de população, bens e informação, assim como a densidade de ocupação do solo do território atribuído ao perímetro.

São áreas estabilizadas em termos de infraestruturação e morfologia urbana, que se encontram edificadas quase na sua totalidade, com um carácter compacto e contínuo, correspondendo a uma significativa concentração de edifícios. A sua morfologia é definida por uma rede viária hierarquizada e por boas condições de infraestruturação. Em termos regulamentares definiram-se parâmetros urbanísticos que permitam uma gestão do território tendo em conta a envolvente construída e os níveis hierárquicos dos núcleos urbanos.

Correspondem a áreas edificadas com um padrão espacial fragmentado e/ou desqualificado, não garantindo a necessária sustentabilidade ambiental e territorial. Assentam numa estrutura urbana deficiente quanto às redes de infraestruturas e coerência funcional, tanto no interior da respetiva área como na sua relação com o tecido urbano envolvente. O desenvolvimento urbanístico destas áreas não poderá concretizar-se de forma estruturada sem ser através da elaboração de plano de pormenor.

Metodologia:

Para o cálculo das áreas do Sistema Urbano 2023 que não estão edificadas, foi efetuada uma interseção com a COSc2023, onde a classe artificializado manteve a sua classificação e as restantes 14 classes foram reclassificadas para não artificializado.

Resultados:

Os perímetros urbanos de áreas consolidadas correspondem aos espaços residenciais (cerca de 41,7% do solo urbano e inclui as áreas de valor patrimonial) e aos espaços de atividade económica (cerca de 3% do solo urbano). Nestas áreas tem sido registado a maior parte das pretensões dos particulares, para a reabilitação e regeneração urbana.

Os perímetros urbanos de áreas a estruturar correspondem aos espaços residenciais (cerca de 38,5% do solo urbano) e aos espaços de atividade económicas (cerca de 4% do solo urbano). Estas áreas são as mais significativas do território municipal, tendo sido nestas que se tem registado a maior parte das pretensões dos particulares, ao nível da gestão urbanística.

Relativamente verifica-se que são as freguesias de Mafra e Santo estevão das Galés, que apresentam maiores áreas não artificializadas (Gráficos 56 e 58).

Relativamente verifica-se que são as freguesias de Mafra e Santo estevão das Galés, que apresentam maiores áreas artificializadas (Gráficos 56 e 58).

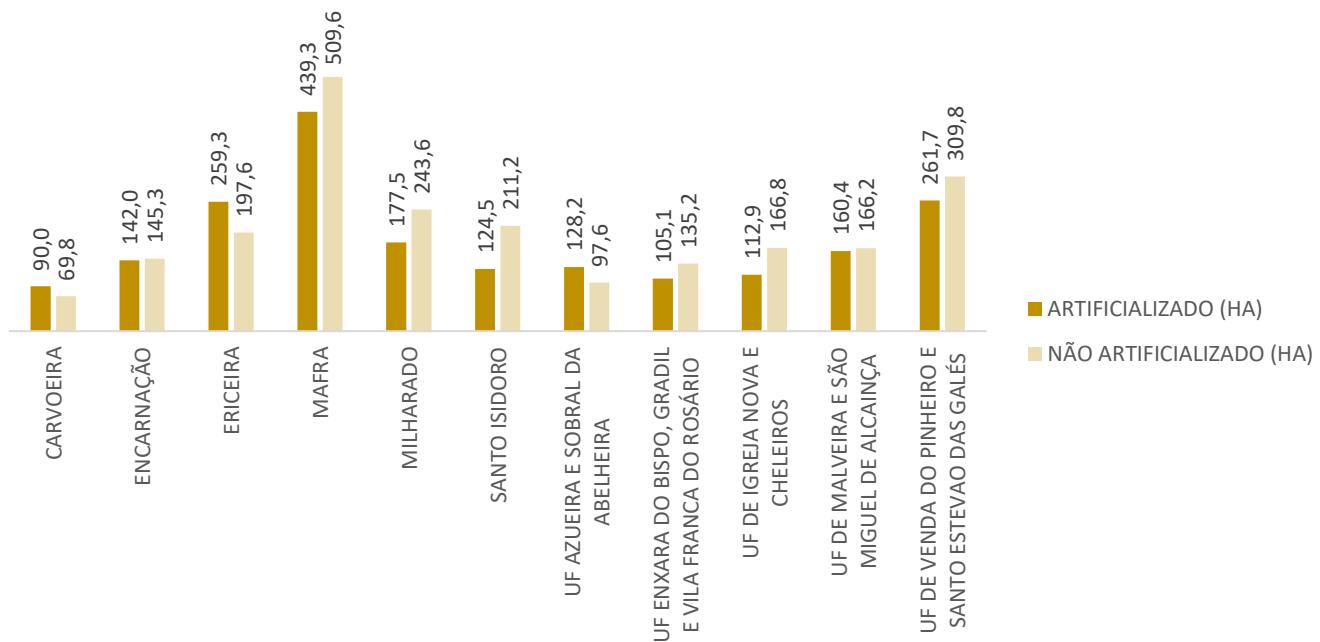


Gráfico 56 – Áreas artificializadas e não artificializadas, por freguesia.

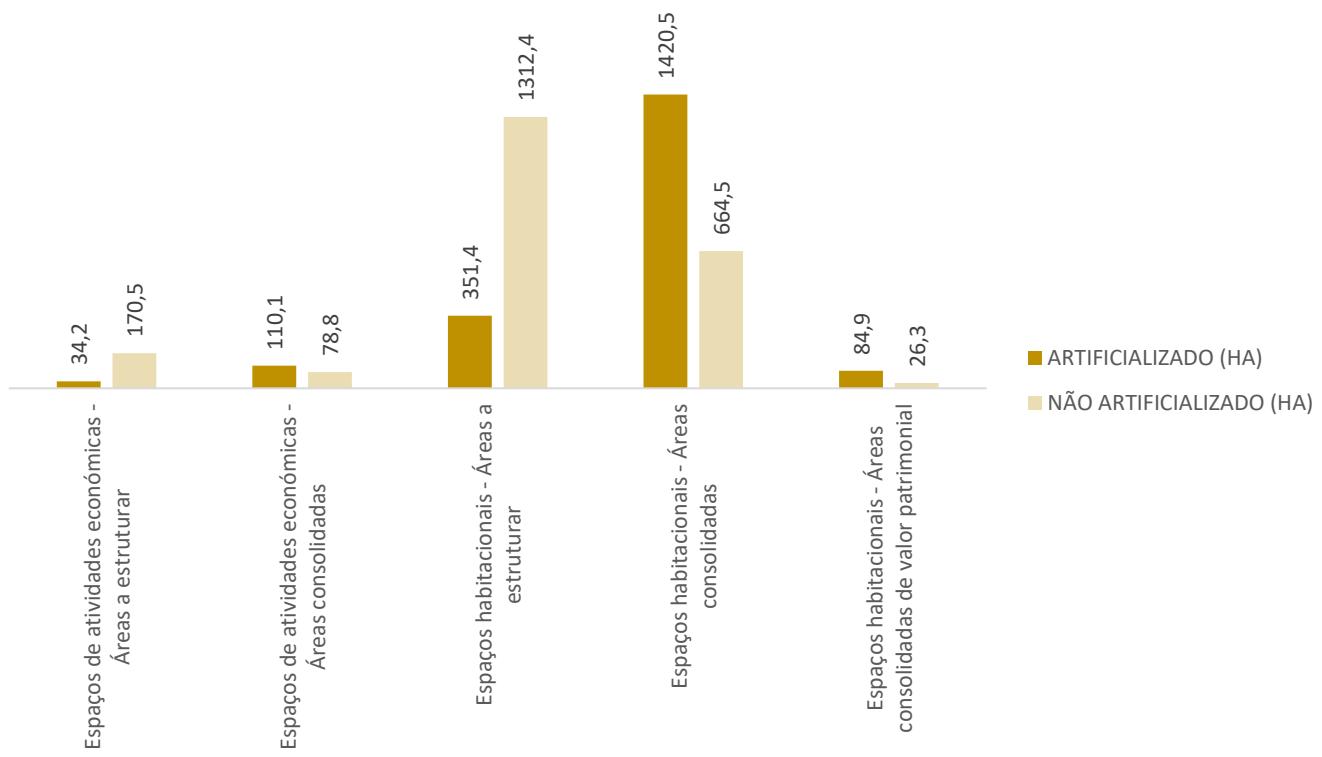
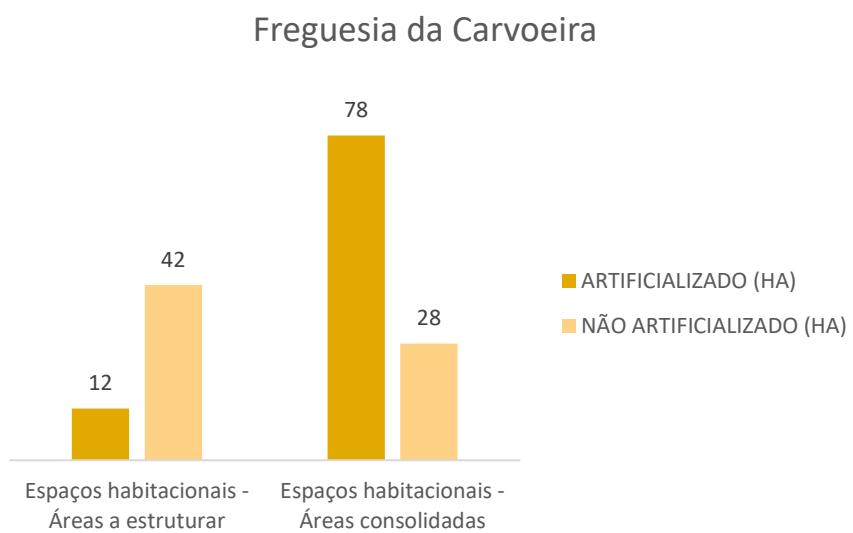
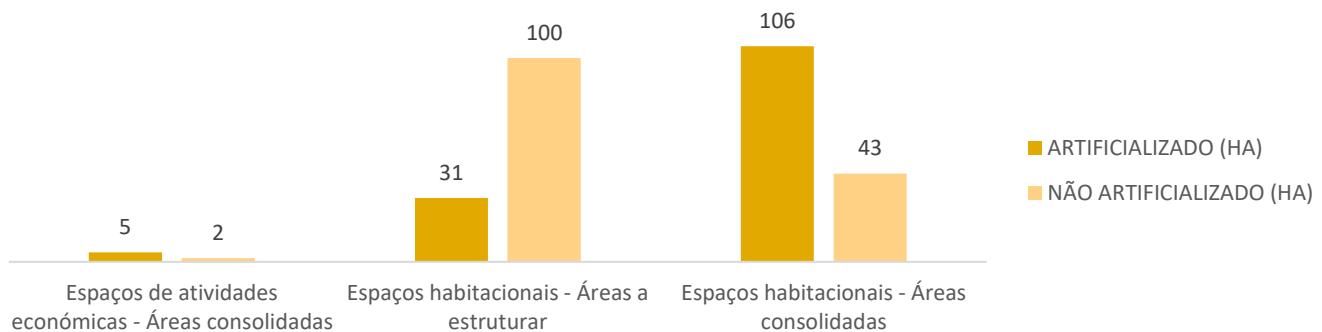


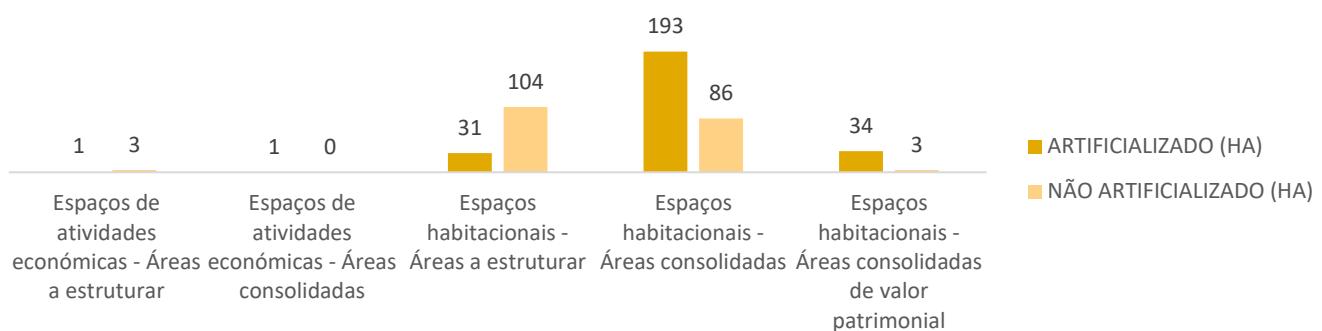
Gráfico 57 – Áreas artificializadas e não artificializadas, por qualificação de solo urbano.



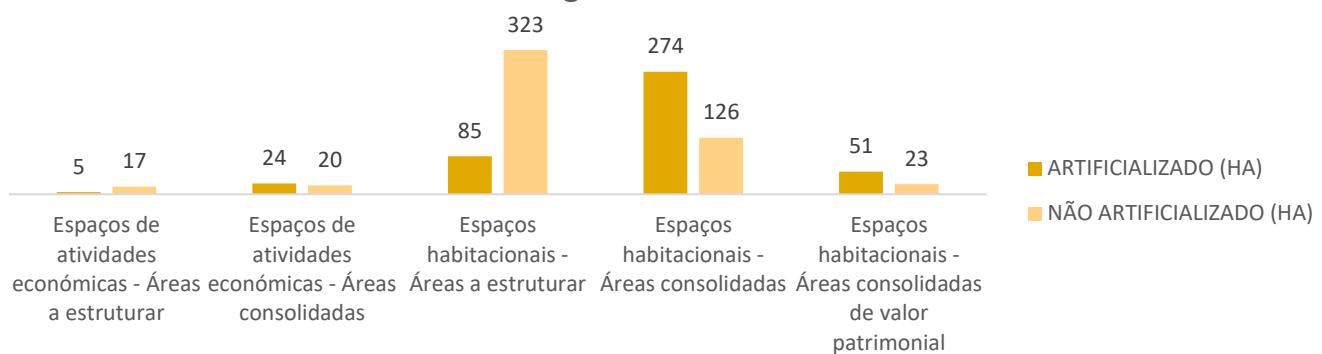
Freguesia da Encarnação



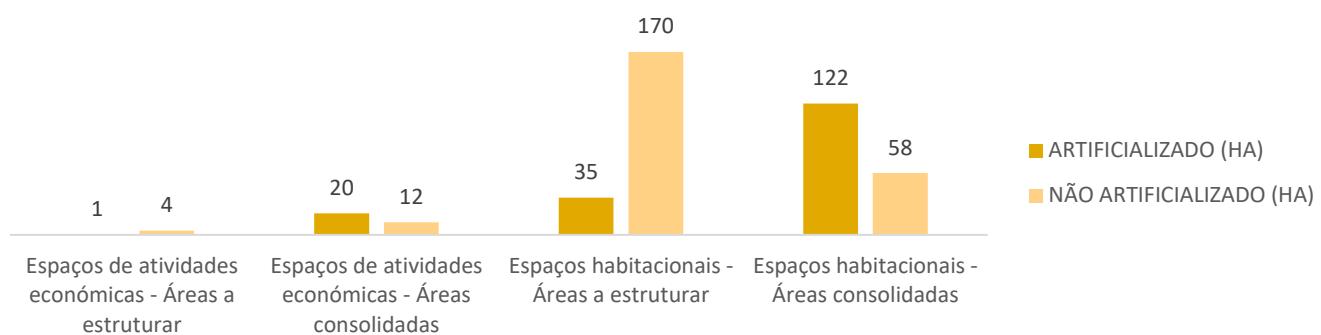
Freguesia da Ericeira



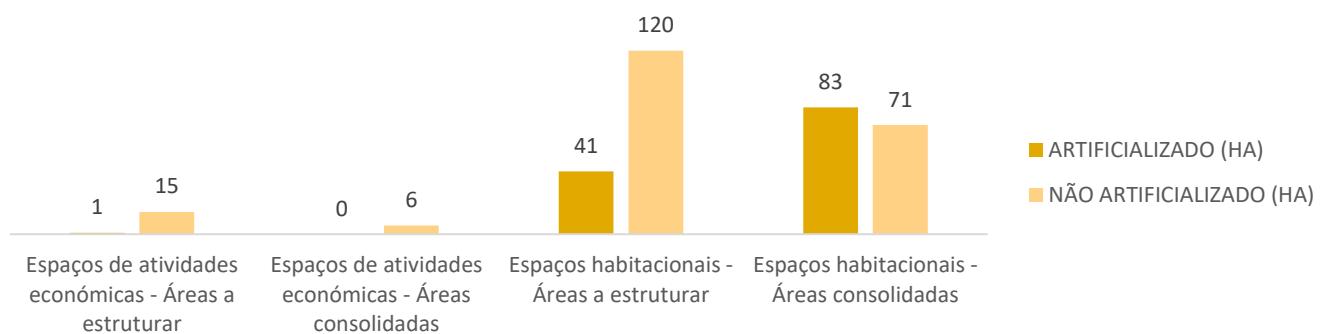
Freguesia de Mafra



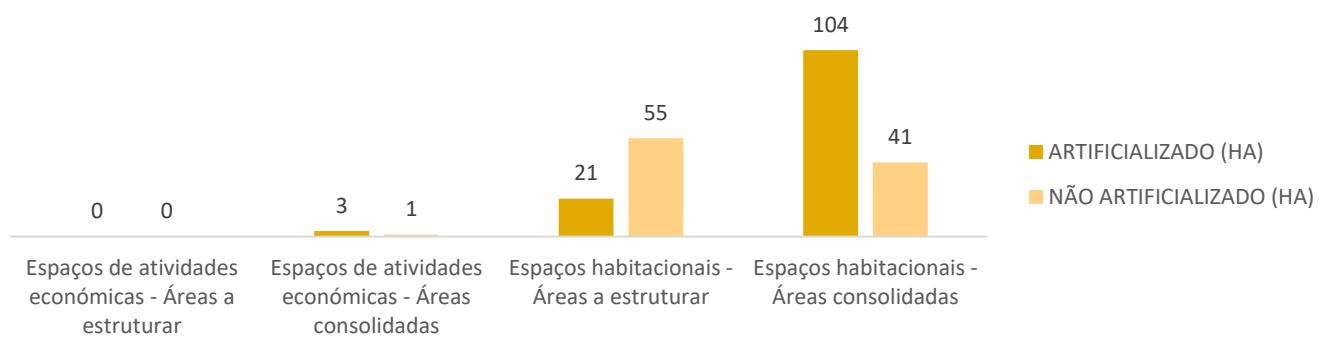
Freguesia do Milharado



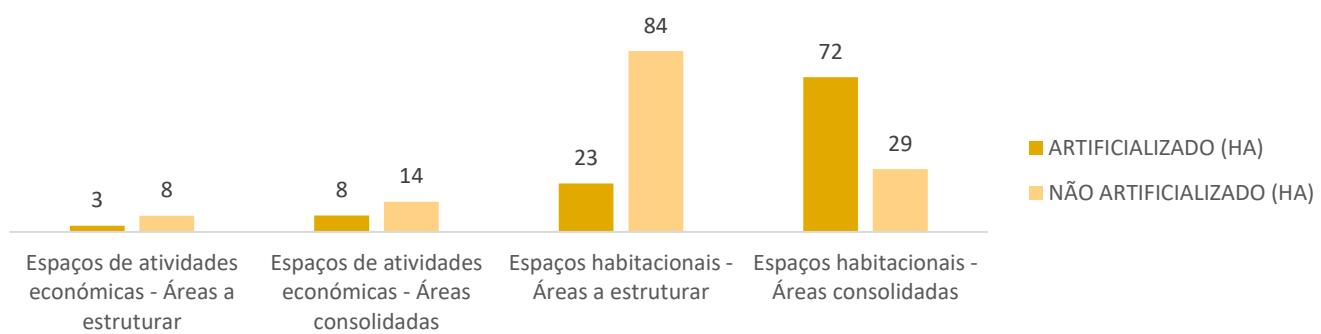
Freguesia de Santo Isidoro



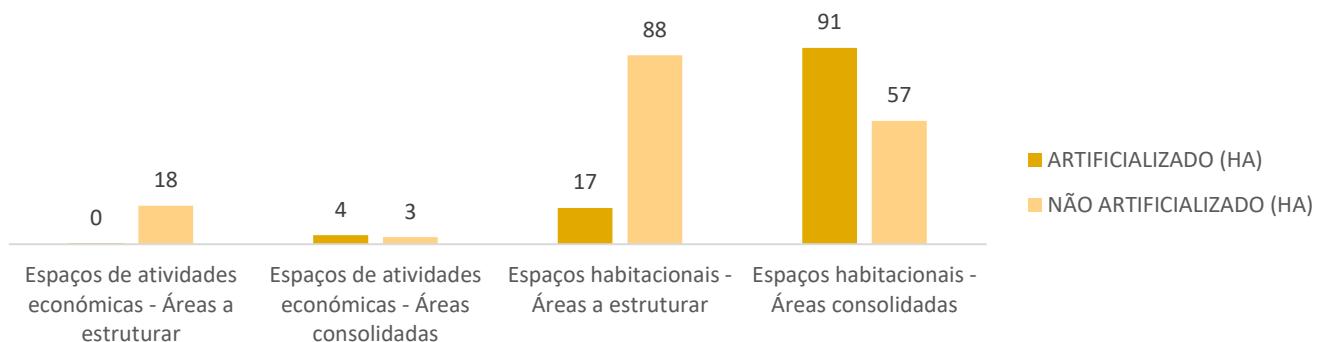
Freguesia de U.F. Azueira e Sobral da Abelheira



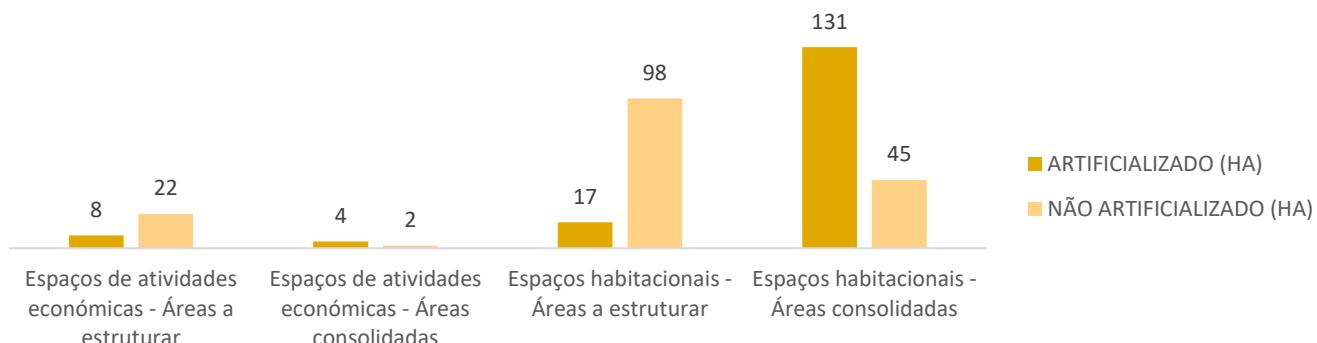
Freguesia de U.F. Enxara di Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário



Freguesia de U.F. Igreja Nova e Cheleiros



Freguesia de U.F. Malveira e São Miguel de Alcainça



Freguesia de U.F. Venda do Pinheiro e Santo Estevão das Galés

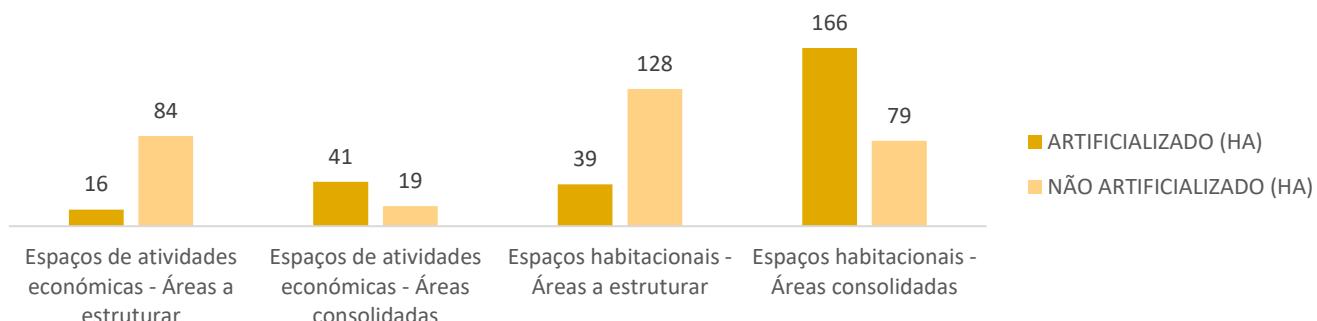


Gráfico 58 – Áreas artificializadas e não artificializadas, por qualificação de solo urbano, por freguesia.

INDICADOR 3.3: Solo urbanizável alterado para outra categoria

Designação:	Solo urbano alterado para outra categoria
Linha Estratégica:	Redefinição do solo urbanizável / solo urbano (áreas a estruturar)
Fonte:	CMM
Tipo de indicador:	Realização
Ano(s) de referência:	2015 / 2023
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	ha
Data da última atualização:	outubro/2023

Tabela 45 – Solo urbanizável alterado para outra categoria.

Descrição:

O indicador pretende avaliar a superfície de solo urbanizável que foi alterado para outra categoria, no procedimento de alteração do PDM.

Contexto e Relevância:

Avaliar a quantidade de solo urbanizável, que foi alterado para outra categoria de solo.

Metodologia:

Interseção do solo urbanizável (CQS 2015) com a CQS 2023.

Resultados:

Verifica-se que o solo urbanizável foi alterado principalmente para a classificação de solo urbano, nos diversos tipos de qualificação, nomeadamente, espaços agrícolas complementares (69,3ha), espaços agrícolas de produção (6,4ha), espaços destinados a equipamentos, infraestruturas e outras estruturas ou ocupações (4,3ha), espaços florestais (4,9ha), e espaços naturais e paisagísticos (3,6ha).

O solo urbanizável, foi também alterado para a classificação de solo urbano, nos diferentes tipos de qualificação, nomeadamente, os espaços de atividades económicas – áreas a estruturar (67,7ha), os espaços de uso especial – áreas de equipamentos (4,8ha), os espaços habitacionais –áreas a estruturar (35,6ha), os espaços habitacionais –áreas consolidadas (0,4ha) e os espaços verdes (4,3ha).



Gráfico 59 – Solo urbanizável alterado para outra categoria (ha).

INDICADOR 3.4: Solo urbano (áreas a estruturar) alterado para outra categoria

Designação:	Solo urbano (áreas a estruturar) alterado para outra categoria
Linha Estratégica:	Redefinição do solo urbanizável / solo urbano (áreas a estruturar)
Fonte:	CMM
Tipo de indicador:	Realização
Ano(s) de referência:	2023
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	ha
Data da última atualização:	outubro/2023

Tabela 46 – Solo urbano (áreas a estruturar) alterado para outra categoria.

Descrição:

O indicador pretende avaliar a superfície de solo urbano que foi alterado para outra categoria, no procedimento de alteração do Plano Diretor Municipal (Mafra).

Contexto e Relevância:

Avaliar a quantidade de solo urbano, que foi alterado para outra categoria de solo.

Metodologia:

Interseção do solo urbano com o solo rústico (CQS 2023).

Resultados:

Verifica-se que no procedimento de alteração do PDM (2023), a classificação de solo urbano que mais alterou para outra categoria foram os espaços naturais e paisagísticos (21,6ha), os espaços agrícolas complementares (16,4ha) e os espaços destinados a equipamentos, infraestruturas e outras estruturas ou ocupações (11,3ha).

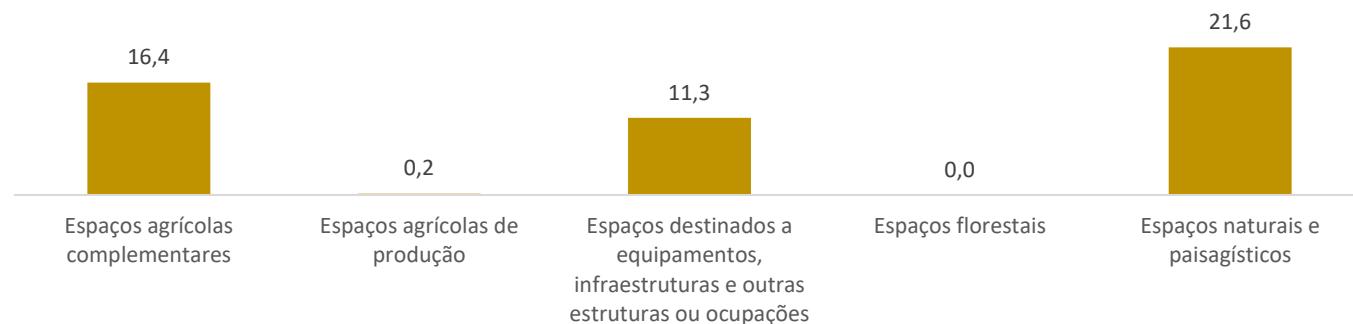


Gráfico 60 – Solo urbano (áreas a estruturar) alterado para outra categoria (ha).

INDICADOR 3.5: Solo urbanizável “infraestruturado”, por nível hierárquico

Designação:	Superfície de solo urbanizável “infraestruturado”, por nível hierárquico
Linha Estratégica:	Redefinição do solo urbanizável / solo urbano (áreas a estruturar)
Fonte:	CMM / E-Redes / Telecom / SMAS / Lisboagás / Petrogal / Digal
Tipo de indicador:	Realização
Ano(s) de referência:	2015 / 2023 / 2024
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	ha
Data da última atualização:	outubro/2023

Tabela 47 – Superfície de solo urbanizável “infraestruturado”, por nível hierárquico.

Descrição:

O indicador pretende avaliar a superfície urbanizável “infraestruturado”, por nível hierárquico.

Contexto e Relevância:

Avaliar a quantidade de solo urbanizável, que já se encontra infraestruturado, por nível hierárquico.

Metodologia:

Para avaliação do solo urbanizável (CQS 2015) que se encontra infraestruturado foi efetuada uma análise com **as seguintes variáveis:**

Rede eletricidade: Informação georreferenciada da rede total (áerea e subterrânea) disponibilizada pela E-Redes com a data de última atualização de fevereiro/2024. Nesta análise apenas foi selecionada a rede de baixa tensão (áerea e subterrânea). A metodologia recaiu no emprego de buffers à volta da rede para avaliar a proximidade à mesma. Os buffers foram efetuados de 50 em 50 metros (m) até um máximo de 300 m, dando uma classificação de 0 a 12 (<= 50m – 12,]50m a 100m] – 10,]100m a 150m] – 8,]150m a 200m] – 6,]200m a 250m] – 4,]250m a 300m] – 2, > 300m – 0).

Rede abastecimento de água: Informação georreferenciada da rede de abastecimento de água disponibilizada pelo SMAS com a data de última atualização de maio/2023. A metodologia recaiu no emprego de buffers à volta da rede para avaliar a proximidade à mesma. Os buffers foram efetuados de 50 em 50 m até um máximo de 300 m, dando uma classificação de 0 a 12 (<= 50m – 12,]50m a 100m] – 10,]100m a 150m] – 8,]150m a 200m] – 6,]200m a 250m] – 4,]250m a 300m] – 2, > 300m – 0).

Rede de esgotos: Informação georreferenciada da rede de esgotos disponibilizada pelo SMAS com a data de última atualização de maio/2023. A metodologia recaiu no emprego de buffers à volta da rede para avaliar a proximidade à mesma. Os buffers foram efetuados de 50 em 50 m até um máximo de 300 m, dando uma classificação de 0 a 12 (<= 50m – 12,]50m a 100m] – 10,]100m a 150m] – 8,]150m a 200m] – 6,]200m a 250m] – 4,]250m a 300m] – 2, > 300m – 0).

Rede de gás natural: Informação georreferenciada da rede de gás natural disponibilizada pela Lisboagás com a data de última atualização de abril/2022, Petrogal com a data de última atualização de agosto/2022 e da Digal com a data de última atualização de dezembro/2018. A metodologia recaiu no emprego de buffers à volta da rede para avaliar a proximidade à mesma. Os buffers foram efetuados de 50 em 50 m até um máximo de 300 m, dando uma classificação de 0 a 12 (<= 50m – 12,]50m a 100m] – 10,]100m a 150m] – 8,]150m a 200m] – 6,]200m a 250m] – 4,]250m a 300m] – 2, > 300m – 0).

Rede de telecomunicações por conduta: Informação georreferenciada da rede de telecomunicações por conduta disponibilizada pela Telecom com a data de última atualização de agosto/2023. A metodologia recaiu no

emprego de buffers à volta da rede para avaliar a proximidade à mesma. Os buffers foram efetuados de 50 em 50 m até um máximo de 300 m, dando uma classificação de 0 a 12 ($\leq 50m - 12$, $]50m a 100m] - 10$, $]100m a 150m] - 8$, $]150m a 200m] - 6$, $]200m a 250m] - 4$, $]250m a 300m] - 2$, $> 300m - 0$).

No final estas variáveis foram intersetadas entre si através de uma **análise multicritério**: Resultado final = **(Rede de eletricidade * 0,25) + (Rede abastecimento de água * 0,25) + (Rede de esgotos * 0,25) + (Rede de gás natural * 0,15) + (Rede de telecomunicações por conduta * 0,10)**

No final o mapa obtido com o nível de “infraestruturação” do Município de Mafra foi intersetado com o solo urbanizável por nível hierárquico.

Resultados:

Relativamente à superfície de solo urbanizável, que se encontra efetivamente infraestruturada, após aplicação da metodologia referida anteriormente, verifica-se que os níveis hierárquicos que se encontram mais infraestruturados são os níveis I e II.

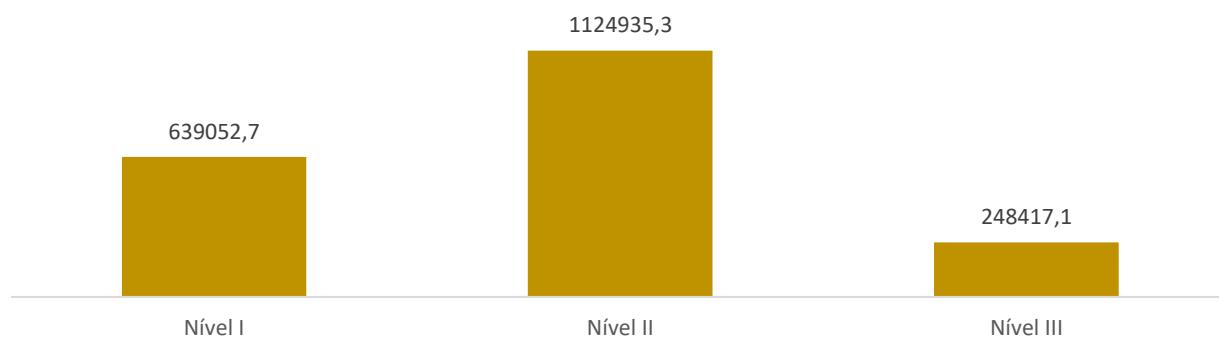


Gráfico 61 – Solo urbanizável “infraestruturado”, por nível hierárquico.

INDICADOR 3.6: Solo urbano a estruturar “infraestruturado”, por nível hierárquico

Designação:	Solo urbano a estruturar “infraestruturado”, por nível hierárquico
Linha Estratégica:	Redefinição do solo urbanizável / solo urbano (áreas a estruturar)
Fonte:	CMM / E-Redes / Telecom / SMAS / Lisboagás / Petrogal / Digal
Tipo de indicador:	Realização
Ano(s) de referência:	2023 / 2024
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	ha
Data da última atualização:	outubro/2023

Tabela 48 – Solo urbano a estruturar “infraestruturado”, por nível hierárquico

Descrição:

O indicador pretende avaliar a superfície de solo urbano a estruturar “infraestruturado”, por nível hierárquico.

Contexto e Relevância:

Avaliar a quantidade de solo urbano, em áreas a estruturar que já se encontram infraestruturadas, por nível hierárquico.

Metodologia:

Para avaliação do solo urbano (CQS 2023) que se encontra infraestruturado foi efetuada uma análise com **as seguintes variáveis:**

Rede eletricidade: Informação georreferenciada da rede total (aérea e subterrânea) disponibilizada pela E-Redes com a data de última atualização de fevereiro/2024. Nesta análise apenas foi selecionada a rede de baixa tensão (aérea e subterrânea). A metodologia recaiu no emprego de buffers à volta da rede para avaliar a proximidade à mesma. Os buffers foram efetuados de 50 em 50 metros (m) até um máximo de 300 m, dando uma classificação de 0 a 12 ($\leq 50m$ – 12, $50m$ a $100m$] – 10, $100m$ a $150m$] – 8, $150m$ a $200m$] – 6, $200m$ a $250m$] – 4, $250m$ a $300m$] – 2, $> 300m$ – 0).

Rede abastecimento de água: Informação georreferenciada da rede de abastecimento de água disponibilizada pelo SMAS com a data de última atualização de maio/2023. A metodologia recaiu no emprego de buffers à volta da rede para avaliar a proximidade à mesma. Os buffers foram efetuados de 50 em 50 m até um máximo de 300 m, dando uma classificação de 0 a 12 ($\leq 50m$ – 12, $50m$ a $100m$] – 10, $100m$ a $150m$] – 8, $150m$ a $200m$] – 6, $200m$ a $250m$] – 4, $250m$ a $300m$] – 2, $> 300m$ – 0).

Rede de esgotos: Informação georreferenciada da rede de esgotos disponibilizada pelo SMAS com a data de última atualização de maio/2023. A metodologia recaiu no emprego de buffers à volta da rede para avaliar a proximidade à mesma. Os buffers foram efetuados de 50 em 50 m até um máximo de 300 m, dando uma classificação de 0 a 12 ($\leq 50m$ – 12, $50m$ a $100m$] – 10, $100m$ a $150m$] – 8, $150m$ a $200m$] – 6, $200m$ a $250m$] – 4, $250m$ a $300m$] – 2, $> 300m$ – 0).

Rede de gás natural: Informação georreferenciada da rede de gás natural disponibilizada pela Lisboagás com a data de última atualização de abril/2022, Petrogal com a data de última atualização de agosto/2022 e da Digal com a data de última atualização de dezembro/2018. A metodologia recaiu no emprego de buffers à volta da rede para avaliar a proximidade à mesma. Os buffers foram efetuados de 50 em 50 m até um máximo de 300 m, dando uma classificação de 0 a 12 ($\leq 50m$ – 12, $50m$ a $100m$] – 10, $100m$ a $150m$] – 8, $150m$ a $200m$] – 6, $200m$ a $250m$] – 4, $250m$ a $300m$] – 2, $> 300m$ – 0).

Rede de telecomunicações por conduta: Informação georreferenciada da rede de telecomunicações por conduta disponibilizada pela Telecom com a data de última atualização de agosto/2023. A metodologia recaiu no emprego de buffers à volta da rede para avaliar a proximidade à mesma. Os buffers foram efetuados de 50 em 50 m até um máximo de 300 m, dando uma classificação de 0 a 12 ($\leq 50m$ – 12, $]50m a 100m]$ – 10, $]100m a 150m]$ – 8, $]150m a 200m]$ – 6, $]200m a 250m]$ – 4, $]250m a 300m]$ – 2, $> 300m$ – 0).

No final estas variáveis foram intersetadas entre si através de uma **análise multicritério**: Resultado final = $(\text{Rede de eletricidade} * 0,25) + (\text{Rede abastecimento de água} * 0,25) + (\text{Rede de esgotos} * 0,25) + (\text{Rede de gás natural} * 0,15) + (\text{Rede de telecomunicações por conduta} * 0,10)$.

No final o mapa obtido com o nível de “infraestruturação” do Município de Mafra foi intersetado com o solo urbano, por nível hierárquico.

Resultados:

Relativamente à superfície de solo urbano, na categoria de espaços de atividades económicas – áreas a estruturar, verifica-se que o nível I e II, representam as maiores áreas efetivamente infraestruturadas (Gráfico 62).

Relativamente à superfície de solo urbano, na categoria de espaços habitacionais – áreas a estruturar, verifica-se que o nível II e III, representam as maiores áreas efetivamente infraestruturadas (Gráfico 63).

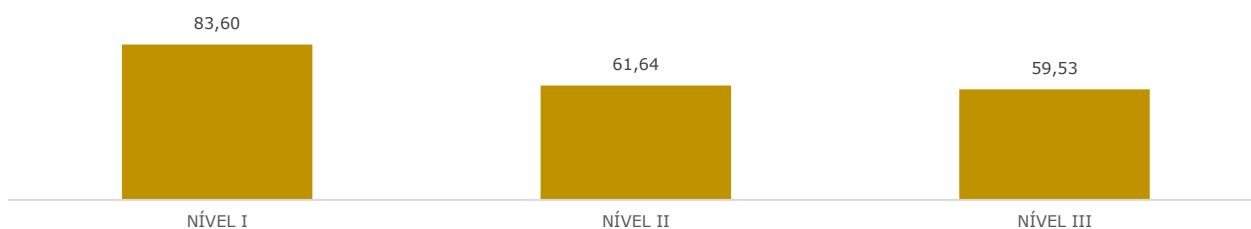


Gráfico 62 – Superfície de solo urbano em espaços de atividades económicas – áreas a estruturar (infraestruturado), por nível hierárquico (ha).

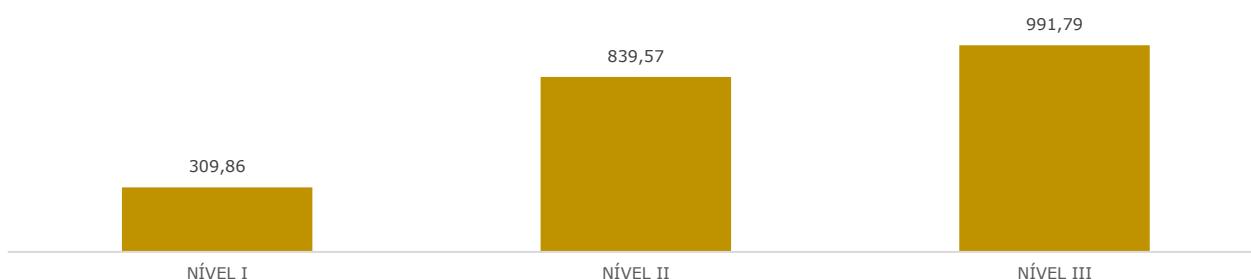


Gráfico 63 – Superfície de solo urbano em espaços habitacionais – áreas a estruturar (infraestruturado), por nível hierárquico.

INDICADOR 3.7: Solo urbanizável com compromissos urbanísticos, por nível hierárquico

Designação:	Solo urbanizável com compromissos urbanísticos, por nível hierárquico
Linha Estratégica:	Redefinição do solo urbanizável / solo urbano (áreas a estruturar)
Fonte:	CMM
Tipo de indicador:	Realização
Ano(s) de referência:	2015 / 2024
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	ha
Data da última atualização:	outubro/2023

Tabela 49 – Solo urbanizável com compromissos urbanísticos, por nível hierárquico.

Descrição:

O indicador pretende avaliar a superfície de solo urbanizável com compromissos urbanísticos, por nível hierárquico.

Contexto e Relevância:

Avaliar a quantidade de solo urbanizável onde já existam compromissos urbanísticos legalmente constituídos, por nível hierárquico.

Metodologia:

O presente indicador resultou da interseção dos compromissos urbanísticos com a data de última atualização de março/2024 da CMM (apenas alvarás de utilização, loteamento, loteamento sem obras de urbanização e construção) com o solo urbanizável (CQS 2015), por nível hierárquico.

Resultados:

No **nível I**, o solo urbanizável com maior área de compromissos urbanísticos, estão representados como alvarás de construção (26,0ha) e de alvarás de utilização (8,3ha).

No **nível II**, o solo urbanizável com maior área de compromissos urbanísticos, estão representados como alvarás de construção (31,3ha) e de alvarás de utilização (26,7ha).

No **nível III**, o solo urbanizável com maior área de compromissos urbanísticos, estão representados como alvarás de construção (2,5ha) e de alvarás de utilização (7,4ha).

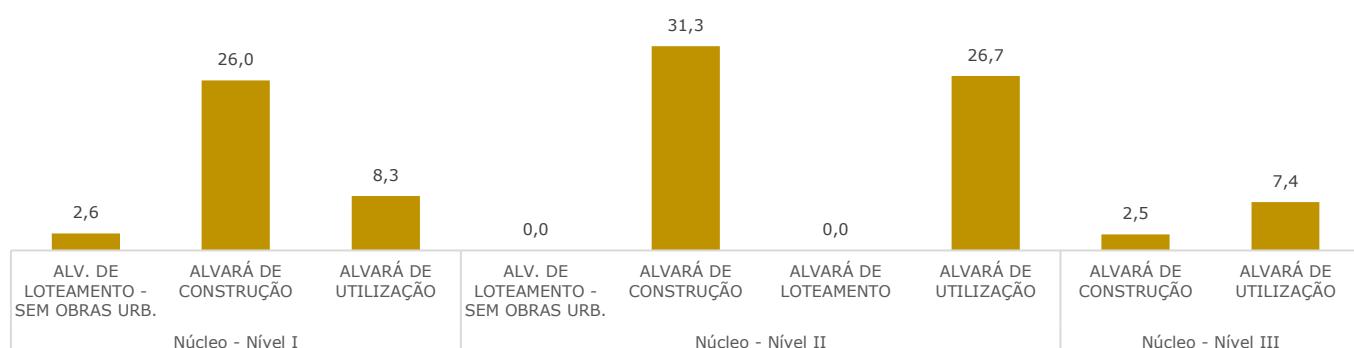


Gráfico 64 – Superfície de solo urbanizável com compromissos urbanísticos, por nível hierárquico (ha).

INDICADOR 3.8: Solo urbano a estruturar com compromissos urbanísticos, por nível hierárquico

Designação:	Solo urbano a estruturar com compromissos urbanísticos, por nível hierárquico
Linha Estratégica:	Redefinição do solo urbanizável / solo urbano (áreas a estruturar)
Fonte:	CMM
Tipo de indicador:	Realização
Ano(s) de referência:	2015 / 2024
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	ha
Data da última atualização:	outubro/2023

Tabela 50 – Solo urbano a estruturar com compromissos urbanísticos, por nível hierárquico.

Descrição:

O indicador pretende avaliar a superfície de solo urbano em áreas a estruturar, com compromissos urbanísticos e por nível hierárquico.

Contexto e Relevância:

Avaliar a quantidade de solo urbano, em áreas a estruturar com compromissos urbanísticos legalmente constituídos (por nível hierárquico).

Metodologia:

O presente indicador resultou da interseção dos compromissos urbanísticos com a data de última atualização de março/2024 da CMM (apenas alvarás de utilização, loteamento, loteamento sem obras de urbanização e construção) com o solo urbano a estruturar (CQS 2023), por nível hierárquico.

Resultados:

Relativamente ao **nível I**, verifica-se que as maiores superfícies se apresentam ao nível dos alvarás de utilização (94,74ha), e alvarás de construção (61,61ha).

Relativamente ao **nível II**, verifica-se que as maiores superfícies se apresentam ao nível dos alvarás de utilização (217,97ha), e alvarás de construção (81,01ha).

Relativamente ao **nível III**, verifica-se que as maiores superfícies se apresentam ao nível dos alvarás de utilização (159,24ha), e alvarás de construção (59,12ha).

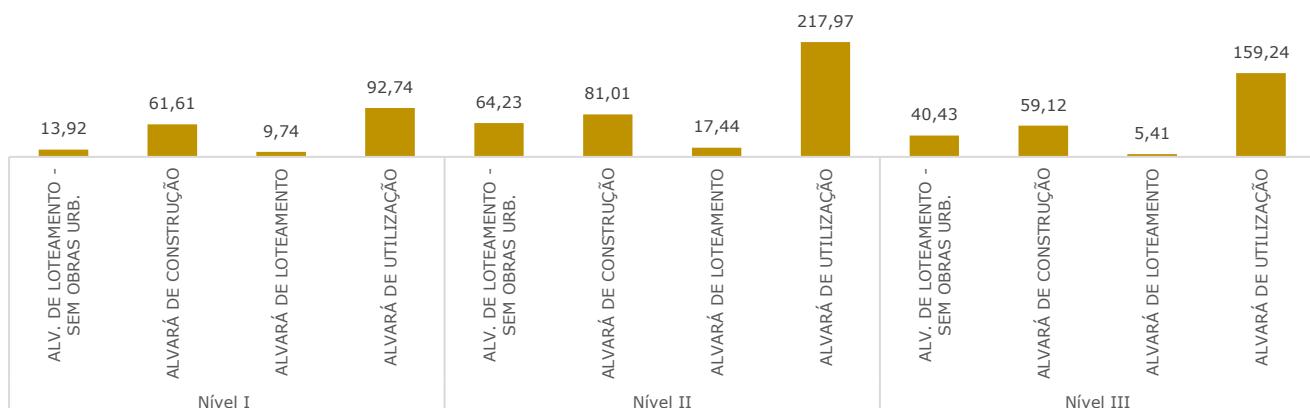


Gráfico 65 – Solo urbano a estruturar com compromissos urbanísticos, por nível hierárquico (ha).

INDICADOR 3.9: Superfície de núcleos urbanos em sede de freguesia, por nível hierárquico

Designação:	Superfície de núcleos urbanos em sede de freguesia, por nível hierárquico
Linha Estratégica:	Hierarquização dos núcleos urbanos
Fonte:	CMM
Tipo de indicador:	Realização
Ano(s) de referência:	2015 /2023
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	ha
Data da última atualização:	outubro/2023

Tabela 51 –Superfície de núcleos urbanos em sede de freguesia, por nível hierárquico.

Descrição:

O indicador pretende avaliar a superfície dos núcleos urbanos, por nível hierárquico que se localizam em sede de freguesia.

Contexto e Relevância:

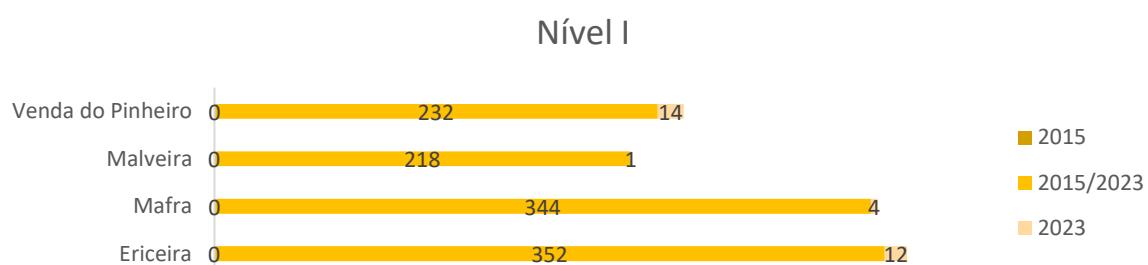
Avaliar a quantidade de superfície dos núcleos urbanos, por nível hierárquico que se encontram em sede de freguesia.

Metodologia:

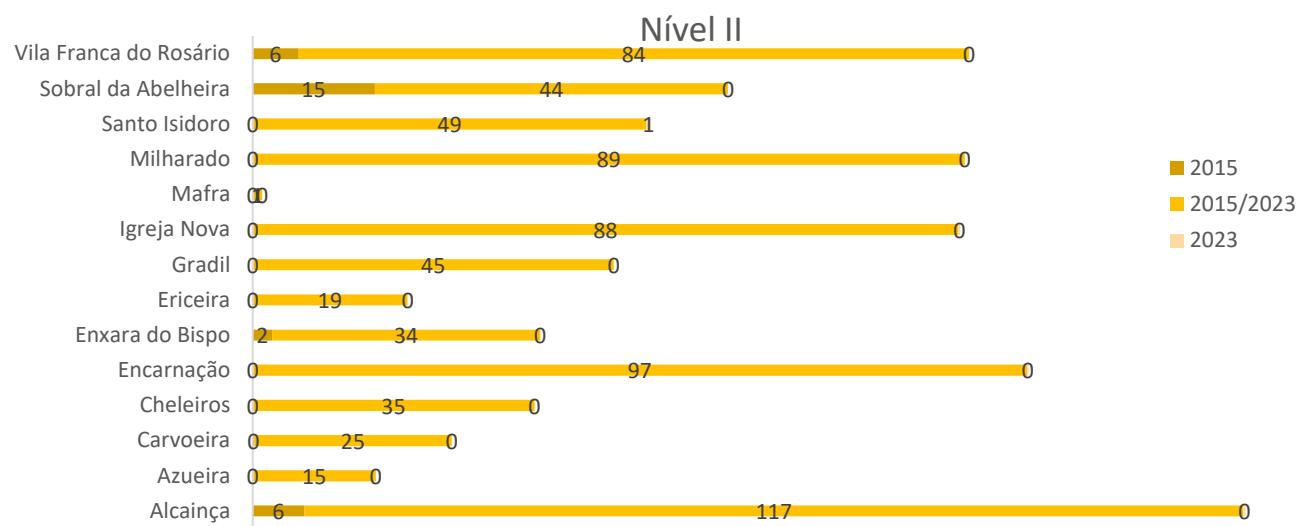
A avaliação deste indicador resultou de duas ações: em primeiro lugar a interseção dos núcleos urbanos de 2015 e 2023, com a junção dos núcleos urbanos que apenas existiam em 2015 e existem em 2023, em separado. Em segundo, a interseção deste resultado com as sedes de freguesia (informação interna da CMM, que foi enviada como proposta para o INE).

Resultados:

Relativamente ao nível hierárquico I, o núcleo urbano que mais área apresenta é a Ericeira, tendo mantido de 2015 a 2023 a área de 352ha, com mais 12ha em 2023.



Relativamente ao nível hierárquico II, o núcleo urbano que mais área apresenta é Alcainça, tendo mantido de 2015 a 2023 a área de 117ha.



Relativamente ao nível hierárquico III, o núcleo urbano que mais área apresenta é Santo Estevão, tendo mantido de 2015 a 2023 a área de 14ha.



Gráfico 66 – Superfície de núcleos urbanos, em sede de freguesia, por nível hierárquico.

INDICADOR 3.10: Superfície de núcleos urbanos fora de sede de freguesia, por nível hierárquico

Designação:	Superfície de núcleos urbanos fora de sede de freguesia, por nível hierárquico
Linha Estratégica:	Hierarquização dos núcleos urbanos
Fonte:	CMM
Tipo de indicador:	Resultado
Ano(s) de referência:	2015 /2023
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	ha
Data da última atualização:	outubro/2023

Tabela 52 –Superfície de núcleos urbanos fora de sede de freguesia, por nível hierárquico.

Descrição:

O indicador representa a superfície dos núcleos urbanos, por nível hierárquico que se encontram fora de sede de freguesia.

Contexto e Relevância:

É determinante para avaliar a área existente relativamente à hierarquia do sistema urbano dos núcleos urbanos.

Metodologia:

A avaliação deste indicador resultou de duas ações: em primeiro lugar a interseção dos núcleos urbanos de 2015 e 2023, com a junção dos núcleos urbanos que apenas existiam em 2015 e existem em 2023, em separado. Em segundo, a interseção deste resultado com as áreas fora das sedes de freguesia (informação interna da CMM).

Resultados:

Verifica-se que as superfícies (ha) dos núcleos urbanos, que se encontram fora das sedes de freguesia, mantiveram-se inalterados de 2015 a 2023, sendo que apenas tiveram um ligeiro ajustamento no procedimento de alteração do PDM, por adequação ao RJIGT (2023), como se pode verificar no Gráfico 67.

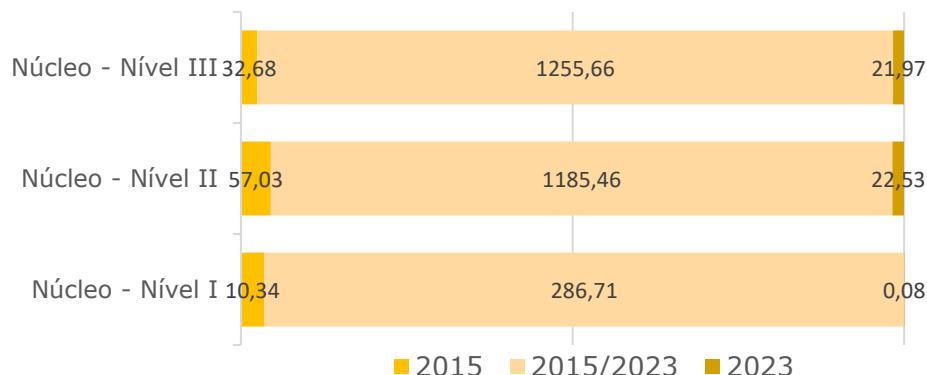


Gráfico 67 – Superfície de núcleos urbanos, fora de sede de freguesia, em 2015, 2015/2023 e 2023 (ha).

INDICADOR 3.11: Capacidade de acolhimento de habitantes, por núcleo urbano, por nível hierárquico

Designação:	Capacidade de acolhimento de habitantes, por núcleo urbano, por nível hierárquico
Linha Estratégica:	Hierarquização dos núcleos urbanos
Fonte:	CMM / INE
Tipo de indicador:	Resultado
Ano(s) de referência:	2021 / 2023
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	N.º
Data da última atualização:	outubro/2023

Tabela 53 –Capacidade de acolhimento de habitantes, por núcleo urbano, por nível hierárquico.

Descrição:

O indicador avalia a capacidade de acolhimento de habitantes, por núcleo urbano, por nível hierárquico.

Contexto e Relevância:

Para avaliar a capacidade de acolhimento de habitantes dentro da classificação de solo urbano, nos seus diferentes níveis (I, II e III), sendo que é necessário analisar se será necessário criar novas áreas de expansão ou de contenção, face às necessidades de habitação.

Metodologia:

Os resultados deste indicador foram obtidos a partir das seguintes etapas:

- 1 - **Interseção do sistema urbano 2023, CQS 2023 (espaços habitacionais), freguesias e o solo não artificializado da COSc 2023;**
- 2 - **Área em m2** dos polígonos por nível, qualificação e freguesia não artificializados;
- 3 - **Índices máximos de utilização do solo** correspondentes a cada nível e qualificação do solo;
- 4 - **Área bruta de construção máxima:** área de cada um dos resultados obtidos na etapa 2 * respetivos índices da etapa 3;
- 5 - **Número (Nº) de fogos por metro quadrado (m2)** resultado das regras do PDM, consoante o nível e qualificação (por exemplo 50 fogos/ha corresponde a 0,005 fogos por m2);
- 6 - **Nº máximo de fogos:** área bruta de construção máxima * Número de fogos por m2;
- 7 - **Percentagem de alojamentos familiares clássicos de residência habitual:** alojamentos familiares clássicos de residência habitual / soma dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual, secundária e vagos (BGRI 2021);
- 8 - **Nº máximo de fogos de residência habitual:** Nº máximo de fogos * Percentagem de alojamentos familiares clássicos de residência habitual;
- 9 - **Nº médio de pessoas por fogo:** Nº total de indivíduos / Nº de alojamentos familiares clássicos;
- 10 - **Capacidade** = Nº máximo de fogos de residência habitual * Nº médio de pessoas por fogo.

Resultados:

Verifica-se que as freguesias que apresenta maior capacidade de acolhimento de habitantes são Mafra, Milharado, Santo Isidoro, U.F. de Igreja Nova e Cheleiros e Encarnação, U.F. de Venda do Pinheiro e Santo Estevão das Galés, conforme Gráfico 68.

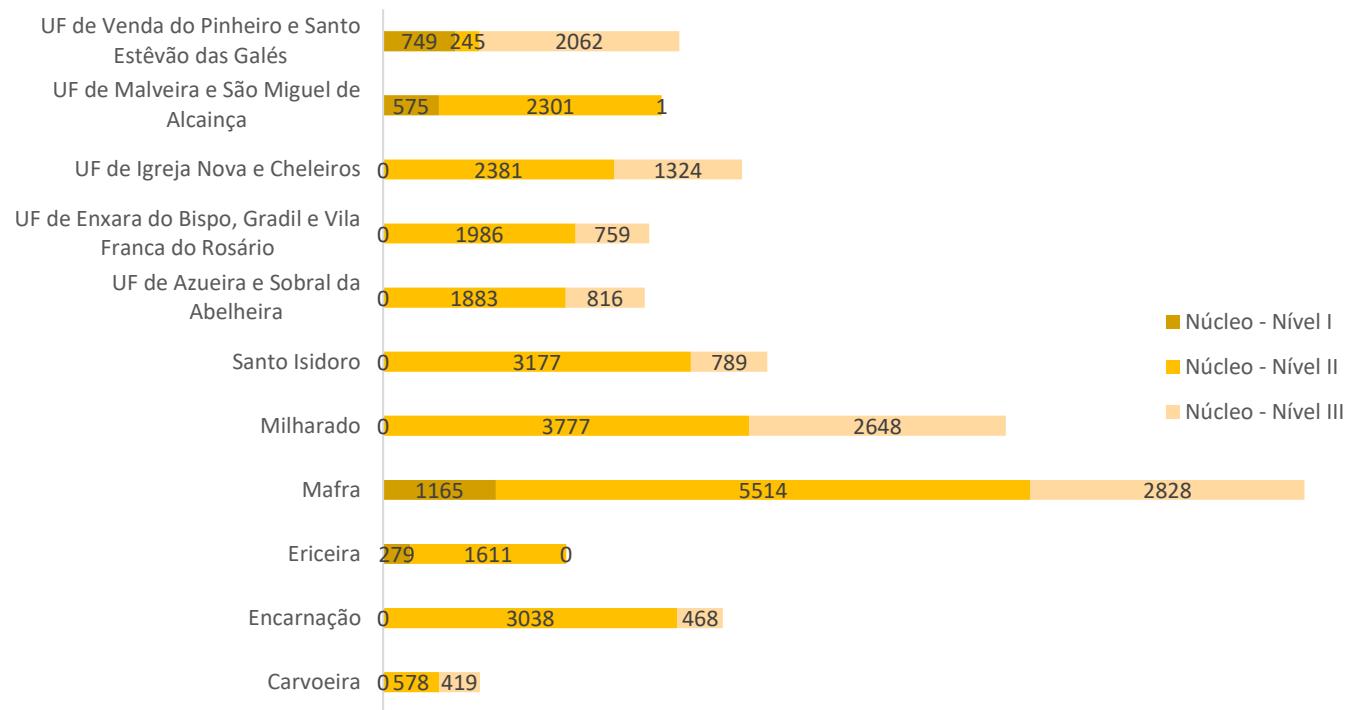


Gráfico 68 – Capacidade de acolhimento de habitantes, por núcleo, por nível de solo urbano.

INDICADOR 3.12: Aglomerados rurais

Designação:	Aglomerados rurais
Linha Estratégica:	Redefinição dos aglomerados rurais
Fonte:	CMM
Tipo de indicador:	Realização
Ano(s) de referência:	2015 / 2023
Periodicidade de monitorização:	Dinâmica do plano
Unidade de medida:	ha
Data da última atualização:	outubro/2023

Tabela 54 –Aglomerados rurais.

Descrição:

O indicador representa a superfície de aglomerados rurais, por freguesia.

Contexto e Relevância:

É relevante para avaliar a superfície de aglomerados rurais existentes, por freguesia.

Metodologia:

Este indicador resultou da interseção dos aglomerados rurais de 2015 e 2023, com a junção dos aglomerados rurais que apenas existiam em 2015 e existem em 2023, em separado.

Resultados:

Verifica-se que as áreas dos aglomerados rurais se mantiveram de 2015 para 2023, contudo existiu um ligeiro aumento das áreas dos aglomerados rurais na alteração por adaptação ao PDM (2023), de acordo com o art.º 199.º, bem como ao art.º 118.º.

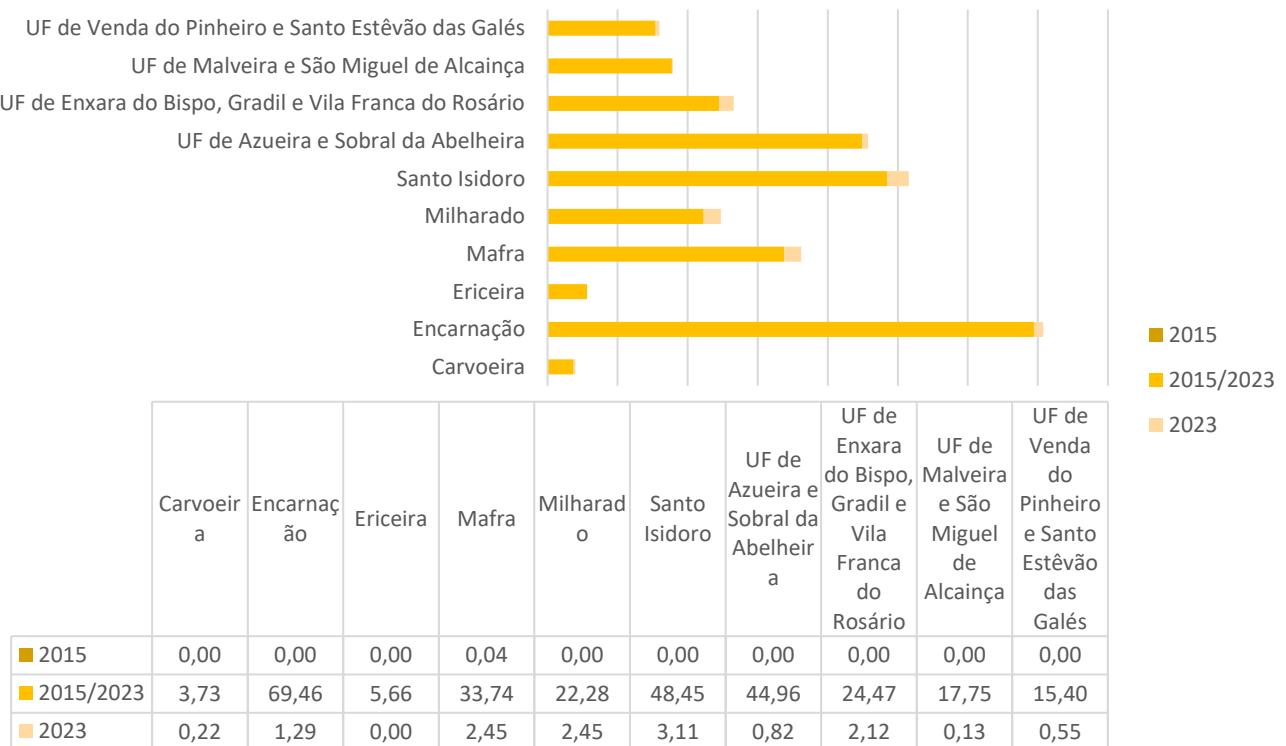


Gráfico 69 - Aglomerados Rurais (ha).

INDICADOR 3.13: Capacidade de acolhimento de habitantes, por aglomerado rural

Designação:	Capacidade de acolhimento de habitantes, por aglomerado rural
Linha Estratégica:	Redefinição dos aglomerados rurais
Fonte:	CMM / INE
Tipo de indicador:	Realização
Ano(s) de referência:	2021 / 2023
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	N.º
Data da última atualização:	outubro/2023

Tabela 55 –Capacidade de acolhimento de habitantes, por aglomerado rural.

Descrição:

O indicador avalia a capacidade de acolhimento de habitantes, por aglomerado rural e por freguesia.

Contexto e Relevância:

Para conhecer as dinâmicas dos aglomerados rurais (solo rústico), é fundamental estudar a capacidade de acolhimento de habitantes, por freguesia.

Metodologia:

Os resultados deste indicador foram obtidos a partir das seguintes etapas:

- 1 - **Interseção CQS 2023 (aglomerados rurais), freguesias e o solo não artificializado da COSc 2023;**
- 2 – **Área em m2** dos polígonos por nível, qualificação e freguesia não artificializados;
- 3 – Como nos aglomerados rurais não existe um **índice máximo de utilização do solo** utilizou-se o índice dos espaços habitacionais solo a estruturar, nível III – 0,3;
- 4 - **Área bruta de construção máxima:** área de cada um dos resultados obtidos na etapa 2 * 0,3;
- 5 – **Nº de fogos por metro quadrado (m2)** resultado das regras do PDM, neste caso, correspondente ao índice dos espaços habitacionais solo a estruturar, nível III - 0,003 fogos por m2;
- 6 – **Nº máximo de fogos:** área bruta de construção máxima * Número de fogos por m2;
- 7 – **Percentagem de alojamentos familiares clássicos de residência habitual:** alojamentos familiares clássicos de residência habitual / soma dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual, secundária e vagos (BGRI 2021);
- 8 – **Nº máximo de fogos de residência habitual:** Nº máximo de fogos * Percentagem de alojamentos familiares clássicos de residência habitual;
- 9 - **Nº médio de pessoas por fogo:** Nº total de indivíduos / Nº de alojamentos familiares clássicos;
- 10 – **Capacidade** = Nº máximo de fogos de residência habitual * Nº médio de pessoas por fogo.

Resultados:

Verifica-se que as freguesias que apresentam maior capacidade de acolhimento para novos habitantes são a U.F. de Igreja Nova e Cheleiros (+587habitantes), Encarnaçao (+538), Mafra (+417habitantes), Santo Isidoro (+389habitantes), U.F. de Azueira e Sobral da Abelheira (+358habitantes), e as restantes freguesias, como demonstra a Gráfico 70.

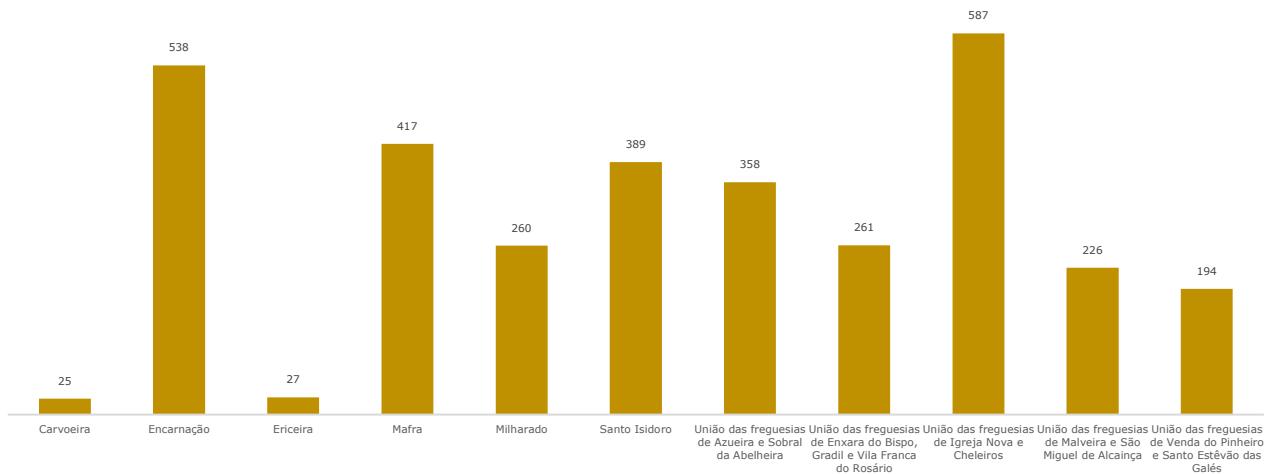


Gráfico 70 – Capacidade de acolhimento de habitantes, por aglomerado rural.

INDICADOR 3.14: Edificado disperso, fora de solo urbano, aglomerado rural e áreas de edificação dispersa

Designação:	Edificado disperso, fora de solo urbano, aglomerado rural e áreas de edificação dispersa
Linha Estratégica:	Evolução do edificado disperso
Fonte:	CMM
Tipo de indicador:	Realização
Ano(s) de referência:	2019 / 2023
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	ha
Data da última atualização:	outubro/2023

Tabela 56 – Edificado disperso, fora de solo urbano, aglomerado rural e áreas de edificação dispersa

Descrição:

O indicador avalia o edificado disperso, fora de solo urbano, aglomerado rural e áreas de edificação dispersa

Contexto e Relevância:

Para conhecer as dinâmicas do edificado disperso, fora de aglomerados rurais e áreas de edificação dispersa aglomerados rurais (solo rústico), é fundamental estudar a capacidade de acolhimento de habitantes, por freguesia.

Metodologia:

Utilização de cartografia da CMM referente ao total de edificado que existe no município em 2019. Todos os polígonos que calhassem dentro do solo rústico (espaços florestais, espaços naturais e paisagísticos, espaços agrícolas de produção e espaços agrícolas complementares) foram selecionados. A informação é disponibilizada em hectares e em percentagem em relação ao total de edificado e, também, por qualificação.

Resultados:

Verifica-se que as maiores concentrações de áreas de edificado disperso, fora de aglomerado rural, por qualificação, encontram-se localizadas na União de Freguesias de Azueira e Sobral da Abelheira (45ha), Encarnação (29ha), U.F. de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário (25ha), Milharado (24ha), Mafra (20ha), Santo Isidoro (15ha), UF de Igreja Nova e Cheleiros (11ha), UF de Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés (16ha), Carvoeira (3ha), UF de Malveira e São Miguel de Alcainça (4ha) e Ericena (5ha).

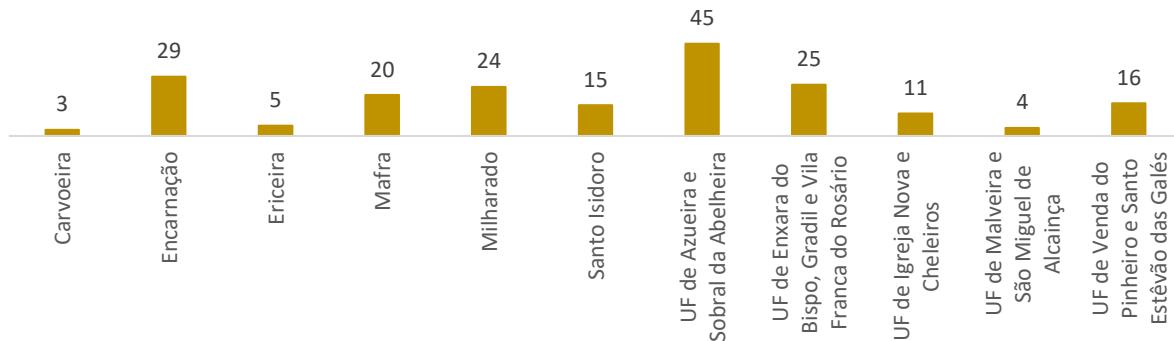


Gráfico 71 – Edificado disperso, fora de solo urbano, aglomerado rural e áreas de edificação dispersa, por freguesia (ha).

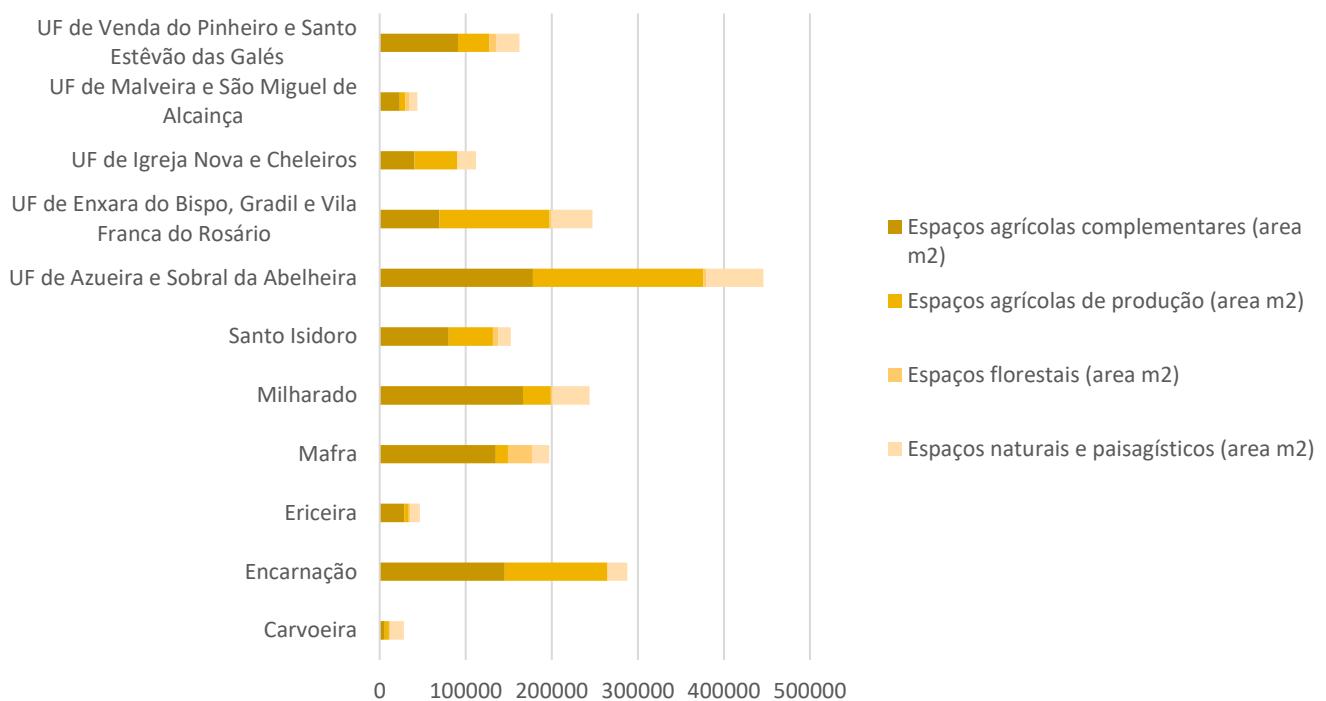


Gráfico 72 – Edificado disperso, fora de solo urbano, em áreas de edificação dispersa, por freguesia (ha).

INDICADOR 3.15: Superfície das áreas de edificação dispersa

Designação:	Superfície das áreas de edificação dispersa
Linha Estratégica:	Redefinição das áreas de edificação dispersa
Fonte:	CMM
Tipo de indicador:	Realização
Ano(s) de referência:	2015 / 2023
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	ha
Data da última atualização:	outubro/2023

Tabela 57 –Superfície das áreas de edificação dispersa.

Descrição:

O indicador avalia a superfície das áreas de edificação dispersa.

Contexto e Relevância:

É relevante para avaliar a superfície das áreas de edificação dispersa existentes, por freguesia.

Metodologia:

Este indicador resultou da seleção das áreas de edificação dispersa da CQS 2023, uma vez que elas não se alteram de 2015 para 2023.

Resultados:

Verifica-se que as áreas que a maior área de edificação dispersa se encontra na freguesia de Santo Isidoro (23ha).



Gráfico 73 – Superfície das áreas de edificação dispersa (ha).

INDICADOR 3.16: Capacidade de acolhimento potencial de habitantes em áreas de edificação dispersa

Designação:	Capacidade de acolhimento potencial de habitantes em áreas de edificação dispersa
Linha Estratégica:	Redefinição das áreas de edificação dispersa
Fonte:	CMM / INE
Tipo de indicador:	Realização
Ano(s) de referência:	2023
Periodicidade de monitorização:	Dinâmica do PDM
Unidade de medida:	N.º
Data da última atualização:	outubro/2023

Tabela 58 –Capacidade de acolhimento potencial de habitantes em áreas de edificação dispersa.

Descrição:

O indicador avalia a capacidade de acolhimento potencial de habitantes, em áreas de edificação dispersa.

Contexto e Relevância:

Para avaliar a capacidade de acolhimento potencial de habitantes, em áreas de edificação dispersa, que face a outras categorias de solo.

Metodologia:

Os resultados deste indicador foram obtidos a partir das seguintes etapas:

1 - Interseção CQS 2023 (áreas de edificação dispersa), freguesias e o solo não artificializado da COSc 2023;

2 – Área em m2 dos polígonos por nível, qualificação e freguesia não artificializados;

3 – Nas áreas de edificação dispersa não existe um índice máximo de utilização do solo, contudo existe uma área mínima da parcela para a construção de um fogo – **5000 m2;**

6 – Nº máximo de fogos: área de cada um dos resultados obtidos na etapa 2 * 5000 m2;

7 – Percentagem de alojamentos familiares clássicos de residência habitual: alojamentos familiares clássicos de residência habitual / soma dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual, secundária e vagos (BGRI 2021);

8 – Nº máximo de fogos de residência habitual: Nº máximo de fogos * Percentagem de alojamentos familiares clássicos de residência habitual;

9 - Nº médio de pessoas por fogo: Nº total de indivíduos / Nº de alojamentos familiares clássicos;

10 – Capacidade = Nº máximo de fogos de residência habitual * Nº médio de pessoas por fogo.

Resultados:

Verifica-se que a capacidade de acolhimento potencial de habitantes em áreas de edificação dispersa (N.º) é superior na freguesia de Santo Isidoro, com capacidade para mais 56 habitantes.

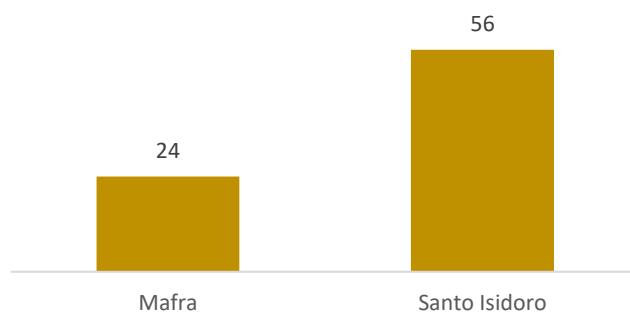


Gráfico 74 – Capacidade de acolhimento potencial de habitantes em áreas de edificação dispersa (N.º).

INDICADOR 3.17: Superfície de espaços verdes, por nível hierárquico

Designação:	Superfície de espaços verdes, por nível hierárquico
Linha Estratégica:	Redefinição dos espaços verdes públicos, por nível hierárquico
Fonte:	CMM
Tipo de indicador:	Realização
Ano(s) de referência:	2015 / 2023
Periodicidade de monitorização:	Dinâmica do PDM
Unidade de medida:	ha
Data da última atualização:	outubro/2023

Tabela 59 –Superfície de espaços verdes, por nível hierárquico.

Descrição:

O indicador avalia a superfície de espaços verdes, por nível hierárquico.

Contexto e Relevância:

Será importante avaliar as superfícies de espaços verdes, para compreender se será necessário o aumento das áreas verdes que se encontram em cada um dos níveis hierárquicos.

Metodologia:

A avaliação deste indicador resultou de duas ações: em primeiro lugar a interseção dos espaços verdes de 2015 e 2023, com a junção dos espaços verdes que apenas existiam em 2015 e existem em 2023, em separado. Em segundo, a interseção deste resultado com o sistema urbano 2023 e com as freguesias.

Resultados:

Verifica-se que entre 2015 e 2023 a maior superfície de espaços verdes encontra-se no nível I (163,02 ha), apresentando no nível II (57,81ha) e no nível III (18,69ha).

Na alteração por adaptação ao RJIGT, verificou-se que os espaços verdes que mais cresceram foram o nível I (17,63ha), o nível II (3,46ha) e o nível III (0,06ha).

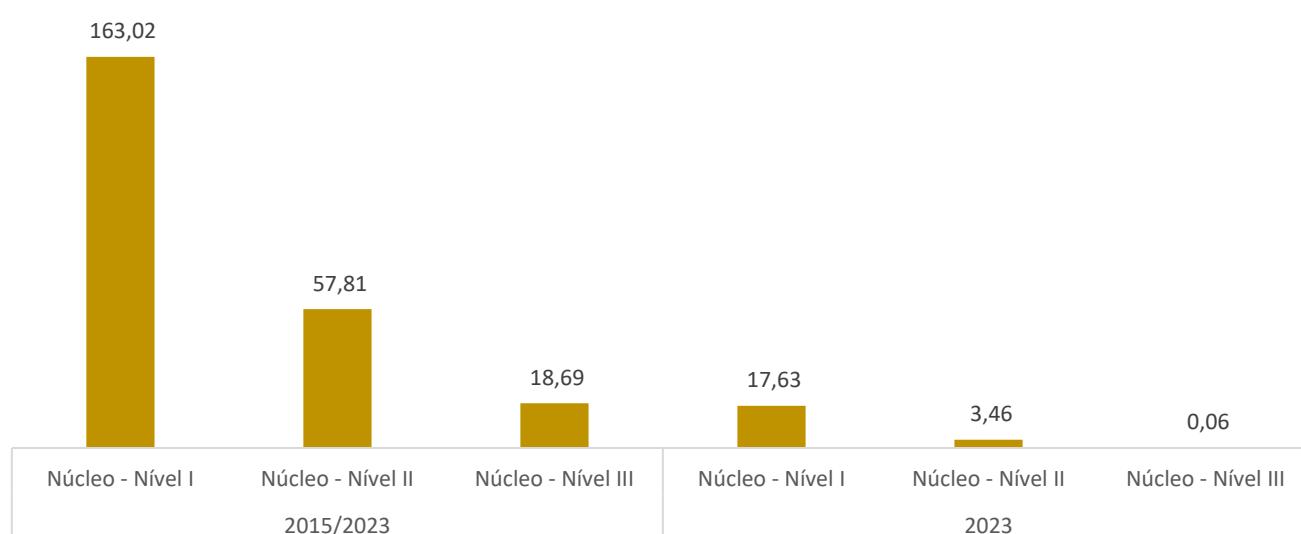


Gráfico 75 - Superfície de espaços verdes, por nível hierárquico (ha).

INDICADOR 3.18: Capacidade potencial de espaços verdes, por nível hierárquico, por freguesia

Designação:	Capacidade potencial de espaços verdes, por nível hierárquico, por freguesia
Linha Estratégica:	Redefinição dos espaços verdes públicos, por nível hierárquico
Fonte:	CMM / INE
Tipo de indicador:	Realização
Ano(s) de referência:	2023
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	m ² /hab.
Data da última atualização:	outubro/2023

Tabela 60 –Capacidade potencial de espaços verdes, por nível hierárquico, por freguesia.

Descrição:

O indicador avalia a capacidade potencial de espaços verdes, por nível hierárquico.

Contexto e Relevância:

Para avaliar a capacidade de acolhimento potencial de espaços verdes habitantes, em áreas de edificação dispersa, que face a outras categorias de solo.

Metodologia:

Este indicador deriva dos resultados obtidos no indicador 3.17 a dividir pelo número total de indivíduos da BGRI 2021. Segundo bibliografia apurada o número de espaços verdes por habitante deve ser igual ou superior a 10m². Realçasse que neste indicador apenas se está a analisar a superfície de espaços verdes da CQS 2023 e não aqueles que já estão implementados no município.

Resultados:

Verifica-se que a maior capacidade potencial de espaços verdes (ha), observa-se no nível I (180,65ha) e nível II (61,28ha).

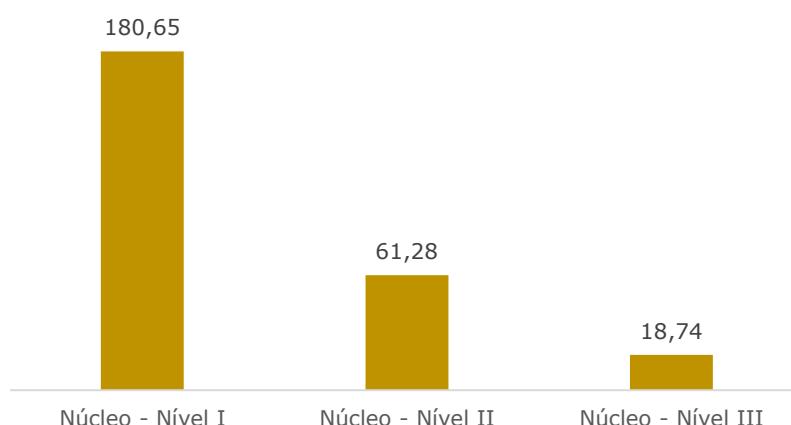


Gráfico 76 – Espaços Verdes urbanos (ha), por nível hierárquico.

Verifica-se na generalidade do município de Mafra, todas as freguesias apresentam valores médios acima dos **10m²/habitante**, na respetiva área de influência.

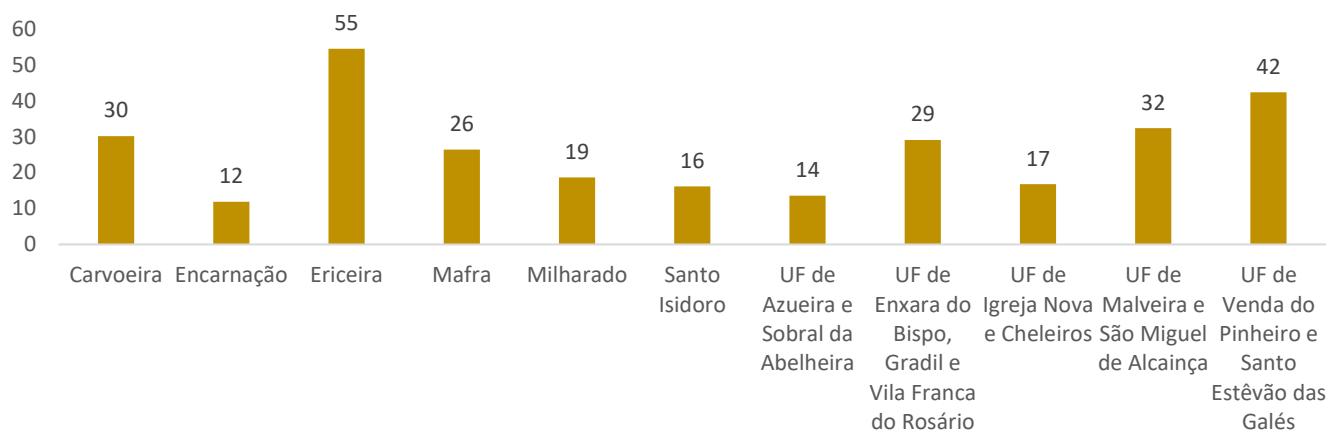


Gráfico 77 – Capacidade potencial de espaços verdes, por habitante (m²/hab.).

INDICADOR 3.19: Indústrias em áreas de espaços afetos a atividades industriais

Designação:	Indústrias em áreas de espaços afetos a atividades industriais
Linha Estratégica:	Definição de zonas de vocação para atividades económicas
Fonte:	CMM
Tipo de indicador:	Realização
Ano(s) de referência:	2019 / 2023
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	N.º
Data da última atualização:	outubro/2023

Tabela 61 –Indústria em áreas de espaços afetos a atividades industriais.

Descrição:

O indicador avalia o número de industrias em áreas de espaços afetos a atividades industriais.

Contexto e Relevância:

Para avaliar a dinâmica da distribuição das indústrias em áreas de espaços afetos a atividades industriais, em solo rústico.

Metodologia:

Este indicador resulta da interseção das áreas de espaços afetos a atividades industriais (CQS 2023) com a informação do edificado de 2019 da CMM. Esta informação foi validada por fotointerpretação através de ortofotomapas da CMM, com apoio do Google Earth e Google Maps para uma melhor avaliação do número de indústrias existentes.

Resultados:

Verifica-se que as industrias em áreas de espaços afetos a atividades industriais, são relativamente residuais, pelo que no máximo existem 5 industrias na U.F. de Malveira e São Miguel de Alcainça (Gráfico 78).

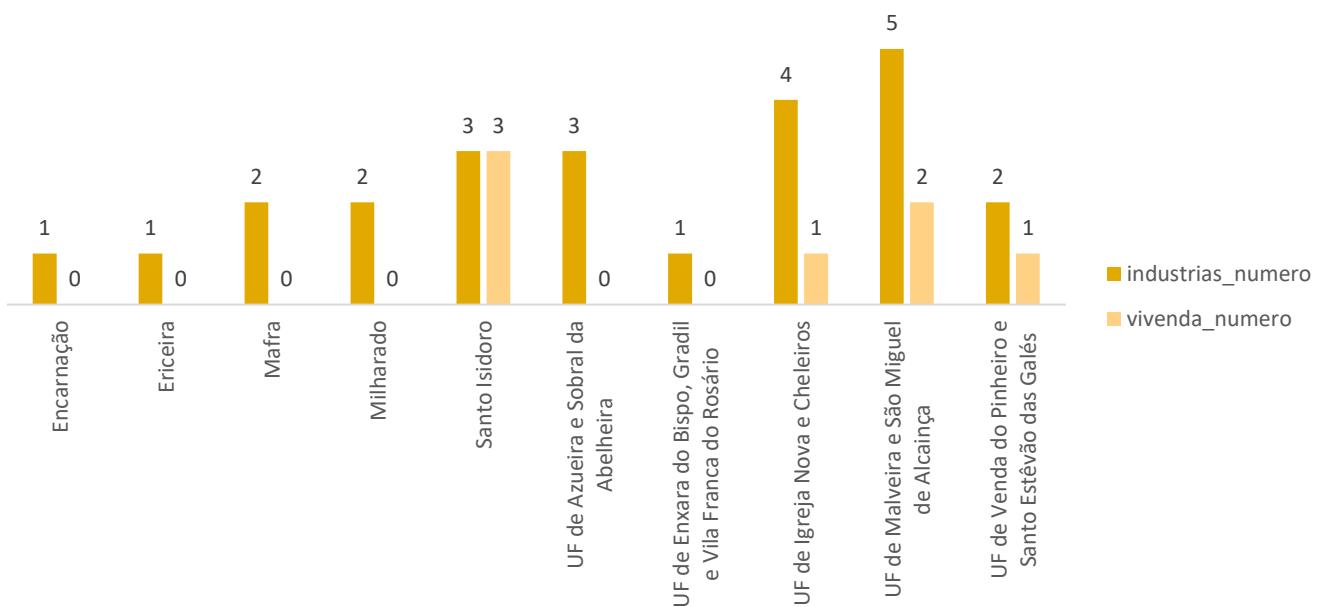


Gráfico 78 – Indústria em áreas de espaços afetos a atividades industriais (N.º).

INDICADOR 3.20: Empresas por espaços de atividades económicas (áreas consolidadas)

Designação:	Empresas por espaços de atividades económicas (áreas consolidadas)
Linha Estratégica:	Definição de zonas de vocação para atividades económicas
Fonte:	CMM
Tipo de indicador:	Realização
Ano(s) de referência:	2023 / 2024
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	N.º
Data da última atualização:	outubro/2023

Tabela 62 –Empresas por espaços de atividades económicas (áreas consolidadas).

Descrição:

O indicador avalia as empresas por espaços de atividades económicas, em áreas consolidadas.

Contexto e Relevância:

Promover espaços de atividades económicas em áreas consolidadas de solo urbano, permite a possibilidade de fixação da população, a dinamização das escolas técnico-profissionais, e a mobilidade sustentável.

Metodologia:

Esta informação foi obtida através de fotointerpretação com recurso a ortofotomapas da CMM, com apoio do Google Earth e Google Maps para uma melhor avaliação do número de empresas existentes em espaços de atividades económicas (áreas consolidadas).

Resultados:

Relativamente às empresas existentes em espaços de atividades económicas, em áreas consolidadas, verifica-se que as freguesias que com maior número de empresas são U.F. de Venda do Pinheiro e Santo Estevão das Galés (123 empresas), Mafra (93 empresas), e Milharado (30 empresas).

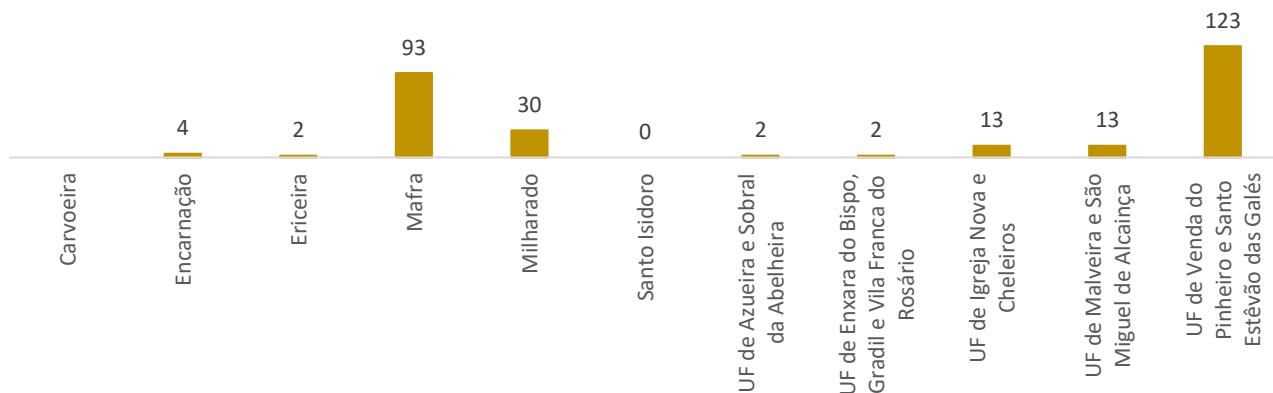


Gráfico 79 – Empresas por espaços de atividades económicas (áreas consolidadas) (N.º).

INDICADOR 3.21: Empresas por espaços de atividades económicas (áreas a estruturar)

Designação:	Empresas por espaços de atividades económicas (áreas a estruturar)
Linha Estratégica:	Definição de zonas de vocação para atividades económicas
Fonte:	CMM
Tipo de indicador:	Realização
Ano(s) de referência:	2023 / 2024
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	N.º
Data da última atualização:	outubro/2023

Tabela 63 –Empresas por espaços de atividades económicas (áreas a estruturar).

Descrição:

O indicador avalia as empresas por espaços de atividades económicas, em áreas a estruturar.

Contexto e Relevância:

Considera-se importante a análise da quantidade de empresas nos espaços de atividades económicas, em áreas a estruturar, de modo a compreender a dinâmica económica.

Metodologia:

Esta informação foi obtida através de fotointerpretação com recurso a ortofotomapas da CMM, com apoio do Google Earth e Google Maps para uma melhor avaliação do número de empresas existentes em espaços de atividades económicas (áreas a estruturar).

Resultados:

Relativamente às empresas existentes em espaços de atividades económicas, em áreas a estruturar, verifica-se que as freguesias que com maior número de empresas são U.F. de Malveira e São Miguel de Alcainça (37 empresas), U.F. de Venda do Pinheiro e Santo Estevão das Galés (35 empresas), e Mafra (11 empresas).

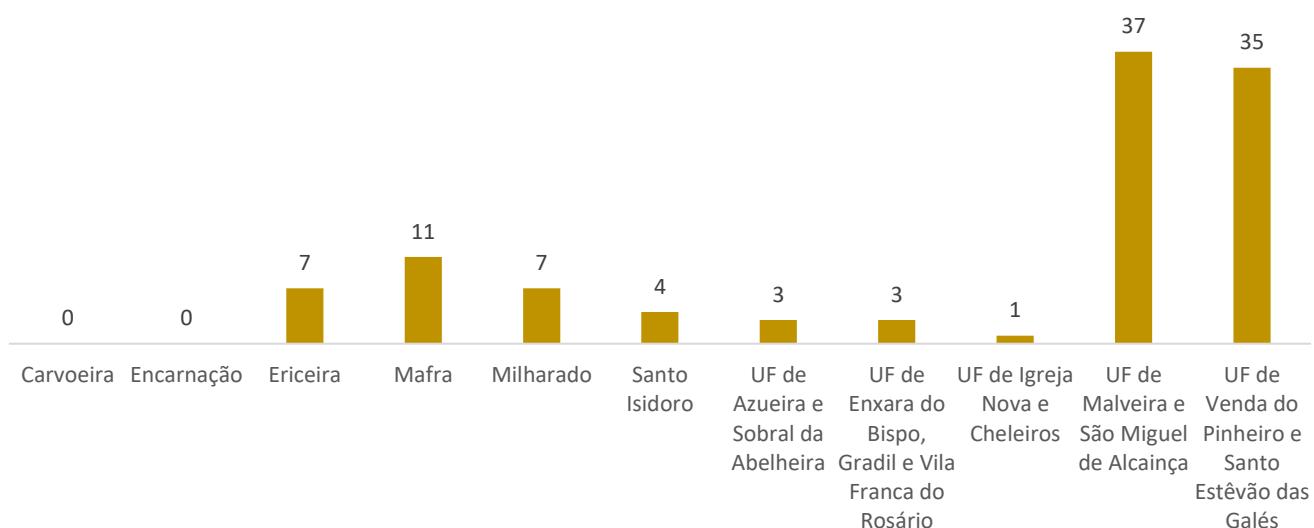


Gráfico 80 – Empresas por espaços de atividades económicas (áreas a estruturar).

INDICADOR 3.22: Capacidade de acolhimento potencial de empresas (em espaços de atividades económicas)

Designação:	Capacidade de acolhimento potencial de empresas (em espaços de atividades económicas)
Linha Estratégica:	Definição de zonas de vocação para atividades económicas
Fonte:	CMM
Tipo de indicador:	Realização
Ano(s) de referência:	2023 /2024
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	N.º
Data da última atualização:	outubro/2023

Tabela 64 –Capacidade de acolhimento potencial de empresas (em espaços de atividades económicas).

Descrição:

O indicador avalia a capacidade de acolhimento potencial de empresas (em espaços de atividades económicas)

Contexto e Relevância:

Considera-se importante a análise da capacidade potencial de empresas nos espaços de atividades económicas, de modo a compreender a dinâmica económica.

Metodologia:

Este indicador resulta dos seguintes passos:

- Número de empresas em espaços de atividades económicas foi obtido através de fotointerpretação com recurso a ortofotomaps da CMM, com apoio do Google Earth e Google Maps como explicado nos indicadores 3.20 e 3.21.

1 - Interseção do sistema urbano 2023, CQS 2023 (espaços atividades económicas), freguesias e o solo não artificializado da COSc 2023;

2 - Área em m² dos polígonos por nível, qualificação e freguesia não artificializados;

3 - Índices máximos de utilização do solo correspondentes a cada nível e qualificação do solo;

4 - Área bruta de construção máxima: área de cada um dos resultados obtidos na etapa 2 * respetivos índices da etapa 3;

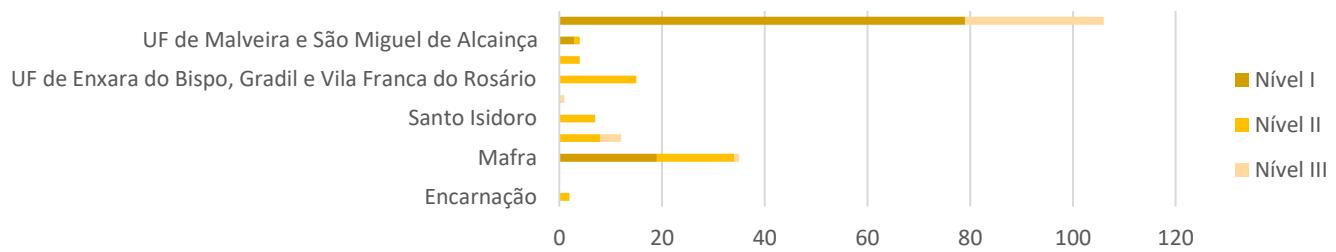
9 - Nº médio de atividades económicas por nível e qualificação: solo artificializado (COSc2023) / Nº de empresas;

10 - Capacidade = Área bruta de construção máxima / Nº médio de atividades económicas.

Resultados:

Relativamente às empresas existentes em espaços de atividades económicas, em áreas a estruturar, verifica-se que as freguesias que com maior número de empresas são U.F. de Malveira e São Miguel de Alcainça (37 empresas), U.F. de Venda do Pinheiro e Santo Estevão das Galés (35empresas), e Mafra (11empresas).

Espaços de atividades económicas - Áreas consolidadas



Espaços de atividades económicas - Áreas a estruturar

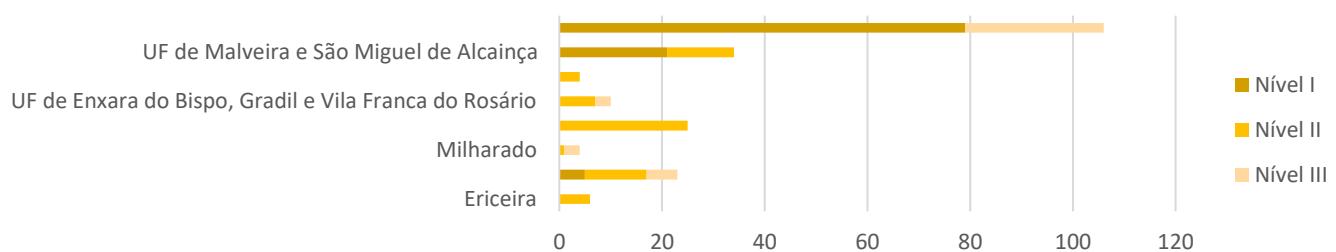


Gráfico 81 – Capacidade de acolhimento potencial de empresas (em espaços de atividades económicas).

OBJETIVO 4 - PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS



INDICADOR 4.1: Ganho médio mensal

Designação:	Ganho médio mensal
Linha Estratégica:	Caracterização das atividades económicas
Fonte:	INE
Tipo de indicador:	Resultado
Ano(s) de referência:	2015, 2018 e 2021
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	€
Data da última atualização:	outubro/2023

Tabela 65 – Ganho médio mensal.

Descrição:

GANHO: Montante ilíquido em dinheiro e/ou géneros, pago ao trabalhador, com carácter regular em relação ao período de referência, por tempo trabalhado ou trabalho fornecido no período normal e extraordinário. Inclui, ainda, o pagamento de horas remuneradas, mas não efetuadas (férias, feriados e outras ausências pagas).

Contexto e Relevância:

Torna-se importante conhecer o poder de compra da população residente no concelho, de modo a poder corrigir e direcionar os investimentos, para melhoria da qualidade de vida da população e desta forma dinamizar a economia do município.

Resultados

Verifica-se um acréscimo positivo do ganho médio mensal, para o município de Mafra, para as atividades ligadas a agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, entre 2015 e 2018 (+101€) e entre 2018 e 2021 (+83€). Assim como um aumento do ganho médio mensal, no setor de atividade económica, da industria, construção, energia e água, entre 2015 e 2018 (+79€) e entre 2018 e 2021 (+111€) e, com um aumento do ganho médio mensal, no setor de atividade dos serviços, entre 2015 e 2018 (+79€) e entre 2018 e 2021 (+148€).

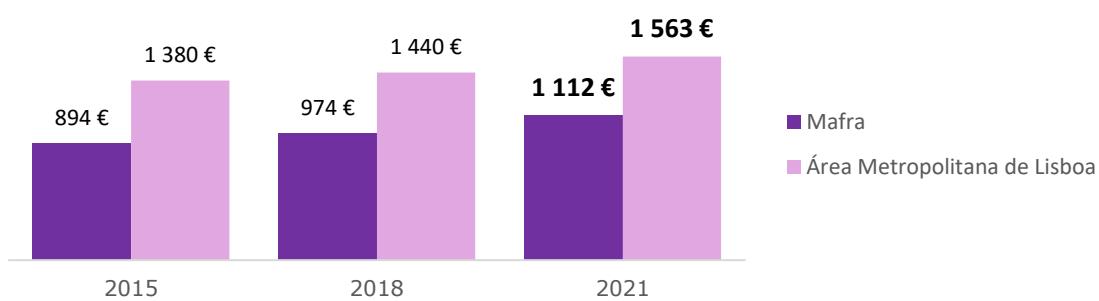
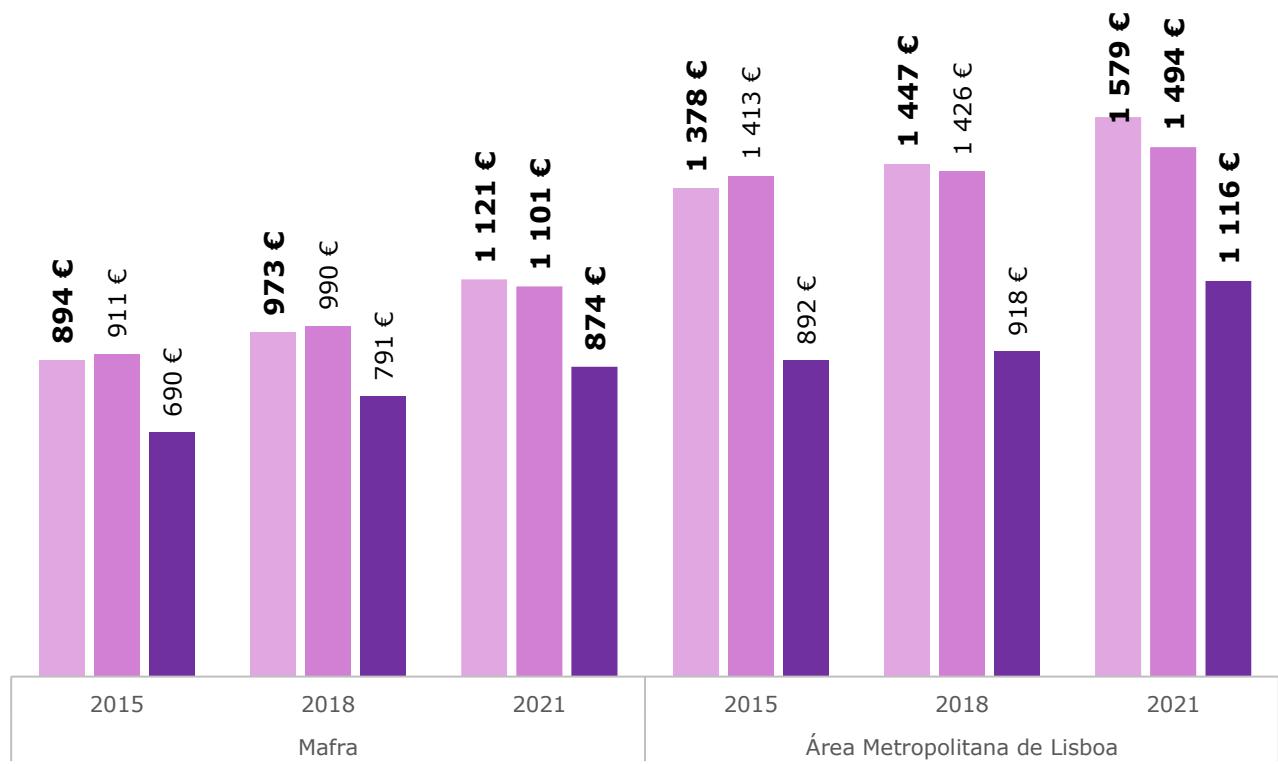


Gráfico 82 – Ganho médio mensal (€).



INDICADOR 4.2: Empresas, por atividade económica

Designação:	Empresas por atividade económica
Linha Estratégica:	Caracterização das atividades económicas
Fonte:	INE
Tipo de indicador:	Resultado
Ano(s) de referência:	2015, 2018 e 2021
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	N.º
Data da última atualização:	outubro/2023

Tabela 66 – Empresas, por atividade económica.

Descrição:

O presente indicador avalia as empresas que, nos anos de referência, se instalaram no município.

Contexto e Relevância:

O número de empresas por atividade económica permite avaliar a dinâmica económica do município, face à AML.

Resultados:

Verifica-se de 2015 para 2018, um aumento genérico nos setores da agricultura (+33 empresas), Indústria (+160 empresas), e serviços (+1156 empresas). E de 2018 para 2021, uma diminuição do número de empresas nos setores da agricultura (-67 empresas), Indústria (-344 empresas), e serviços (-739 empresas).

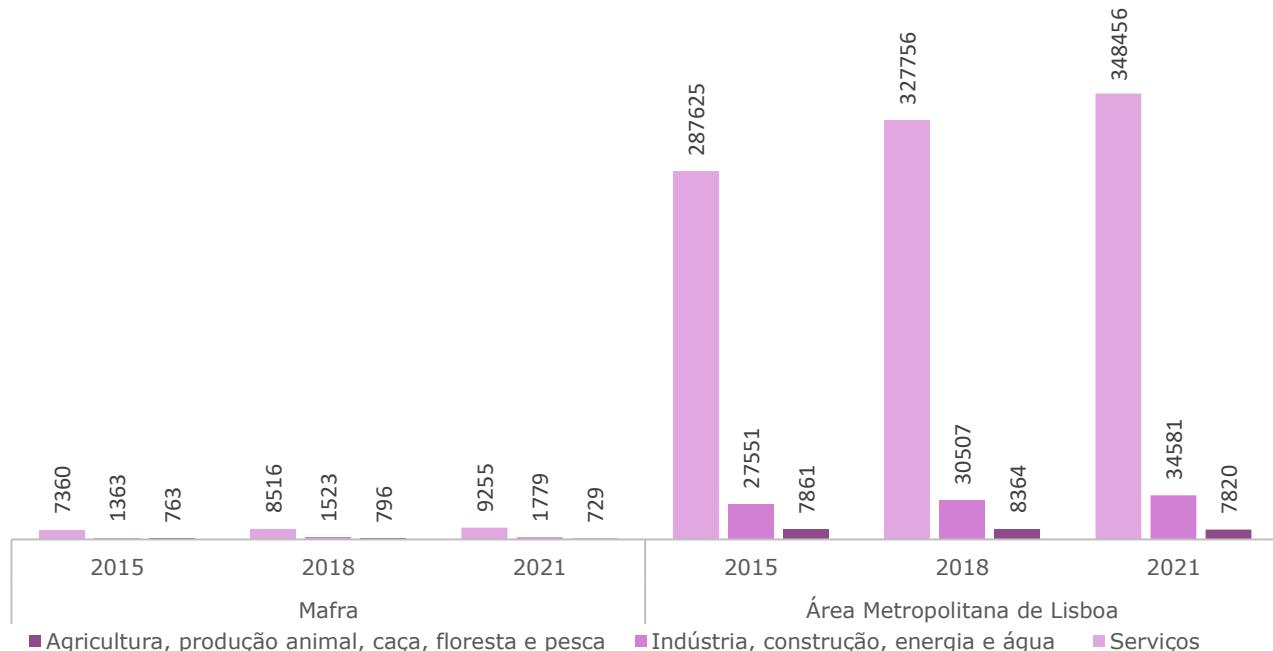


Gráfico 84 – Empresas, por Atividade Económica (N.º).

INDICADOR 4.3: Pessoal ao serviço das empresas por atividade económica

Designação:	Pessoal ao serviço das empresas por atividade económica
Linha Estratégica:	Caracterização das atividades económicas
Fonte:	INE
Tipo de indicador:	Resultado
Ano(s) de referência:	2015, 2018 e 2021
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	N.º
Data da última atualização:	outubro/2023

Tabela 67 – Pessoal ao serviço das empresas por atividade económica.

Descrição:

O presente indicador avalia as pessoas que, no período de referência, participaram na atividade da empresa/instituição, qualquer que tenha sido a duração dessa participação.

Contexto e Relevância:

O número de pessoas ao serviço nas diferentes atividades económicas permite ter um indicador da evolução e de desempenho económico no município.

Resultados:

Verifica-se de 2015 para 2018, um aumento genérico nos setores da agricultura (+52 pessoas), Indústria (+1141 pessoas), e serviços (+4184 pessoas). E de 2018 para 2021, uma diminuição do número de empresas nos setores da agricultura (-3 pessoas), e um aumento do número de empresas nos setores da Indústria (-1020 pessoas), e serviços (-2398 pessoas).

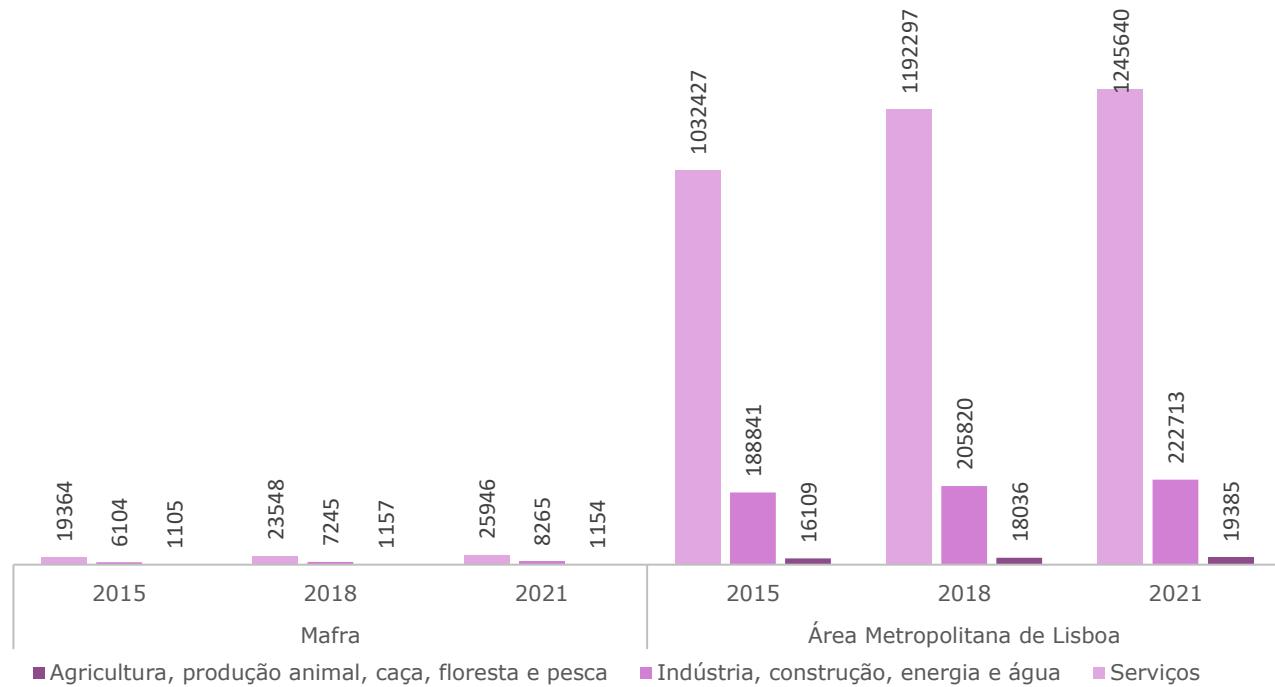


Gráfico 85 – Pessoal ao serviço, por Atividade Económica (N.º).

INDICADOR 4.4: Valor Acrescentado Bruto das empresas por atividade económica

Designação:	Valor Acrescentado Bruto das empresas por atividade económica
Linha Estratégica:	Caracterização das atividades económicas
Fonte:	INE
Tipo de indicador:	Resultado
Ano(s) de referência:	2015, 2018 e 2021
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	€
Data da última atualização:	outubro/2023

Tabela 68 – Valor acrescentado bruto das empresas por atividade económica

Descrição:

O Valor Acrescentado Bruto (VAB), representa o valor bruto da produção deduzido do custo das matérias-primas e de outros consumos no processo produtivo.

Contexto e Relevância:

O VAB, representa um importante indicador da evolução e de desempenho económico no município.

Resultados:

O VAB mais representativo no município de Mafra, regista-se em 2021, com os serviços (519.393.533,00€), seguindo a indústria (216.023.082,00€) e na agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (14.499.910,00€).

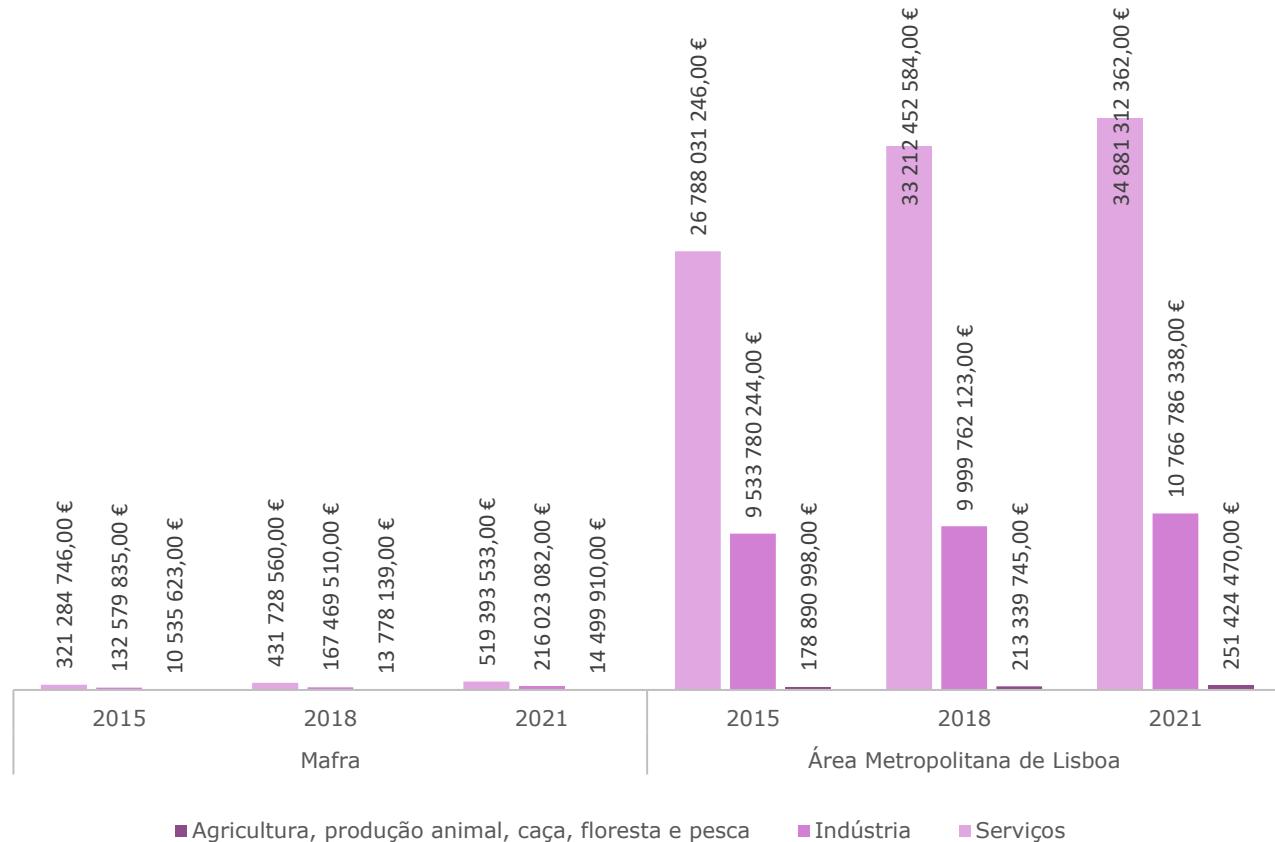


Gráfico 86 – Valor Acrescentado Bruto das empresas por atividade económica (€).

INDICADOR 4.5: Exportações de Bens, por tipo de comércio e tipo de bens

Designação:	Exportações de Bens, por tipo de comércio e tipo de bens
Linha Estratégica:	Caracterização das atividades económicas
Fonte:	INE
Tipo de indicador:	Resultado
Ano(s) de referência:	2015
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	€
Data da última atualização:	outubro/2023

Tabela 69 – Exportações de bens.

Descrição:

O presente indicador pretende avaliar a capacidade de exportação dos bens produzidos no município de Mafra

Contexto e Relevância:

É importante conhecer a evolução das exportações dos bens produzidos no concelho, para avaliar as dinâmicas económicas.

Resultados:

As exportações dos bens produzidos no município de Mafra, são mais representativas no comércio internacional.

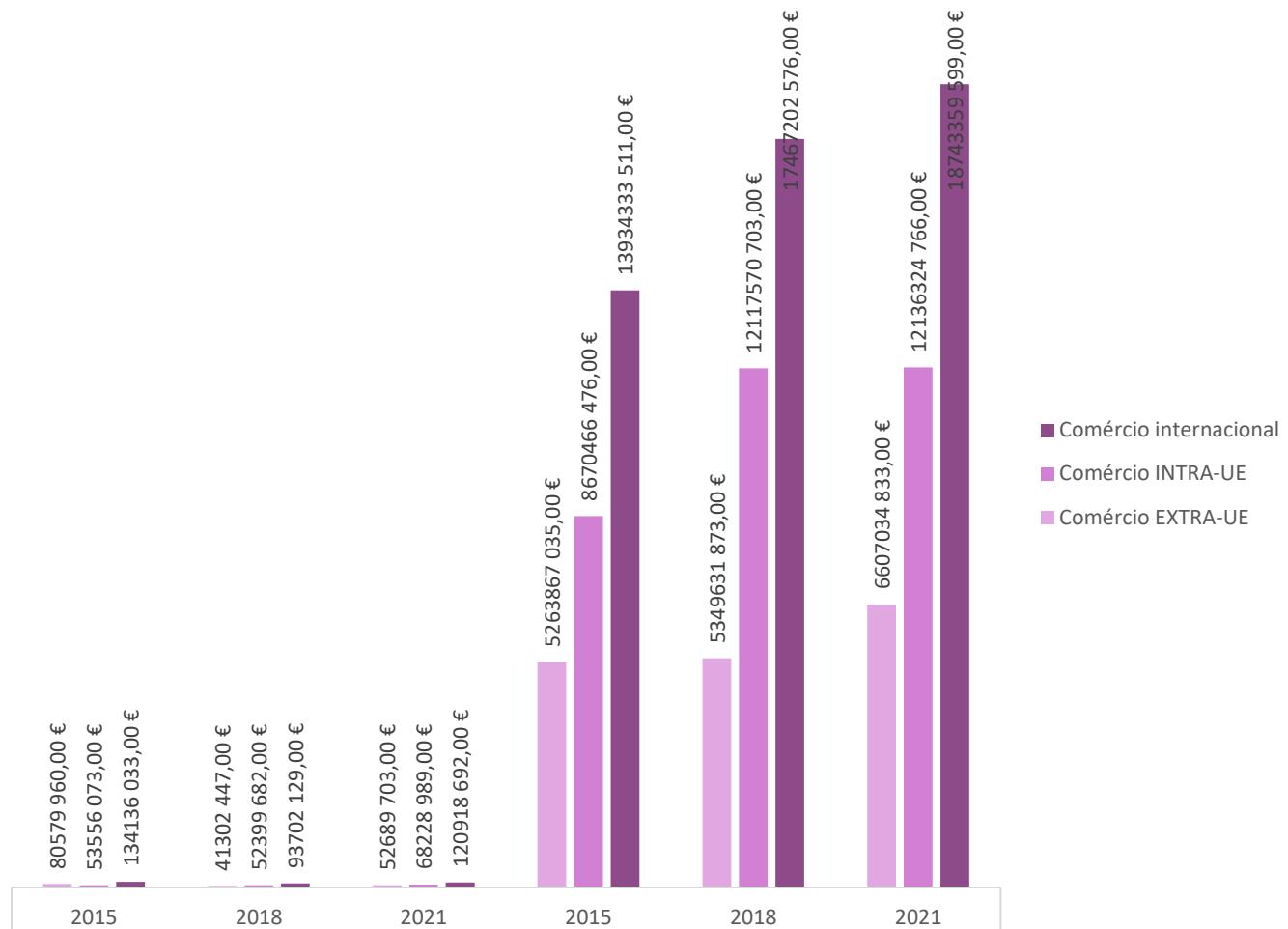


Gráfico 87 – Evolução das exportações de bens (€).

INDICADOR 4.6: Importações de Bens, por tipo de comércio e tipo de bens

Designação:	Importação de Bens, por tipo de comércio e tipo de bens
Linha Estratégica:	Caracterização das atividades económicas
Fonte:	INE
Tipo de indicador:	Resultado
Ano(s) de referência:	2015
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	€
Data da última atualização:	outubro/2023

Tabela 70 – Importações de bens.

Descrição:

O presente indicador pretende avaliar a importação de bens para o município de Mafra.

Contexto e Relevância:

É importante conhecer a evolução das importações de bens para o concelho, para avaliar as dinâmicas de necessidades de bens.

Resultados:

Verifica-se uma necessidade crescente nas importações de bens, para o município de mafra, pelo que será necessário analisar as dinâmicas económicas e de desenvolvimento sustentável para o município.

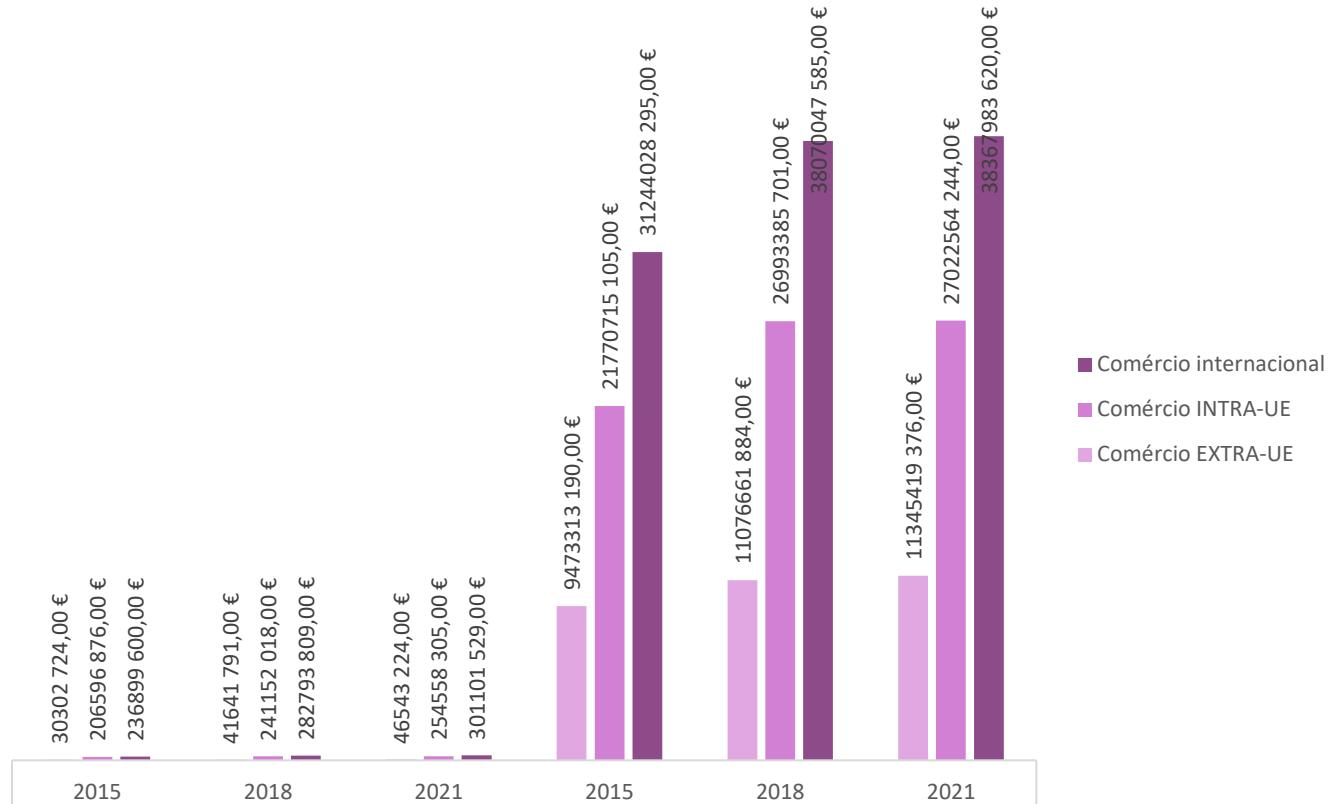


Gráfico 88 – Evolução das Importações de bens (€).

INDICADOR 4.7: Poder de compra per capita

Designação:	Poder de Compra per Capita
Linha Estratégica:	Caracterização das atividades económicas
Fonte:	INE
Tipo de indicador:	Resultado
Ano(s) de referência:	2015
Periodicidade de monitorização:	Bianual
Unidade de medida:	-
Data da última atualização:	Março/2024

Tabela 71 – Poder de compra per capita.

Descrição:

O presente indicador pretende avaliar o poder de compra concelhio.

Contexto e Relevância:

Torna-se importante conhecer o poder de compra da população residente no concelho, de modo a poder corrigir e direcionar os investimentos, para melhoria da qualidade de vida da população e desta forma dinamizar a economia do município.

Resultados:

No presente indicador verifica-se um aumento do poder de compra da população do município de Mafra, em relação à AML, sendo que o poder de compra tem aumentado desde 2015 (96,41) a 2021 (102,88).



Gráfico 89 – Poder de Compra Per Capita.

INDICADOR 4.8: População empregada, por sexo e atividade económica

Designação:	População empregada, por sexo e atividade económica
Linha Estratégica:	Caracterização das atividades económicas
Fonte:	INE
Tipo de indicador:	Resultado
Ano(s) de referência:	2015
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	N.º
Data da última atualização:	outubro/2023

Tabela 72 – População empregada, por sexo e atividade económica.

Descrição:

O presente indicador pretende avaliar a população empregada, por sexo e atividade económica.

Contexto e Relevância:

A necessidade de análise à população empregada, é importante para compreender a dinâmica das atividades económicas, no município de Mafra.

Resultados:

Relativamente à população empregada, no município de Mafra, verifica-se que existiu um aumento do ano de 2011 (35929) para 2021 (40360).

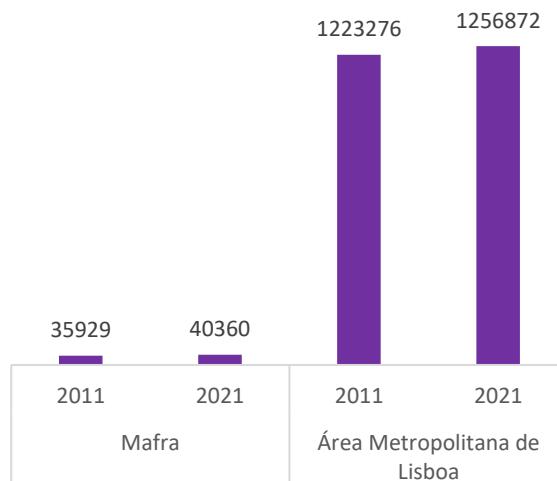


Gráfico 90 – População empregada, por sexo e atividade económica.

INDICADOR 4.9: População empregada, por sexo e nível de escolaridade mais elevado completo

Designação:	População empregada, por sexo e nível de escolaridade mais elevado completo
Linha Estratégica:	Caracterização das atividades económicas
Fonte:	INE
Tipo de indicador:	Resultado
Ano(s) de referência:	2015
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	N.º
Data da última atualização:	outubro/2023

Tabela 73 – População empregada, por sexo e nível de escolaridade mais elevado completo.

Descrição:

O presente indicador pretende avaliar a população empregada, por sexo e nível de escolaridade mais elevado completo.

Contexto e Relevância:

A necessidade de análise à população empregada, é importante para compreender qual o nível de escolaridade da população.

Resultados:

Relativamente à população empregada, no município de Mafra, verifica-se que existiu um aumento do número de população empregada com ensino superior e ensino secundário, contudo verifica-se uma diminuição acentuada da população com o ensino básico.

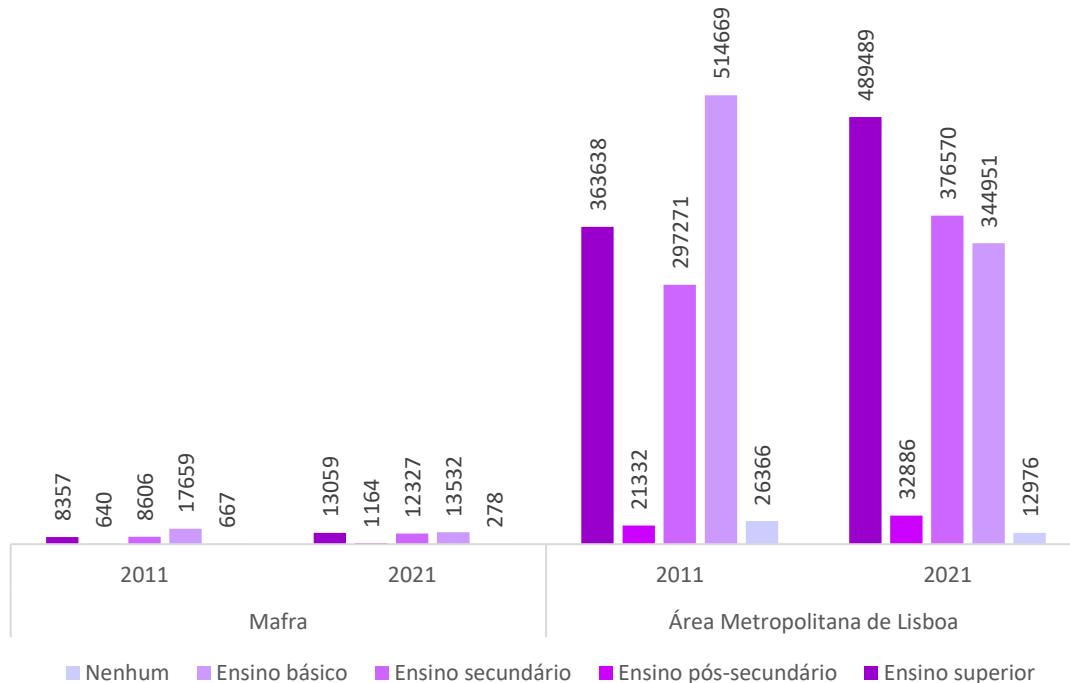


Gráfico 91 – População empregada, por sexo e nível de escolaridade elevado completo.

INDICADOR 4.10: População empregada, por local de trabalho ou estudo

Designação:	População empregada, por local de trabalho ou estudo
Linha Estratégica:	Caracterização das atividades económicas
Fonte:	INE
Tipo de indicador:	Resultado
Ano(s) de referência:	2021
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	N.º
Data da última atualização:	outubro/2023

Tabela 74 – População empregada, por local de trabalho ou estudo.

Descrição:

O presente indicador pretende avaliar a população empregada, por sexo e nível de escolaridade mais elevado completo.

Contexto e Relevância:

Num contexto em que é necessário avaliar a necessidade de criação de emprego, no município de Mafra, importa perceber quais as freguesias onde existe maior e menor população empregada, assim como o local de trabalho e estudo.

Resultados:

O local onde se registou um maior número de população empregada, foi a freguesia de Mafra, na Ericeira, na União de freguesias de Venda do Pinheiro e Santo Estevão das Galés, e na União das Freguesias da Malveira e São Miguel de Alcainça, de acordo com Gráfico 92.

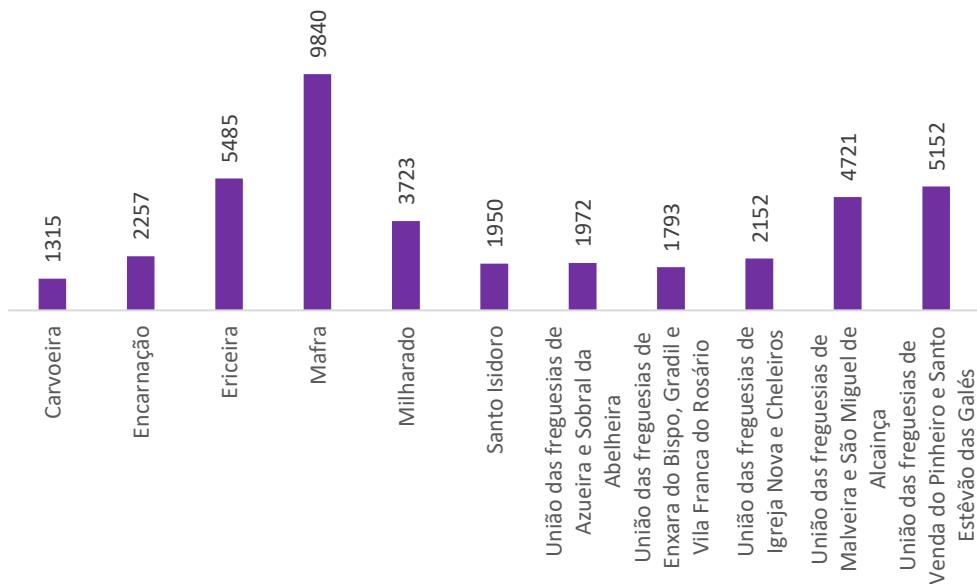


Gráfico 92 – População empregada, por local de trabalho ou estudo, por freguesia.

As freguesias onde se trabalha mais a partir de casa é na freguesia de Mafra e na Ericeira.

Na freguesia onde reside atualmente, verifica-se nas freguesias de Mafra, Ericeira, União das freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça, e na união das freguesias de Venda do Pinheiro e Santo Estevão das Galés, de acordo com Gráfico 93.

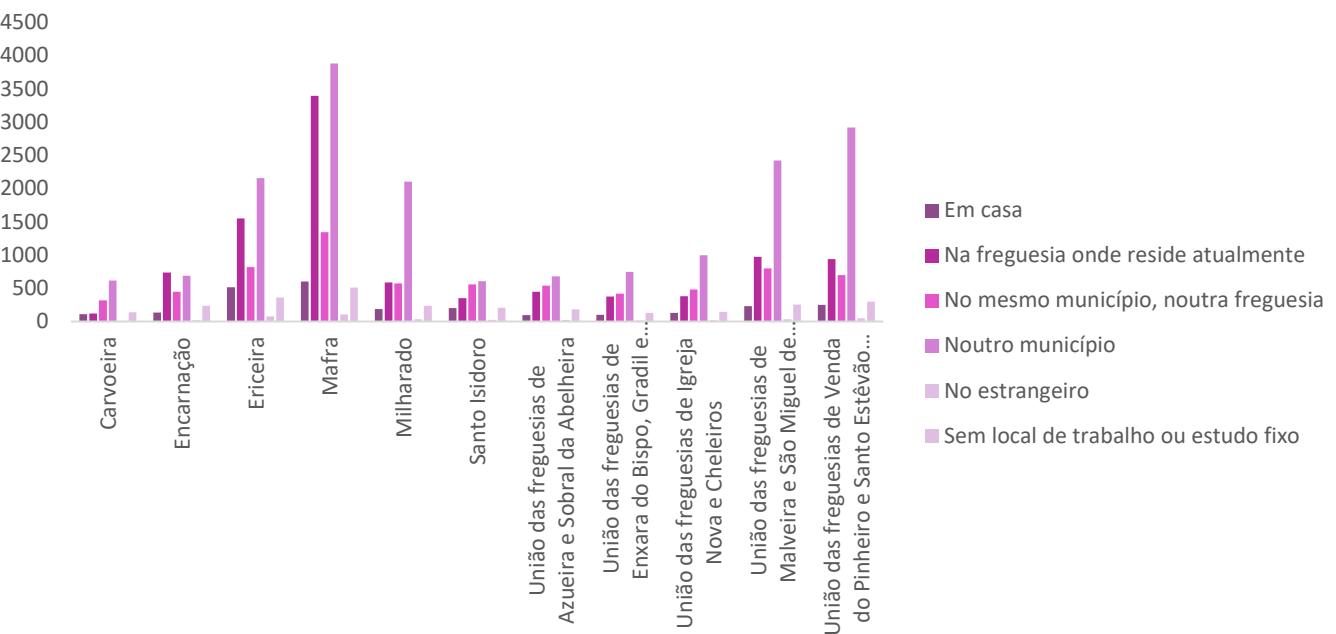


Gráfico 93 – População empregada, por local de trabalho ou estudo, e por local de trabalho e estudo.

INDICADOR 4.11: População desempregada, por sexo e condição perante o trabalho

Designação:	População desempregada, por sexo e condição perante o trabalho
Linha Estratégica:	Caracterização das atividades económicas
Fonte:	INE
Tipo de indicador:	Resultado
Ano(s) de referência:	2021
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	%
Data da última atualização:	outubro/2023

Tabela 75 – População desempregada, por sexo e condição perante o trabalho.

Descrição:

O presente indicador avalia a evolução da quantidade de desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional.

Contexto e Relevância:

É importante conhecer a evolução dos desempregados nos centros de emprego e de formação profissional, no município de mafra, de modo a realizar uma análise futura.

Resultados:

Os resultados apresentados apenas se referem aos censos 2021, e consta que a maioria dos desempregados estão à procura de novo emprego é na freguesia da Encarnação (Gráfico 94).



■ Desempregados à procura de 1.º emprego ■ Desempregados à procura de novo emprego

Gráfico 94 – População desempregada (%), por freguesia e condição perante o trabalho (desempregado).

A população desempregada, à procura do primeiro emprego, no município de Mafra, é superior no sexo feminino, em relação ao sexo masculino (Gráfico 95).

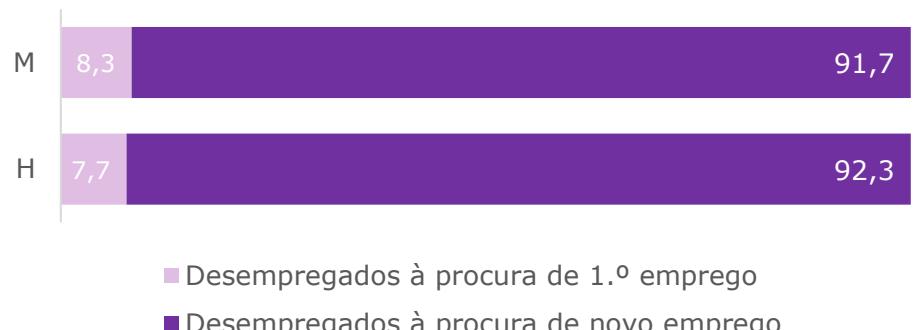


Gráfico 95 – População desempregada, por sexo e condição perante o trabalho (desempregado).

INDICADOR 4.12: População desempregada, por sexo e nível de escolaridade mais completo

Designação:	População desempregada, por sexo e nível de escolaridade mais completo
Linha Estratégica:	Caracterização das atividades económicas
Fonte:	INE
Tipo de indicador:	Resultado
Ano(s) de referência:	2021
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	%
Data da última atualização:	outubro/2023

Tabela 76 – População desempregada, por sexo e nível de escolaridade mais completo.

Descrição:

O indicador população desempregada pretende avaliar por sexo e pelo nível de escolaridade mais completo.

Contexto e Relevância:

Análise da população desempregada por sexo e nível de escolaridade.

Resultados:

A população desempregada é maior nas freguesias de Mafra (23,5%), Ericeira (18,2%), União das freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça (12,2%), e União de freguesias de Venda do Pinheiro e Estevão das Galés (11,6%) (Gráfico 96).

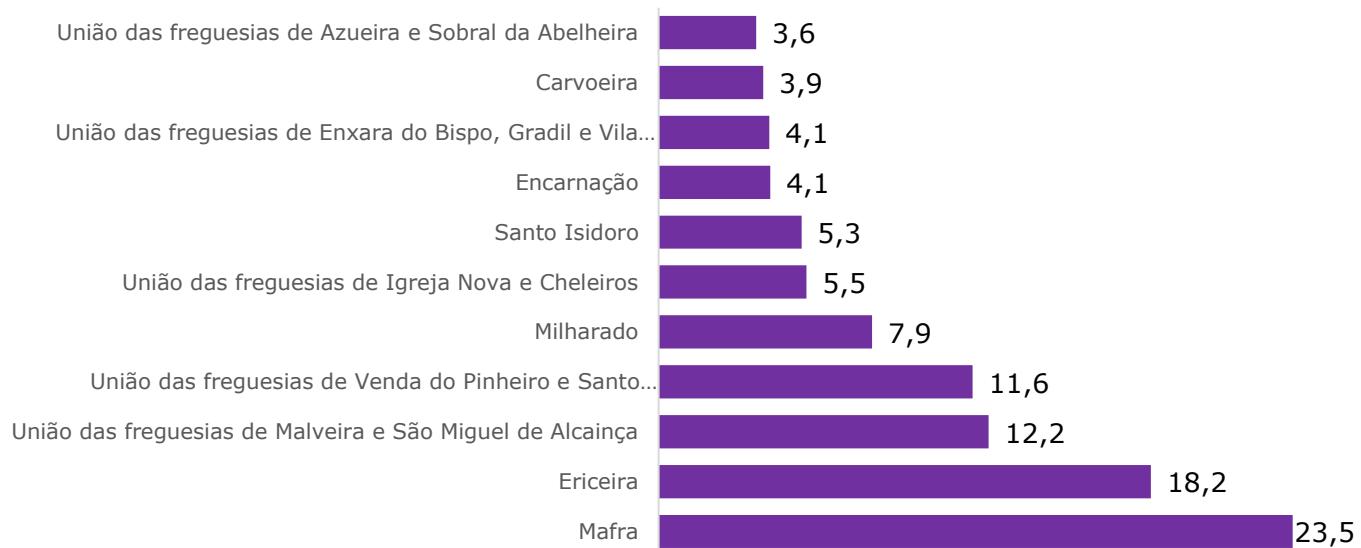


Gráfico 96 – População desempregada, por freguesia (2021) (%).

A população desempregada, por nível de escolaridade mais completo, apresenta uma maior percentagem no ensino secundário (39%) (Gráfico 97).

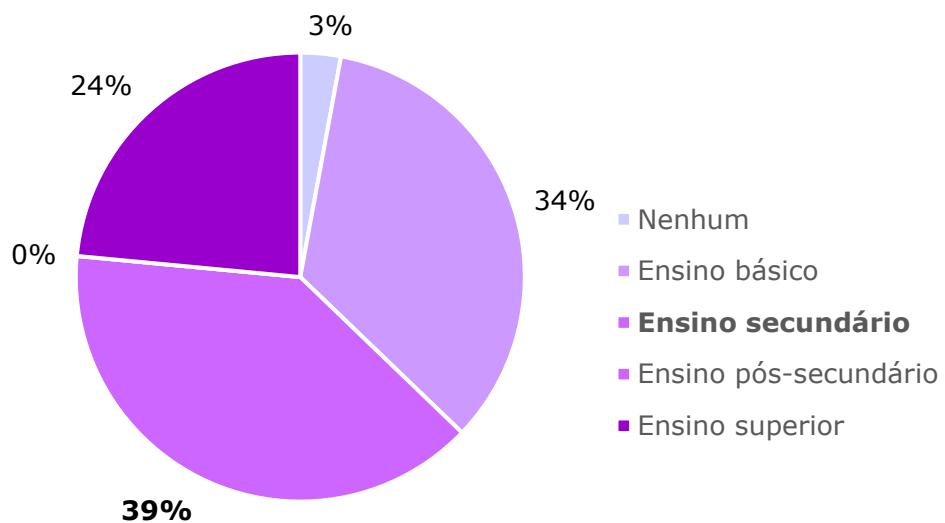


Gráfico 97 – População desempregada, por nível de escolaridade mais elevado completo (%).

Relativamente à população desempregada do sexo masculino, a maior percentagem é no ensino básico (42%) (Gráfico 98).

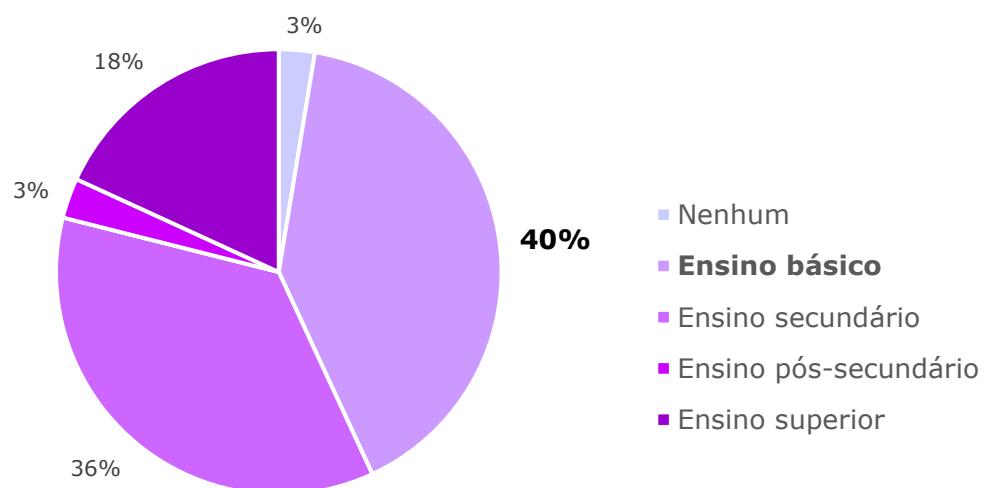


Gráfico 98 – População desempregada masculina, por nível de escolaridade mais elevado completo (%).

Relativamente à população desempregada do sexo feminino, a maior percentagem é no ensino secundário (41%) (Gráfico 99).

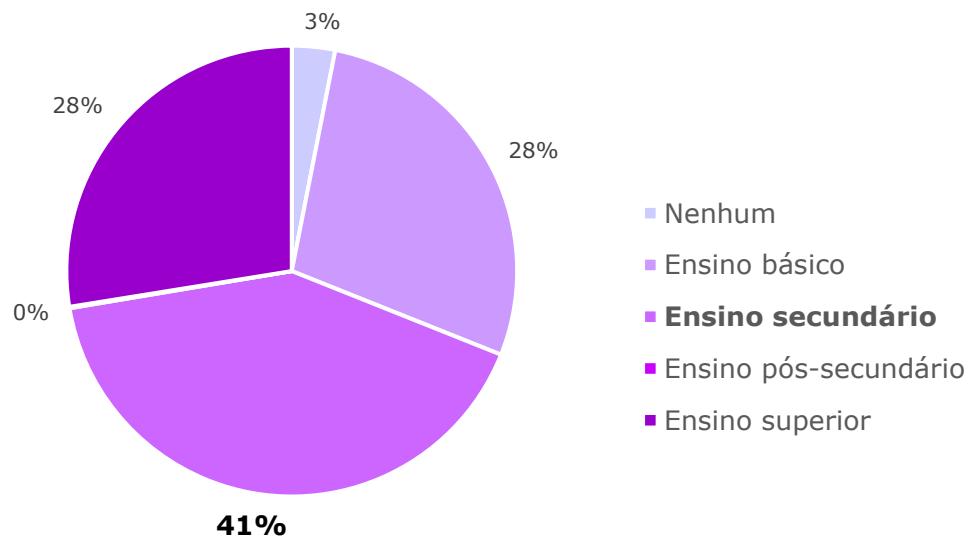


Gráfico 99 – População desempregada feminina, por nível de escolaridade mais elevado completo (%).

INDICADOR 4.13: Estabelecimentos de alojamento turístico, por tipo

Designação:	Estabelecimentos de alojamento turístico
Linha Estratégica:	Valorização do potencial turístico do concelho
Fonte:	INE
Tipo de indicador:	Resultado
Ano(s) de referência:	2018-2021
Periodicidade de monitorização:	-
Unidade de medida:	N.º
Data da última atualização:	outubro/2023

Tabela 77 – Estabelecimentos de alojamento turístico, por tipo.

Descrição:

O indicador pretende avaliar os estabelecimentos de alojamento turístico, por tipo.

Contexto e Relevância:

Para avaliar a oferta de estabelecimentos de alojamento turístico, no município de Mafra, torna-se necessário verificar quais os tipos de alojamento turístico mais relevantes.

Resultados:

Verifica-se que o estabelecimento de alojamento turístico, no município de Mafra, aumentou do ano de 2018 para 2021, sendo que os tipos de alojamento turístico mais representativos os alojamentos locais e hotéis.

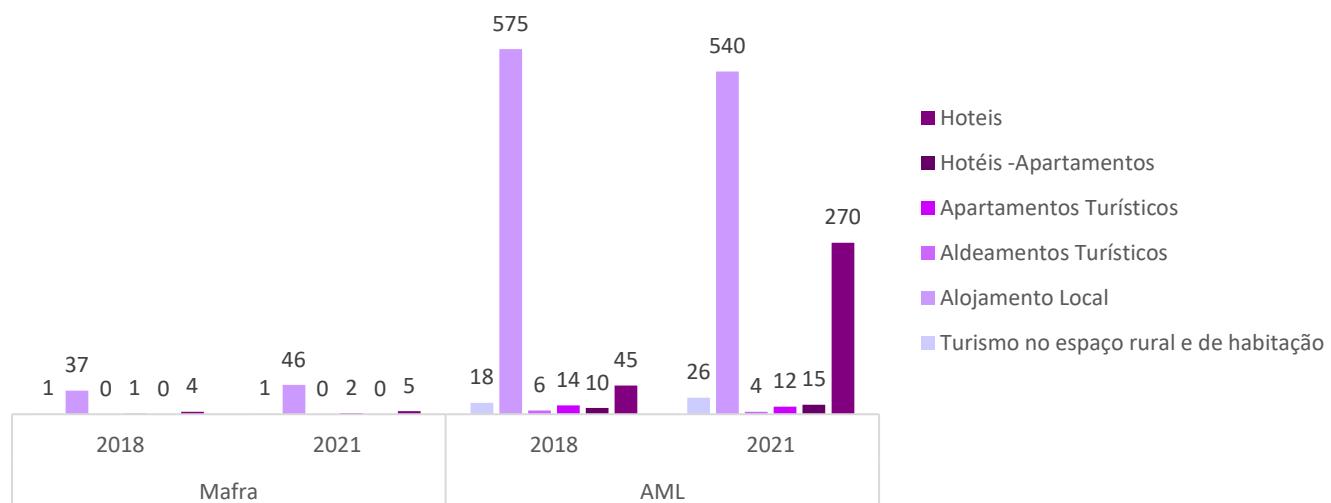


Gráfico 100 – Estabelecimentos de alojamento turístico, por tipo.

INDICADOR 4.14: Capacidade de alojamento nos estabelecimentos de alojamento turístico por 1000 habitantes

Designação:	Capacidade de alojamento nos estabelecimentos de alojamento turístico por 1000 habitantes
Linha Estratégica:	Valorização do potencial turístico do concelho
Fonte:	INE
Tipo de indicador:	Resultado
Ano(s) de referência:	2015/2018/2021
Periodicidade de monitorização:	-
Unidade de medida:	N.º
Data da última atualização:	outubro/2023

Tabela 78 – Capacidade de alojamento nos estabelecimentos de alojamento turístico por 1000 habitantes.

Descrição:

O indicador pretende avaliar a capacidade de alojamento nos estabelecimentos de alojamento turístico por 1000 habitantes.

Contexto e Relevância:

A capacidade de alojamento nos estabelecimentos de alojamento turístico por 1000 habitantes, é necessária para a valorização do potencial turístico do município.

Resultados:

Verifica-se que a capacidade de alojamento nos estabelecimentos de alojamento turístico por 1000 habitantes, tem vindo a aumentar de 2015 (12,1) a 2021 (25,2).

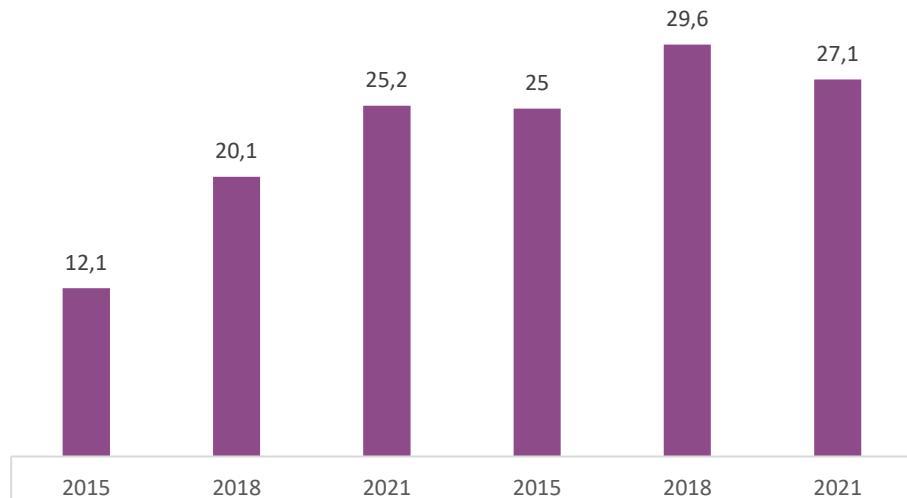


Gráfico 101 – Capacidade de alojamento nos estabelecimentos de alojamento turístico por 1000 habitantes.

INDICADOR 4.15: Quartos em estabelecimentos de alojamento turístico por localização geográfica e tipo

Designação:	Quartos em estabelecimentos de alojamento turístico por localização geográfica e tipo
Linha Estratégica:	Valorização do potencial turístico do concelho
Fonte:	INE
Tipo de indicador:	Resultado
Ano(s) de referência:	2018 - 2021
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	N.º
Data da última atualização:	outubro/2023

Tabela 79 – Quartos em estabelecimentos de alojamento turístico por localização geográfica e tipo.

Descrição:

O indicador pretende avaliar a quantidade de quartos em estabelecimentos de alojamento turístico por localização geográfica e tipo.

Contexto e Relevância:

Para a valorização do potencial turístico do município de Mafra, é necessário conhecer o número de quartos em estabelecimentos de alojamento turístico.

Resultados:

Verifica-se que o número de quartos em estabelecimentos de alojamento turístico, no município de Mafra, aumentou de 2018 (676) para 2021 (863).

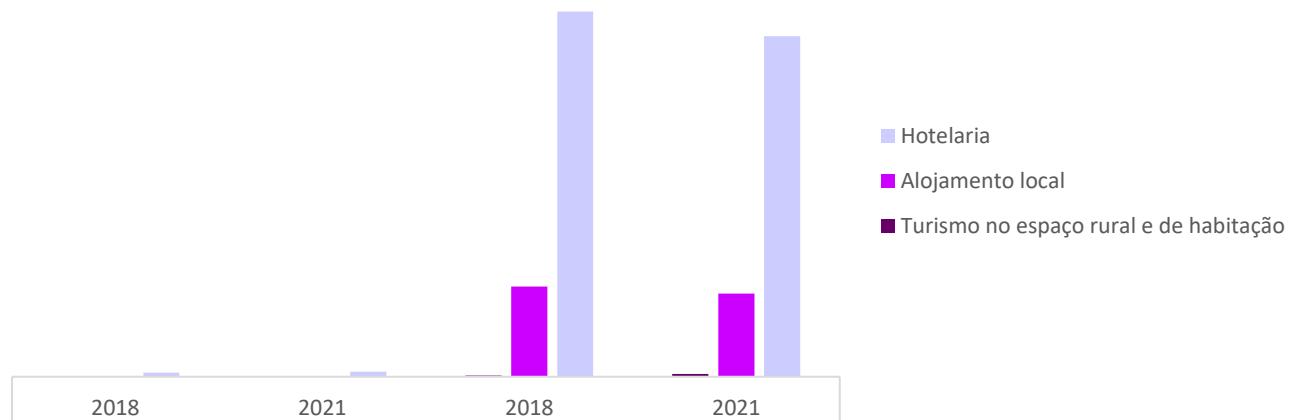


Gráfico 102 – Quartos em estabelecimentos de alojamento turístico por localização geográfica e tipo.

INDICADOR 4.16: Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico por localização geográfica e local de residência

Designação:	Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico
Linha Estratégica:	Valorização do potencial turístico do concelho
Fonte:	CMM
Tipo de indicador:	Resultado
Ano(s) de referência:	2021
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	N.º
Data da última atualização:	outubro/2023

Tabela 80 – Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico.

Descrição:

O indicador pretende avaliar a quantidade de dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico.

Contexto e Relevância:

Para a valorização do potencial turístico no município de Mafra, considera-se importante a avaliação das dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico.

Resultados:

Verifica-se que o maior número de dormidas registadas para o município de Mafra, para 2021 são provenientes de Outros países, a Alemanha, o Reino Unido e Irlanda no Norte, nos Países Baixos, conforme Gráfico 103.

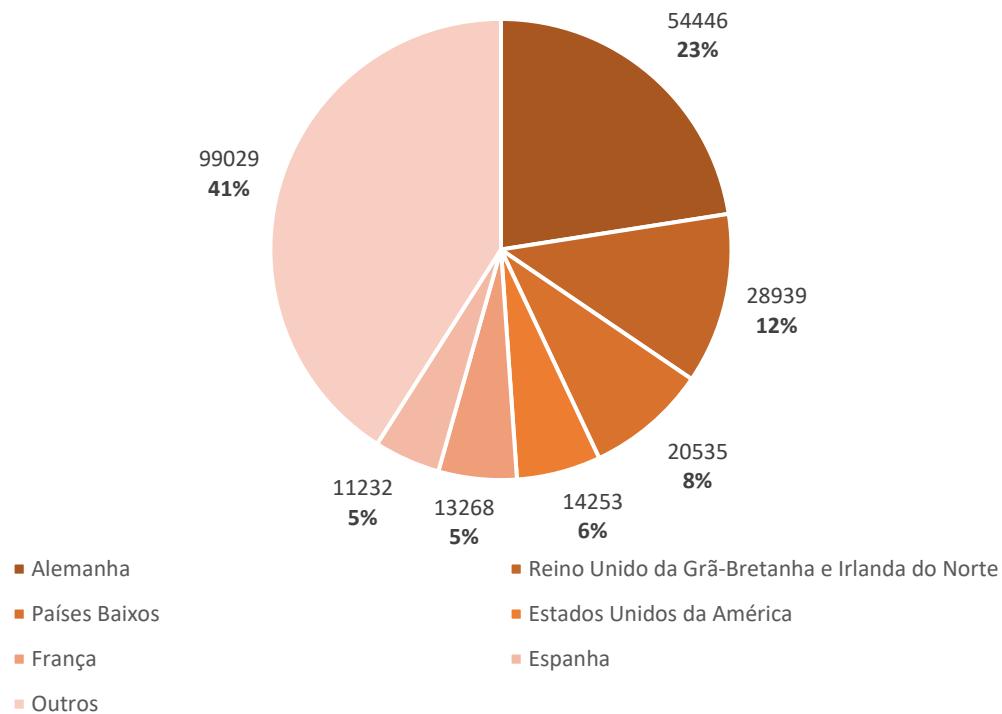


Gráfico 103 – Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico, por local de residência.

INDICADOR 4.17: Estada media nos estabelecimentos de alojamento turístico

Designação:	Estada média nos estabelecimentos de alojamento turístico
Linha Estratégica:	Valorização do potencial turístico do concelho
Fonte:	INE
Tipo de indicador:	Resultado
Ano(s) de referência:	2018-2021
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	N.º
Data da última atualização:	outubro/2023

Tabela 81 – Estada média nos estabelecimentos de alojamento turístico.

Descrição:

O indicador pretende avaliar a estada média nos estabelecimentos de alojamento turístico.

Contexto e Relevância:

Para a valorização do potencial turístico no município de Mafra, considera-se importante a avaliação da relação entre o número de dormidas e o número de hóspedes que deram origem a essas dormidas.

Resultados:

Verifica-se que o maior número de estada média nos estabelecimentos de alojamento turístico, no município de Mafra, para residentes em Portugal, manteve-se inalterado de 2018 (1,9) para 2021 (1,9). Contudo, verifica-se que o número de estada média para residentes no estrangeiro aumentou significativamente entre 2018 (2,9) e 2021 (3,5), conforme Gráfico 104.

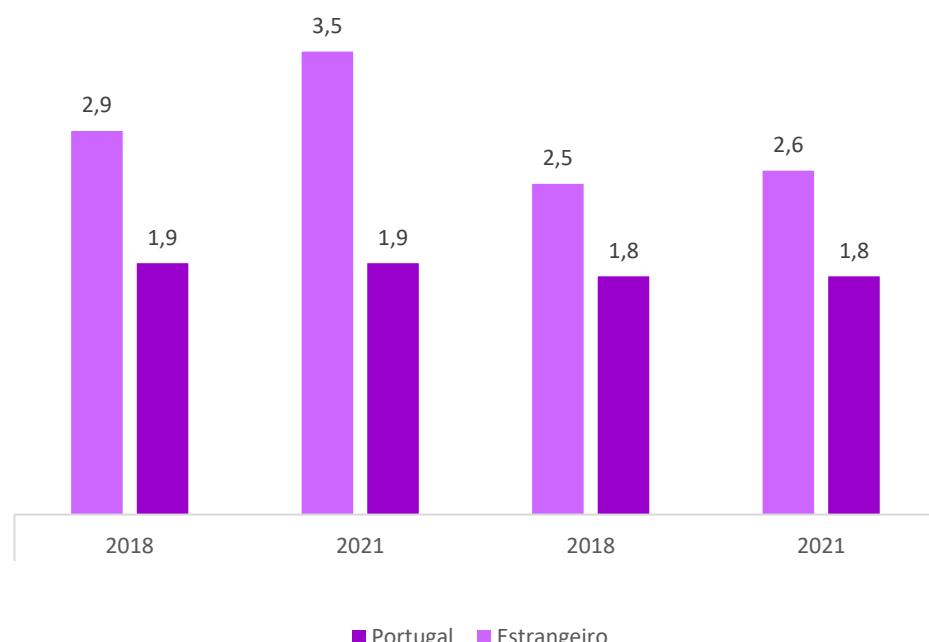


Gráfico 104 – Estada média nos estabelecimentos de alojamento turístico.

INDICADOR 4.18: Hóspedes nos estabelecimentos de alojamento turístico por local de residência

Designação:	Hóspedes nos estabelecimentos de alojamento turístico por local de residência
Linha Estratégica:	Valorização do potencial turístico do concelho
Fonte:	INE
Tipo de indicador:	Resultado
Ano(s) de referência:	2018-21
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	N.º
Data da última atualização:	outubro/2023

Tabela 82 – Hóspedes nos estabelecimentos de alojamento turístico por local de residência.

Descrição:

O indicador pretende avaliar a quantidade de hóspedes nos estabelecimentos de alojamento turístico por local de residência.

Contexto e Relevância:

Para a valorização do potencial turístico no município de Mafra, considera-se importante a avaliação da quantidade de hóspedes nos estabelecimentos de alojamento turístico.

Resultados:

Verifica-se que o maior número de hóspedes nos estabelecimentos de alojamento turístico, no município de Mafra, são residentes no estrangeiro, contudo verifica-se uma diminuição significativa de 2018 (50.217 hóspedes) para 2021 (36.303 hóspedes). Relativamente ao número de hóspedes residentes em Portugal, verifica-se um ligeiro aumento, conforme Gráfico 105.

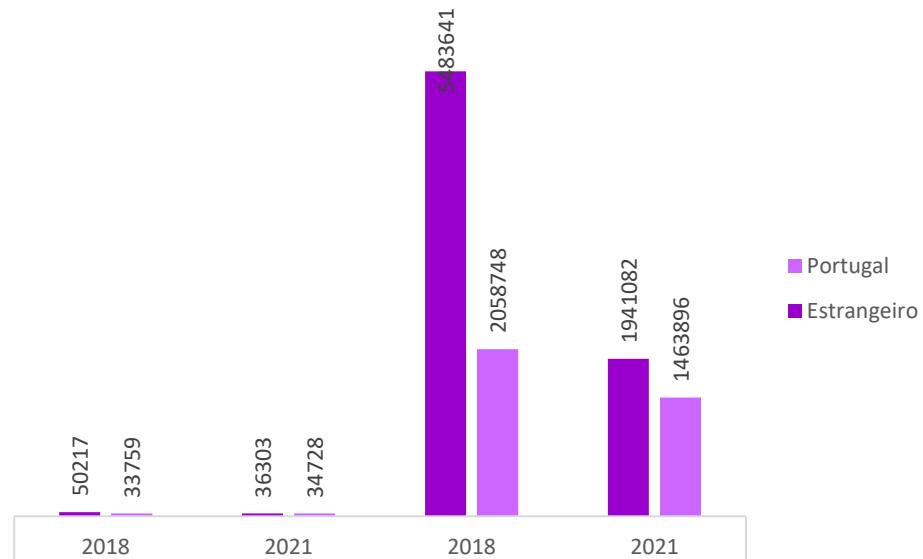


Gráfico 105 – Hóspedes nos estabelecimentos de alojamento turístico.

INDICADOR 4.19: Hóspedes por habitante nos estabelecimentos de alojamento turístico

Designação:	Hóspedes por habitante nos estabelecimentos de alojamento turístico
Linha Estratégica:	Valorização do potencial turístico do concelho
Fonte:	INE
Tipo de indicador:	Resultado
Ano(s) de referência:	2018-2021
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	N.º
Data da última atualização:	outubro/2023

Tabela 83 – Hóspedes por habitante nos estabelecimentos de alojamento turístico.

Descrição:

O indicador pretende avaliar a quantidade de hóspedes por habitante nos estabelecimentos de alojamento turístico.

Contexto e Relevância:

Para a valorização do potencial turístico no município de Mafra, considera-se importante a avaliação da quantidade de hóspedes por habitante nos estabelecimentos de alojamento turístico.

Resultados:

Verifica-se uma diminuição da quantidade de hóspedes por habitante nos estabelecimentos de alojamento turístico, no município de Mafra, entre 2018 para 2021.

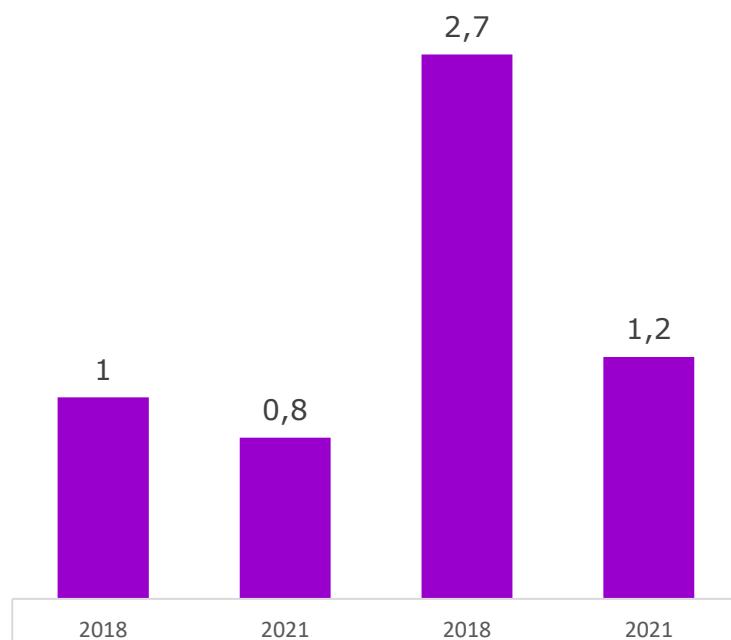


Gráfico 106 – Hóspedes por habitante nos estabelecimentos de alojamento turístico.

INDICADOR 4.20: Alojamento local e Empreendimentos Turísticos

Designação:	Alojamento Local e Empreendimentos Turísticos
Linha Estratégica:	Valorização do potencial turístico do concelho
Fonte:	TP
Tipo de indicador:	Resultado
Ano(s) de referência:	2023
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	N.º
Data da última atualização:	outubro/2023

Tabela 84 – Alojamento local e Empreendimentos Turísticos.

Descrição:

O indicador pretende avaliar o número de alojamento local e de empreendimentos turísticos, existentes no município de Mafra.

Contexto e Relevância:

Para a valorização do potencial turístico no município de Mafra, considera-se importante a avaliação da quantidade alojamento local disponível.

Resultados:

Verifica-se que a freguesia da Ericeira apresenta a maior concentração de alojamento local (827), seguindo as freguesias de Santo Isidoro (158) e Carvoeira (122), conforme Gráfico 107.

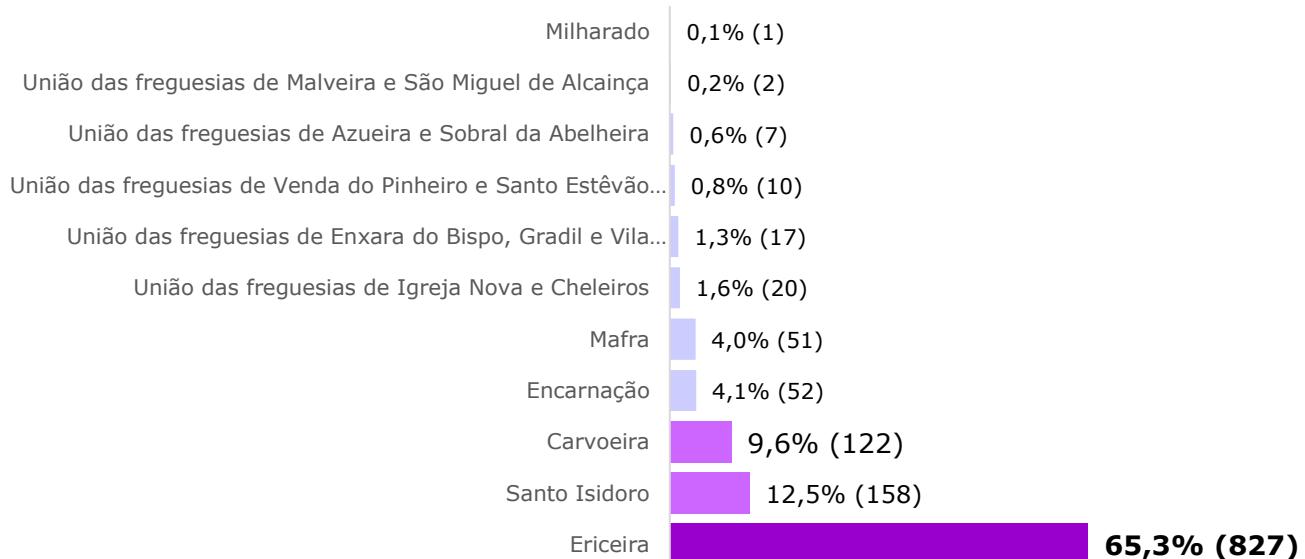


Gráfico 107 – Alojamento local, por freguesia.

Verifica-se que as tipologias de alojamento local com maior relevância são nos apartamentos (582), moradias (462) e estabelecimentos de hospedagem/hostel (178), de acordo com Gráfico 108.

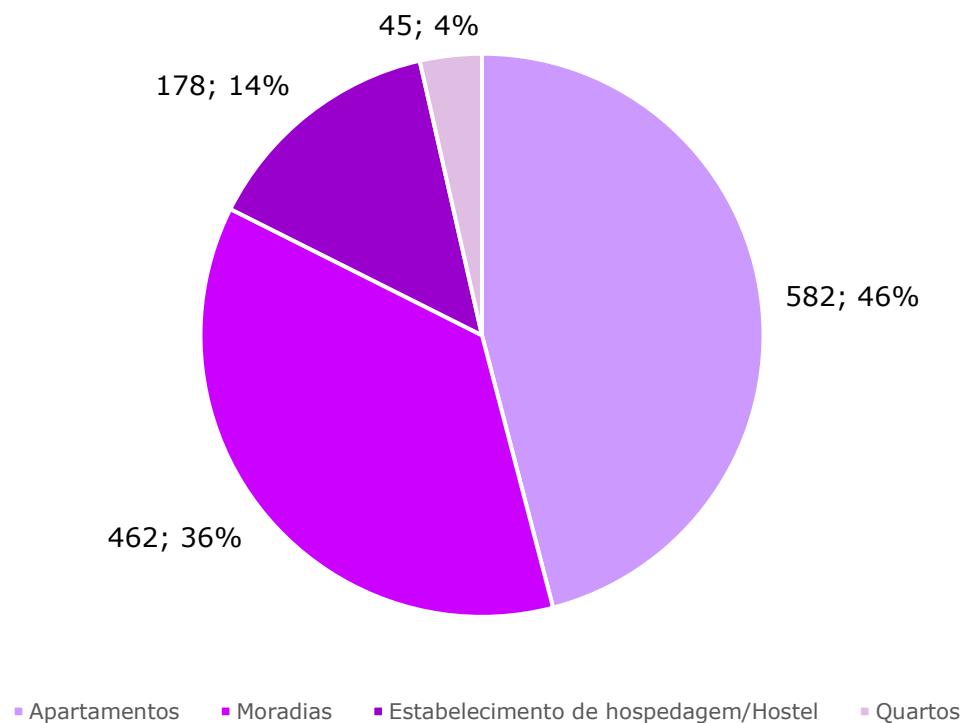


Gráfico 108 – Alojamento local, por tipologia.

Verifica-se que a freguesia da Ericeira apresenta a maior concentração de Empreendimentos turísticos, seguindo a freguesia da Encarnação (3 empreendimentos), seguindo as Freguesias de Mafra, Santo Isidoro e U.F.de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário (2 empreendimentos), de acordo com Gráfico 109.

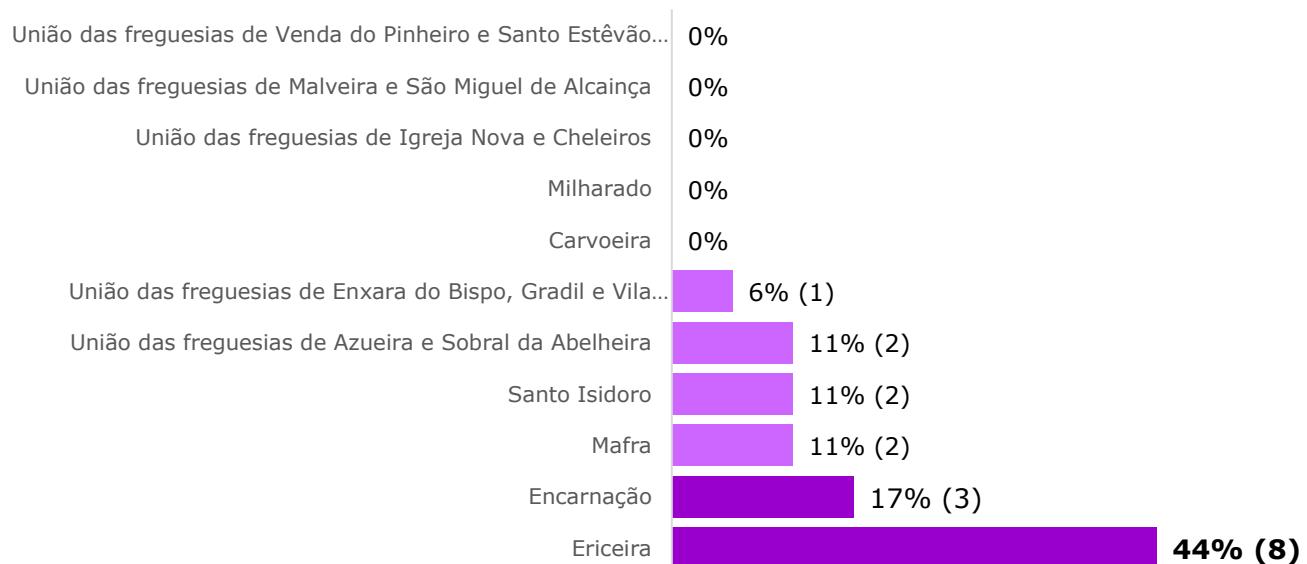


Gráfico 109 – Empreendimentos turísticos, por freguesia.

OBJETIVO 5 – CONSOLIDAÇÃO DAS ACESSIBILIDADES



INDICADOR 5.1: Proporção da população residente empregada ou estudante que utiliza transporte coletivo nas deslocações pendulares, por freguesia

Designação:	Proporção da população residente empregada ou estudante que utiliza transporte coletivo nas deslocações pendulares, por freguesia
Linha Estratégica:	Intermodalidade
Fonte:	INE
Tipo de indicador:	Resultado
Ano(s) de referência:	2021
Periodicidade de monitorização:	De acordo com inquéritos ou decenal
Unidade de medida:	%
Data da última atualização:	Nov/2023

Tabela 85 – Proporção da população residente empregada ou estudante que utiliza transporte coletivo nas deslocações pendulares, por freguesia.

Descrição:

Indicador que analisa a população residente empregada ou estudante que utiliza transporte coletivo nas deslocações pendulares, por freguesia.

Contexto e Relevância:

Conhecer a quantidade de população residente empregada e estudantes é fundamental para avaliar as deslocações pendulares entre o município de Mafra e a Área Metropolitana de Lisboa.

Resultados:

Verifica-se que a freguesia que maior percentagem de população residente empregada ou estudante que mais utiliza transporte coletivo nas deslocações pendulares, é na Encarnação (22%), Milharado (20%), U.F. de Azueira e Sobral da Abelheira (18%) e U.F. de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário (18%), conforme Gráfico 110.

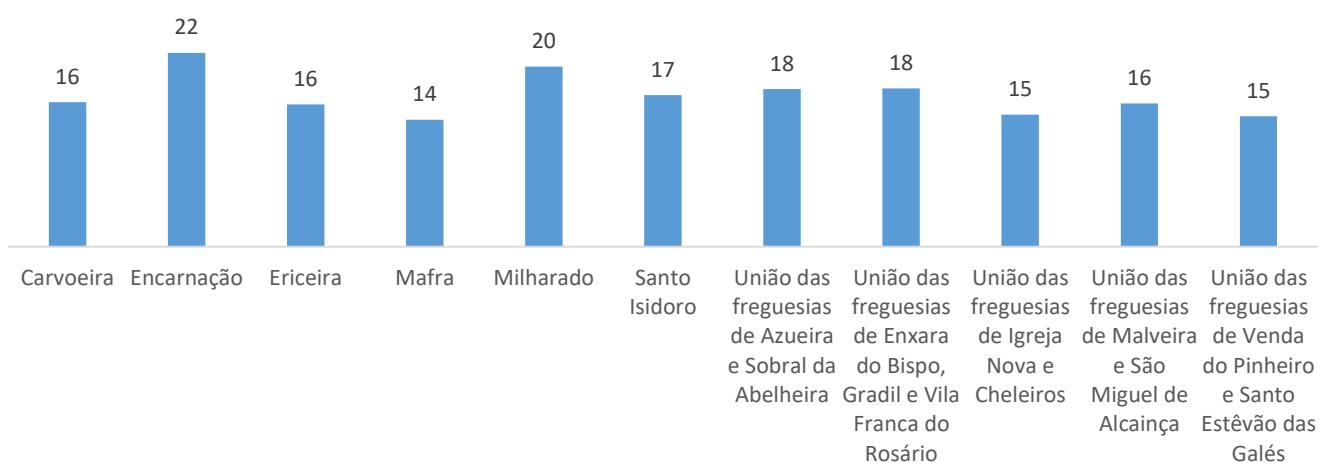


Gráfico 110 – Proporção da população residente empregada e estudante que utiliza transporte coletivo nas deslocações pendulares, por freguesia (Censos 2021) (%).

INDICADOR 5.2: Proporção da população residente empregada ou estudante que utiliza o modo pedonal nas deslocações pendulares, por freguesia

Designação:	Proporção da população residente empregada ou estudante que utiliza o modo pedonal nas deslocações pendulares , por freguesia
Linha Estratégica:	Intermodalidade
Fonte:	INE
Tipo de indicador:	Resultado
Ano(s) de referência:	2021
Periodicidade de monitorização:	De acordo com inquéritos ou decenal
Unidade de medida:	%
Data da última atualização:	Nov/2023

Tabela 86 – Proporção da população residente empregada ou estudante que utiliza o modo pedonal nas deslocações pendulares, por freguesia.

Descrição:

Indicador que analisa a proporção da população residente empregada ou estudante que utiliza o modo pedonal nas deslocações pendulares, por freguesia.

Contexto e Relevância:

A mobilidade da população é um fenómeno fortemente relacionado com o ordenamento do território, nas suas vertentes urbana e regional. As acessibilidades e a forma como se encontram estruturados os espaços de vivência (residência, trabalho e lazer), e consequentemente os modos de vida, estão relacionados com a organização da mobilidade.

Resultados:

No município de Mafra, as freguesias onde se verifica maior percentagem de população residente empregada ou estudante a utilizar o modo pedonal nas deslocações pendulares, são na Ericeira (17%), Mafra (16%) e U.F. de Malveira e São Miguel de Alcainça (12%), conforme Gráfico 111.

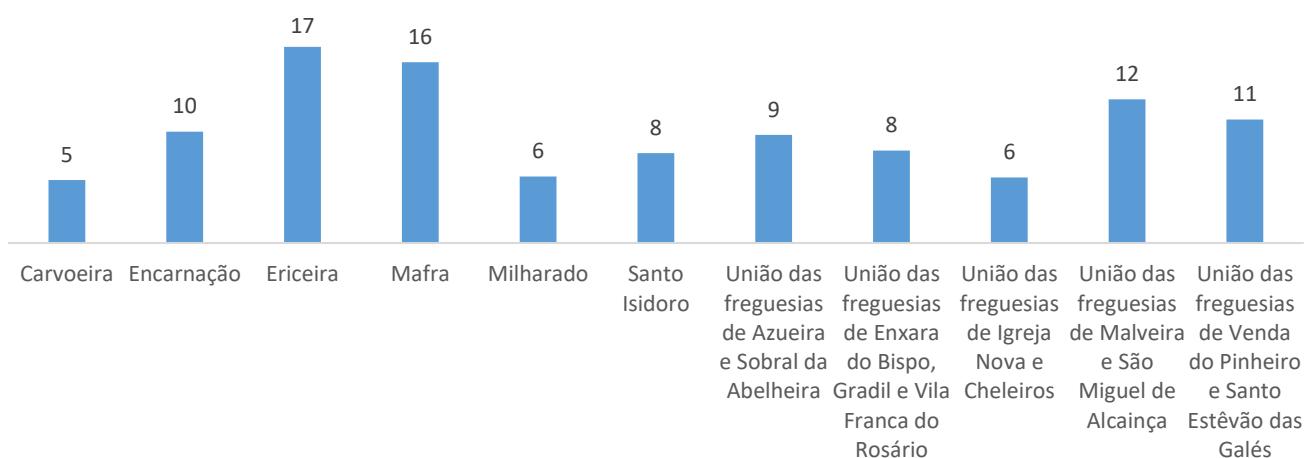


Gráfico 111 – Proporção da população residente empregada ou estudante que utiliza o modo pedonal nas deslocações pendulares, por freguesia (Censos 2021) (%).

INDICADOR 5.3: Proporção da população residente empregada ou estudante que utiliza o modo de transporte individual nas deslocações pendulares, por freguesia

Designação:	Proporção da população residente empregada ou estudante que utiliza o modo de transporte individual nas deslocações pendulares, por freguesia
Linha Estratégica:	Intermobilidade
Fonte:	INE
Tipo de indicador:	Resultado
Ano(s) de referência:	2021
Periodicidade de monitorização:	De acordo com inquéritos ou decenal
Unidade de medida:	%
Data da última atualização:	Nov/2023

Tabela 87 – Proporção da população residente empregada ou estudante que utiliza o modo de transporte individual nas deslocações pendulares, por freguesia.

Descrição:

O indicador pretende avaliar a proporção de população residente no município de Mafra, que se encontra empregada ou estudante, que utiliza o modo de transporte individual nas deslocações pendulares, por freguesia.

Contexto e Relevância:

A mobilidade da população é um fenómeno fortemente relacionado com o ordenamento do território, nas suas vertentes urbana e regional. A mobilidade interna e externa, relacionada com a forma como se encontram estruturados os espaços de vivência (residência, trabalho e lazer), encontram-se relacionados com a organização da mobilidade.

Resultados:

Verifica-se que no município de Mafra que a população residente, que se encontra empregada ou estudante, que utiliza o modo de transporte individual nas deslocações pendulares, é maior nas freguesias de U.F.de Igreja Nova e Cheleiros (79%), Carvoeira (78%) e Santo Isidoro (75%), conforme Gráfico 112.

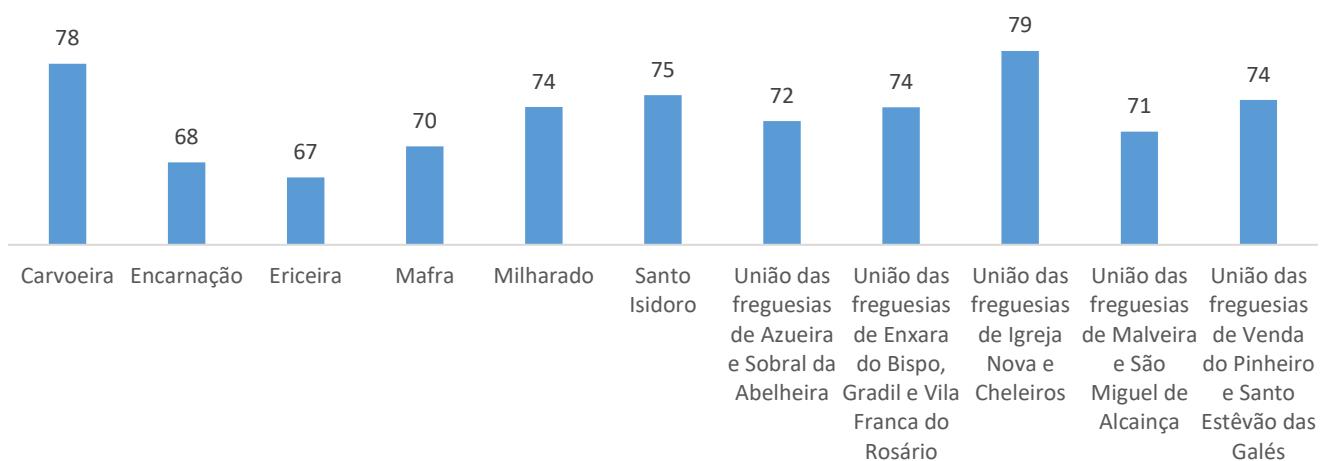


Gráfico 112 – Proporção de população residente empregada ou estudante que utiliza o modo de transporte individual nas deslocações pendulares, por freguesia (Censos 2021) (%).

INDICADOR 5.4: Duração média dos movimentos pendulares (min.) da população residente empregada ou estudante que utiliza modo de transporte individual por local de residência

Designação:	Duração média dos movimentos pendulares (min.) da população residente empregada ou estudante que utiliza modo de transporte individual por local de residência
Linha Estratégica:	Intermobilidade
Fonte:	INE
Tipo de indicador:	Resultado
Ano(s) de referência:	2021
Periodicidade de monitorização:	Decenal
Unidade de medida:	Min.
Data da última atualização:	Nov/2023

Tabela 88 – Duração média dos movimentos pendulares (min.) da população residente empregada ou estudante que utiliza modo de transporte individual por local de residência.

Descrição:

O indicador permitirá conhecer a duração média das deslocações da população residente empregada ou estudante que utiliza modo de transporte individual.

Contexto e Relevância:

A qualidade de vida também se avalia pela duração dos movimentos pendulares da população residente e estudante.

Resultados:

Verifica-se que o tempo médio despendido pela população residente e estudante, no município de Mafra, despende cerca de 22,57 minutos, em cada deslocação para a Área Metropolitana de Lisboa.

Verifica-se que a freguesia de Mafra apresenta a menor duração média dos movimentos pendulares (min.), conforme Gráfico 113.

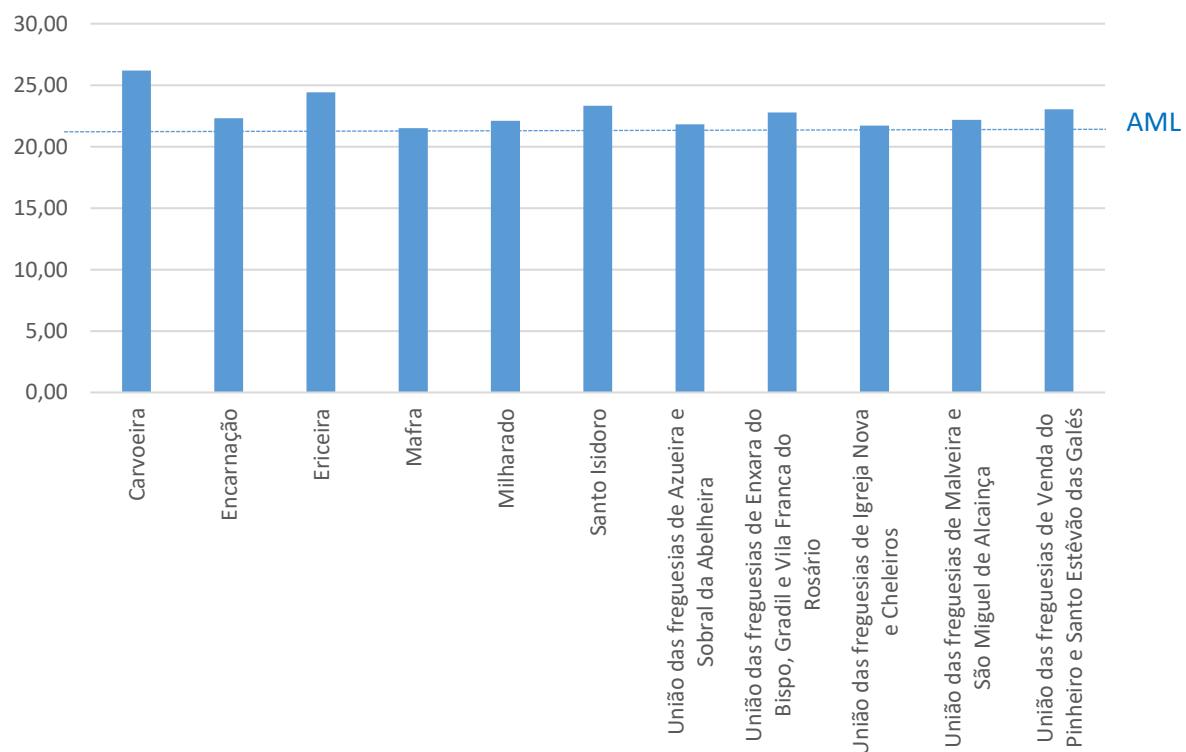


Gráfico 113 – Duração média (min.) despendida em cada movimento pendular (Censos 2021).

INDICADOR 5.5: Movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante por local de residência ou destino

Designação:	Movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante por local de residência ou destino
Linha Estratégica:	Intermobilidade
Fonte:	INE
Tipo de indicador:	Resultado
Ano(s) de referência:	2021
Periodicidade de monitorização:	De acordo com inquéritos ou decenal
Unidade de medida:	N.º
Data da última atualização:	Nov/2023

Tabela 89 – Movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante por local de residência.

Descrição:

O indicador pretende avaliar os movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante por local de residência ou destino, na Área Metropolitana de Lisboa (AML).

Contexto e Relevância:

A quantidade de movimentos pendulares da população residente ou estudante, interfere na qualidade de vida dos cidadãos.

Resultados:

Verifica-se que os movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante, por local de residência, são maiores no município de Lisboa (10.542 movimentos pendulares), Sintra (4.634 movimentos pendulares) e Loures (3.584 movimentos pendulares). Relativamente ao município de Mafra, não apresenta valores relativos aos movimentos pendulares.

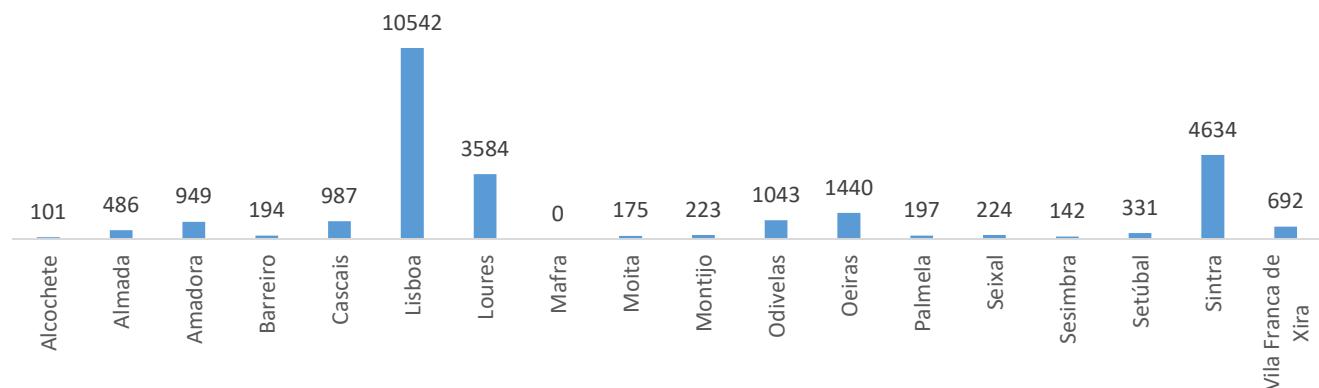


Gráfico 114 – Movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante por local de residência (Censos 2021) (N.º).

INDICADOR 5.6: Acessibilidade ao sistema de transporte público rodoviário

Designação:	Acessibilidade ao sistema de transporte público rodoviário
Linha Estratégica:	Intermodalidade
Fonte:	AML, INE e ISA
Tipo de indicador:	Realização
Ano(s) de referência:	2023
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	%
Data da última atualização:	Nov/2023

Tabela 90 – Acessibilidade ao sistema de transporte público rodoviário.

Descrição:

O indicador mede a quantidade de população servida por circuitos de transportes públicos rodoviário.

Contexto e Relevância:

É importante criar condições de mobilidade urbana para a população residente, sendo necessária a avaliação da acessibilidade aos transportes públicos rodoviários.

Metodologia:

Este indicador pretende avaliar o nível de acessibilidade dos cidadãos do Município de Mafra ao transporte público rodoviário. Tendo como base a aplicação da Análise Multicritério (AMC), são utilizadas as seguintes variáveis: o **declive**, a **densidade das linhas de transporte público rodoviário considerando a respetiva frequência**, a **proximidade às paragens** e os **grupos etários** (10 – 24 anos; 25 – 64 anos; mais de 65 anos).

Declives: os declives representam a inclinação da superfície do território. Foram atribuídas cinco classes reclassificadas da base de dados original: 0-5%, 5-8%, 8-12%, 12-16%, > 16%. Resolução espacial de 25 metros em formato matricial. Estes valores foram mais tarde reclassificados para uma ponderação de 0 a 10 (Tabela 1).
Fonte: LEAF (ex-CEAP), 2013. Declives de Portugal Continental. LEAF/ISA/ULisboa. Disponível em: <http://epic-webgis-portugal.isa.utl.pt/>

Amplitude de Valores	Reclassificação	Ponderação (0-10)
0 - 3 %	0 - 5 %	10
3 - 5 %		
5 - 8 %	5 - 8 %	8
8 - 12 %	8 - 12 %	6
12 - 16 %	12 - 16 %	4
16 - 25 %		
> 25 %	> 16 %	2

Tabela 91 – Ponderações atribuídas ao indicador declives.

Densidade das linhas de transporte público rodoviário considerando a respetiva frequência: dados fornecidos em formato de linha pela Área Metropolitana de Lisboa (AML), relativos à quantidade de linhas e frequência da Carris Metropolitana. Os dados foram recortados pelo um buffer de 1,5 km à volta do limite do Município.

Foi utilizada a ferramenta “Line Density” do ArcGIS Pro com um raio de pesquisa de 400 metros e com resolução espacial de 25 metros (formato matricial). Estes valores foram mais tarde reclassificados para uma ponderação de 0 a 10 (Tabela 2).

Amplitude de Valores	Ponderação (0-10)
[0 – 13] m/km2	1
]13 - 45] m/km2	4
]45 - 110] m/km2	7
]110 - 230] m/km2	9
> 230 m/km2	10

Tabela 92 – Ponderações atribuídas ao indicador densidade das linhas de transporte público rodoviário considerando a respetiva frequência.

Proximidade às paragens: dados fornecidos em formato de pontos pela Área Metropolitana de Lisboa (AML), relativos à localização das paragens da Carris Metropolitana. Os dados foram recortados pelo um buffer de 1,5 km à volta do limite do município.

A distância às paragens, foi calculada tendo em consideração que a população se desloca através do modo pedonal nos passeios, junto às estradas e não em linha reta. Para isso, requalificou-se o território, em formato matricial, de modo que o cálculo da distância possa apenas ser feito através das células que representam a rede viária.

Foi utilizada a ferramenta "Cost Distance" do ArcGIS Pro, com resolução espacial de 25 metros (formato matricial). Estes valores foram mais tarde reclassificados para uma ponderação de 0 a 10 (Tabela 3).

Amplitude de Valores	Ponderação (0-10)
[0 – 250] m	10
]250 - 750] m	8
]750 - 1500] m	6
]1500 - 2500] m	3
> 2500 m	1

Tabela 93 – Ponderações atribuídas ao indicador proximidade às paragens.

Grupos etários: foi considerada a idade dos indivíduos como um dos indicadores a ter influência no estudo, tendo sido considerada como um fator variável do modelo. Considerou-se três grupos etários mais suscetíveis a utilizar transporte público rodoviário sendo eles: entre os 15 e os 24 anos; entre os 25 e os 64 anos e por fim, com 65 ou mais anos. Foi utilizada a BGRI 2021 (INE), com detalhe à subsecção estatística. Para cada um dos grupos etários foi calculada a percentagem do total de indivíduos e multiplicado pela ponderação considerada (Tabela 4). As subsecções sem indivíduos foram reclassificadas para valor 0 e as que tinham um valor de densidade populacional abaixo de 50 (indivíduos/km2) foram reclassificadas para valor 1. Este resultado foi mais tarde convertido em formato matricial com uma resolução espacial de 25m.

Grupo Etário	Amplitude de Valores	Ponderação (0-10)
15 e os 24 anos	0 - 100 %	10
25 e os 64 anos	0 - 100 %	7
65 ou mais anos	0 - 100 %	3

Tabela 94 – Ponderações atribuídas ao indicador grupos etários.

Mapa Final (valores de 0 a 10): (declives*0.10) + (Densidade das linhas de transporte público rodoviário considerando a respetiva frequência* 0.20) + (Proximidade às paragens*0.40) + (Grupos etários*0.30)

O mapa apresentado foi depois reclassificado de 1 a 5 (0-2: 1, 2-4: 2, 4-6: 3, 6-8: 4, 8-10: 5).

Mais se informa que os pesos atribuídos foram discutidos internamente, e com base bibliografia.

Resultados:

Verifica-se que a acessibilidade dos cidadãos do município de Mafra ao transporte público rodoviário é mais evidente nas proximidades (até 750m ou 15 min. de distância) às paragens, ao declive até 12% e aos grupos etários entre os 15 e os 24 anos.

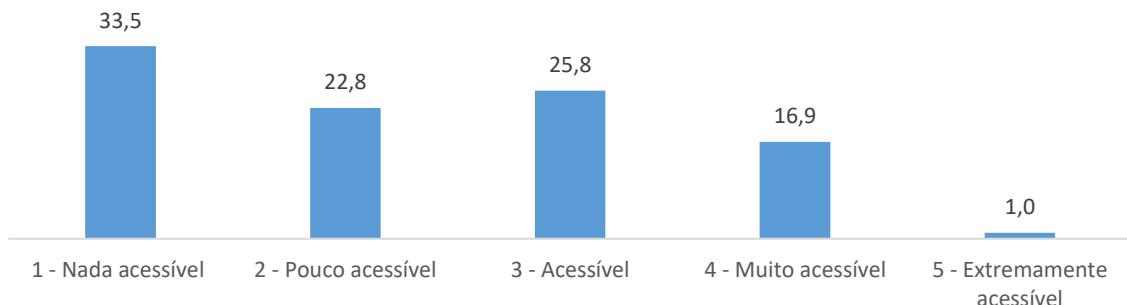


Gráfico 115 – Acessibilidade ao sistema de transporte público rodoviário (%).

INDICADOR 5.7: Investimento do município na rede de Transportes Rodoviários

Designação:	Investimento do município na rede de Transportes Rodoviários
Linha Estratégica:	Intermodalidade
Fonte:	CMM
Tipo de indicador:	Realização
Ano(s) de referência:	2015 - 2022
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	€
Data da última atualização:	Nov/2023

Tabela 95 – Investimento do município na rede de Transportes Rodoviários.

Descrição:

O presente indicador avalia o investimento na rede de transportes rodoviários, no município de Mafra.

Contexto e Relevância:

É importante criar condições para a população residente e estudante, em termos de mobilidade dentro e fora do município.

Resultados:

O município de Mafra tem investido gradualmente ao nível dos transportes públicos, contudo, existiu uma redução significativa de 2018 para 2019 e de 2021 para 2022, de acordo com o Gráfico 116, do anexo I.

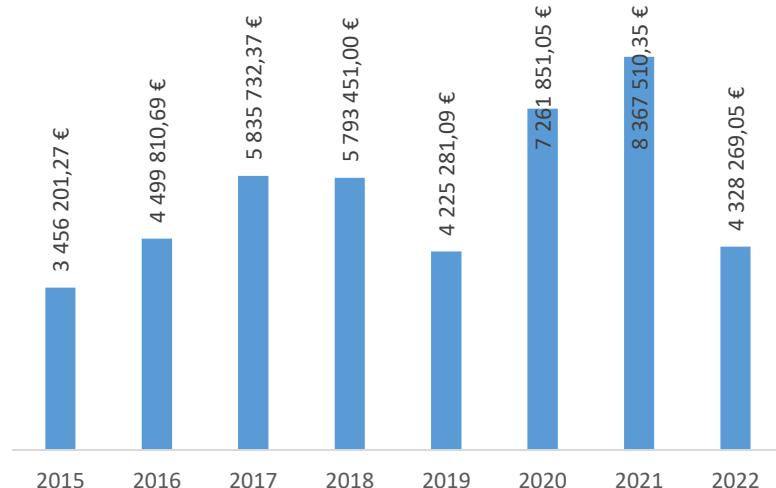


Gráfico 116 –investimento do município na rede de transportes rodoviários (€).

INDICADOR 5.8: Vítimas de acidentes de viação

Designação:	Vítimas de acidentes de viação
Linha Estratégica:	Intermobilidade
Fonte:	INE
Tipo de indicador:	Resultado
Ano(s) de referência:	2015 - 2022
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	N.º
Data da última atualização:	Nov/2023

Tabela 96 – Vítimas de acidentes de viação.

Descrição:

O indicador pretende avaliar o número de vítimas de acidentes de viação e da qual resultem vítimas (feridos ligeiros/feridos graves/mortos).

Contexto e Relevância:

Apesar do veículo automóvel ser um meio fundamental para a mobilidade de pessoas e mercadorias, constitui um fator de risco acrescido para os cidadãos, resultando muitas vezes em vitimas com ferimentos ligeiros ou graves, e até mesmo causando a morte.

Resultados:

Verifica-se que a sinistralidade no município de Mafra, tem vindo a aumentar na generalidade, sendo que existiu uma redução do número de feridos ligeiros entre 2019 para 2020. Contudo, verifica-se que existiu um aumento significativo de feridos ligeiros de 2020 a 2022, e um aumento do número de mortos entre 2021 e 2022.

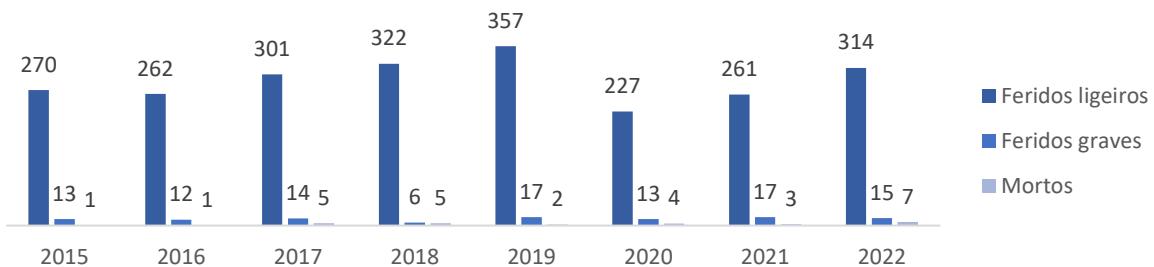


Gráfico 117 – Vítimas de acidentes de viação (N.º).

INDICADOR 5.9: Distância a estabelecimentos comerciais e empresas

Designação:	Distância a estabelecimentos comerciais e empresas
Linha Estratégica:	Intermobilidade
Fonte:	CMM
Tipo de indicador:	Realização
Ano(s) de referência:	2021
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	m/Min.
Data da última atualização:	Nov/2023

Tabela 97 – Distância a estabelecimentos comerciais e empresas.

Descrição:

O indicador pretende avaliar a distância a estabelecimentos comerciais e empresas, que seja possível percorrer a pé até 15 minutos (750 metros).

Contexto e Relevância:

Para considerar a acessibilidade de pessoas e bens, de forma eficiente e adequada às necessidades, promovendo a coesão social e territorial, bem como a sustentabilidade ambiental, torna-se necessário avaliar a distância aos principais estabelecimentos comerciais e das empresas.

Metodologia:

Este indicador pretende avaliar a distância a estabelecimentos comerciais e empresas. Foram utilizadas as variáveis **estabelecimentos comerciais** e **empresas** de Mafra. Esta informação é propriedade da Câmara Municipal de Mafra e está disponível em formato vetorial (pontos), sendo a última atualização de 2021.

A distância a estabelecimentos comerciais e empresas, foi calculada tendo em consideração que a população se desloca através do modo pedonal nos passeios, junto às estradas e não em linha reta. Para isso, requalificou-se o território, em formato matricial, de modo que o cálculo da distância possa apenas ser feito através das células que representam a rede viária.

Foi utilizada a ferramenta “*Cost Allocation*” do *ArcGIS Pro*, com resolução espacial de 25 metros (formato matricial).

Distância (m)	Deslocação Pedonal (minutos)
[0 – 250]	5
]250 -500]	10
]500 - 750]	15

Tabela 98 – Ponderações atribuídas ao indicador proximidade às paragens.

Resultados:

Face à análise efetuada, verifica-se que o município apresenta uma acessibilidade pedonal potencial à distância até 15 minutos (750 m), a estabelecimentos comerciais e empresas, com uma representatividade de **8,65%**, no município de Mafra, conforme demonstra a Gráfico 118.



Gráfico 118 - Acessibilidade a estabelecimentos comerciais e empresas pedonalmente por intervalos de 5 minutos.

INDICADOR 5.10: Percursos pedonais urbanos adaptados à inclusão de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida

Designação:	Percursos pedonais urbanos adaptados à inclusão de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida
Linha Estratégica:	Infraestruturas
Fonte:	CMM
Tipo de indicador:	Realização
Ano(s) de referência:	2015 - 2023
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	km
Data da última atualização:	Nov/2023

Tabela 99 – Percursos pedonais urbanos adaptados à inclusão de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Descrição:

O presente indicador mede a rede de percursos pedonais urbanos adaptados à inclusão de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Contexto e Relevância:

Numa cidade acessível, qualquer pessoa pode, independentemente das suas capacidades físicas, sensoriais ou cognitivas, participar na vida da comunidade e usufruir dos espaços, bens e serviços que estão ao dispor de todos. Cidades acessíveis são cidades mais confortáveis, mais sustentáveis e mais competitivas, e nessa medida promover a acessibilidade é defender a cidadania e qualificar a cidade.

O espaço público deverá criar as condições adequadas de acessibilidade para que todos os utilizadores se possam movimentar livremente pela cidade, nomeadamente todos aqueles que sejam detentores de uma qualquer limitação à sua mobilidade, permanente ou temporária.

Resultados:

Verifica-se um aumento dos percursos urbanos adaptados à inclusão de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida de 2015 até 2019, sendo que de 2019 a 2023, os valores mantiveram-se constantes, conforme Gráfico 119.

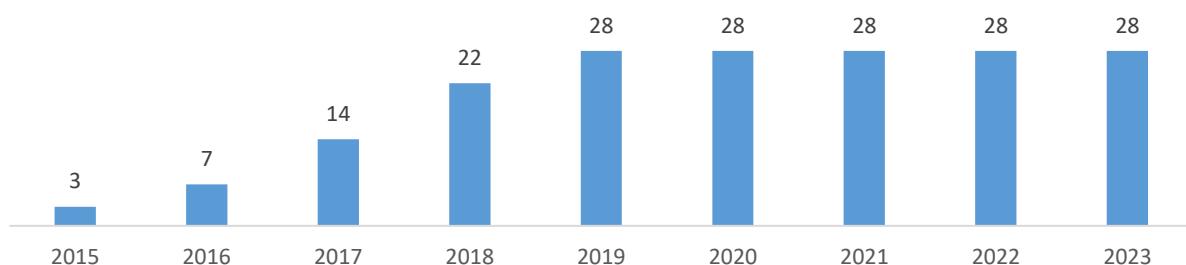


Gráfico 119 – Percursos pedonais urbanos adaptados à inclusão de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

INDICADOR 5.11: Estacionamentos Públicos (Nível I e II)

Designação:	Estacionamentos Públicos (Nível I e II)
Linha Estratégica:	Infraestruturas
Fonte:	CMM
Tipo de indicador:	Realização
Ano(s) de referência:	2023
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	N.º
Data da última atualização:	Nov/2023

Tabela 100 – Estacionamentos Públicos (Nível I e II).

Descrição:

Avalia a quantidade de estacionamento público disponível para residentes e não residentes.

Contexto e Relevância:

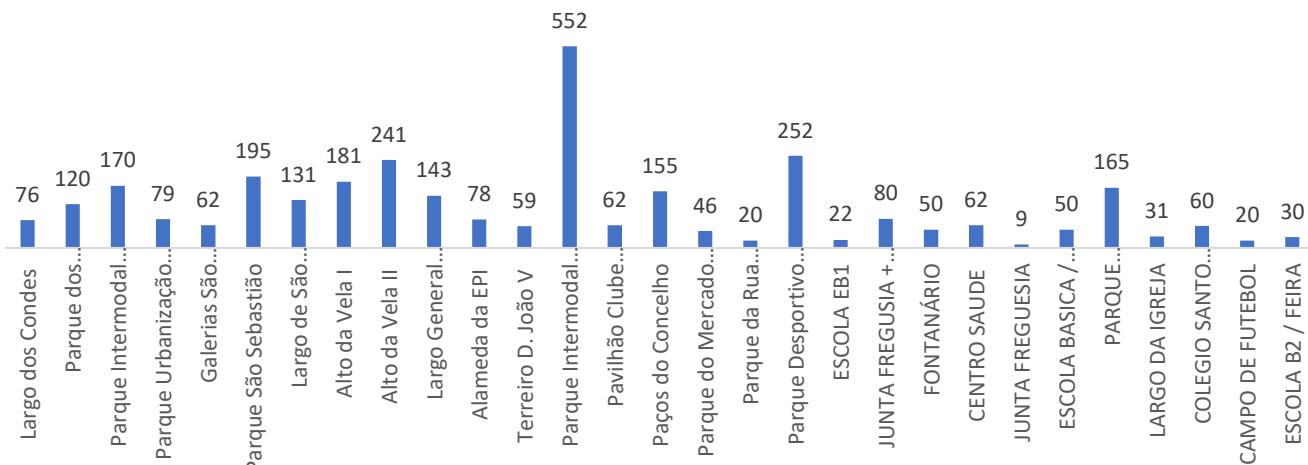
O estacionamento é um instrumento fundamental de mobilidade, representando uma enorme complexidade devido às diferentes dinâmicas associadas à sua localização, e aos diferentes setores e usos diferenciados (zonas comerciais, serviços e residenciais). Esta diversidade de situações implica a implementação de uma gestão eficiente do estacionamento automóvel.

Pretende-se eliminar o estacionamento irregular e abusivo na via pública, garantindo a acessibilidade para todos e acima de tudo melhorar a qualidade do espaço público.

Resultados:

Desde a entrada em vigor do PDM de Mafra (2015 – 2023), foram executados cerca de 3201 lugares de estacionamento, sendo que para o nível I, cerca de 2661 lugares e para o nível II, cerca de 951 lugares, de acordo com Gráfico 120.

Núcleos Urbanos (Nível I)



Núcleos Urbanos (Nível II)

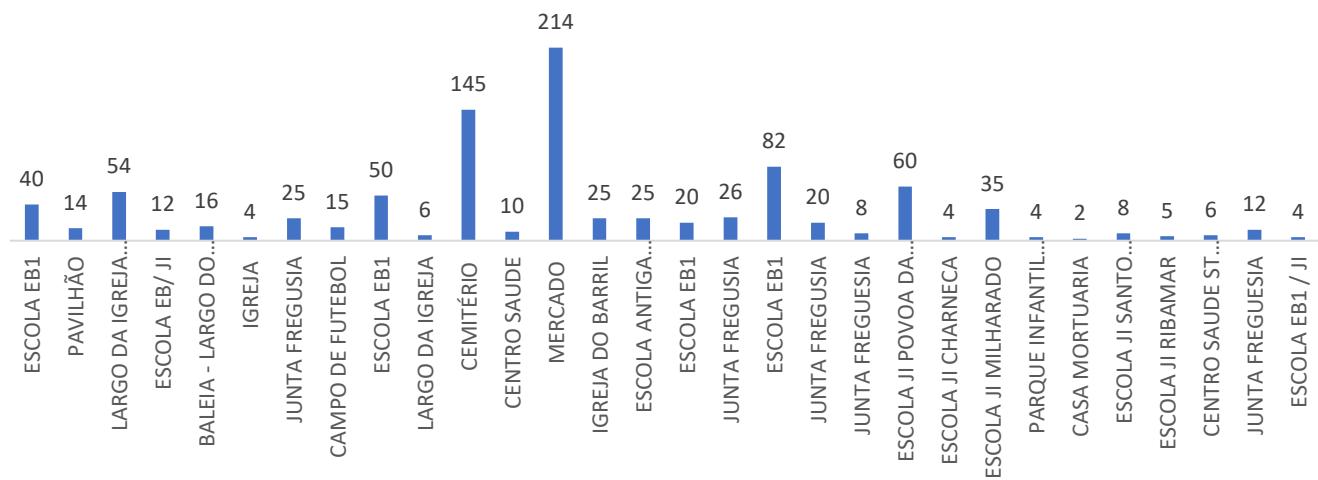


Gráfico 120 – Estacionamentos públicos (Nível I e II).

INDICADOR 5.12: Postos de carregamento da rede de mobilidade elétrica

Designação:	Postos de carregamento da mobilidade elétrica
Linha Estratégica:	Infraestruturas
Fonte:	Mobie.pt
Tipo de indicador:	Resultado
Ano(s) de referência:	2023
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	N.º
Data da última atualização:	Nov/2023

Tabela 101 – Postos de carregamento da rede de mobilidade elétrica.

Descrição:

O presente indicador avalia a disponibilização em postos de carregamento da rede de mobilidade elétrica no município de Mafra.

Contexto e Relevância:

A mobilidade elétrica visa, essencialmente, objetivos energéticos, como a redução da dependência energética externa de combustíveis fósseis; objetivos ambientais, nomeadamente, a redução da poluição atmosférica e das emissões de CO₂, bem como a redução dos níveis de ruído, e objetivos económico-sociais, através da redução da fatura de mobilidade das famílias e empresas que optem por esta solução alternativa de mobilidade.

No âmbito da execução do Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2008, de 20 de maio, criou -se em Portugal, por meio da Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2009, de 20 de fevereiro, o Programa para a Mobilidade Elétrica em Portugal, com o objetivo central de introduzir e massificar a utilização do veículo elétrico a nível nacional. A aposta na mobilidade elétrica visou, simultaneamente, (i) objetivos energéticos, como a redução da dependência energética externa de combustíveis fósseis, que deterioraram substancialmente a balança comercial do País; (ii) objetivos ambientais, nomeadamente, a redução da poluição atmosférica e das emissões de CO₂, bem como a redução dos níveis de ruído, que contribuem para a melhoria da qualidade de vida nas cidades, e (iii) objetivos económico -sociais, através da redução da fatura de mobilidade das famílias e empresas que optem por esta solução alternativa de mobilidade.

Resultados:

Com a entrada em vigor do Regulamento de Concessão do Direito de Uso Privativo de Espaço Público para a Instalação de Pontos de Carregamento de Baterias de Veículos Elétricos em Locais Públicos de Acesso Público no Município de Mafra, de acordo com o Regulamento n.º 780/2023, de 17 de julho, verifica-se que existem atualmente 51 postos de carregamento da rede de mobilidade elétrica, conforme Gráfico 121.

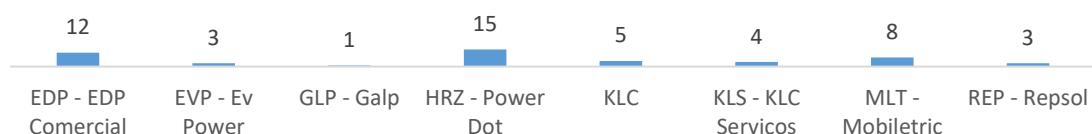


Gráfico 121 – Postos de carregamento da rede de mobilidade elétrica.

INDICADOR 5.13: Investimento do município aplicado em medidas e infraestruturas rodoviárias para modos suaves

Designação:	Investimento do município aplicado em medidas e infraestruturas rodoviárias para modos suaves
Linha Estratégica:	Infraestruturas
Fonte:	CMM
Tipo de indicador:	Realização
Ano(s) de referência:	2017
Periodicidade de monitorização:	Anual
Unidade de medida:	€
Data da última atualização:	Nov/2023

Tabela 102 – Investimento do município aplicado em medidas e infraestruturas rodoviárias para modos suaves.

Descrição:

O presente indicador avalia o investimento aplicado a medidas e infraestruturas rodoviárias adaptadas para modos suaves no município de Mafra.

Contexto e Relevância:

O investimento municipal na criação de infraestruturas e medidas de incentivo à deslocação da população através de modos sustentáveis é fundamental para a redução da pegada ecológica.

Resultados:

Verifica-se que anualmente são realizados diversos incentivos para a criação de medidas e infraestruturas rodoviárias para modos suaves. Contudo, verifica-se que desde o ano 2020 a 2022 existiu uma redução muito acentuada para os transportes públicos. No entanto, verifica-se uma subida de investimento em repartição multimodal em 2021, conforme Gráfico 122.

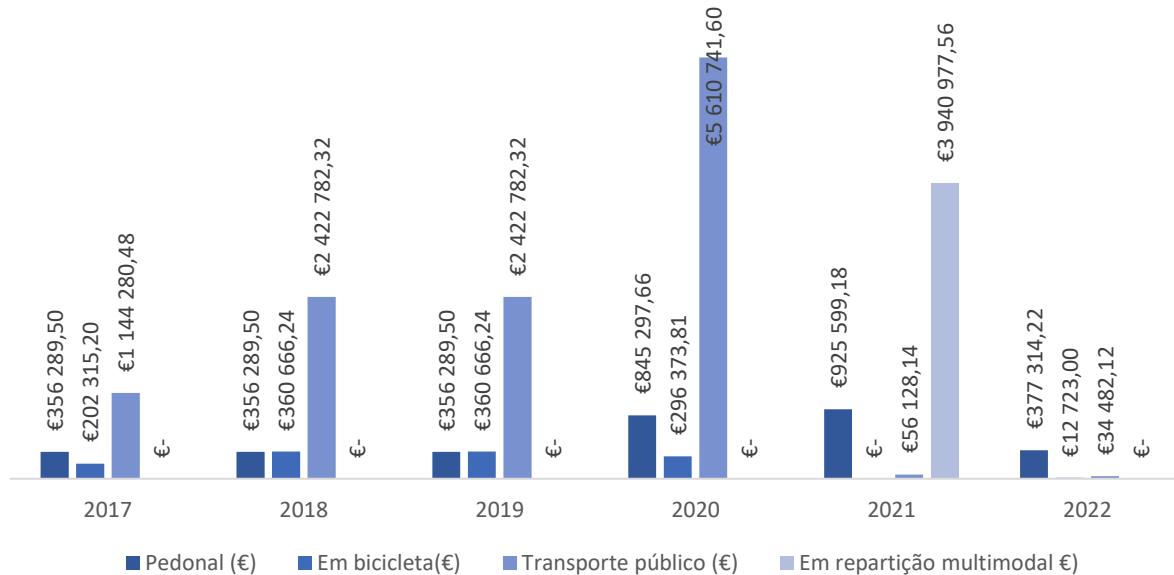


Gráfico 122 –Investimento do município aplicado em medidas e infraestruturas rodoviárias para modos suaves.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Hockings, M., Stolton , S., & Dudley, M. (2000). *Assessing Effectiveness: A Framework for Assessing the Management of Protected Areas*. Gland, International Union for Conservation of Nature and Natural Resources. .

Portugal, M. (2002). *Monitorização de Planos de Ordenamento. Caso de Estudo: Parque Natural da Peneda Gerês*. Porto: Portugal, Miguel. (2002) Monitorização de Planos de Ordenamento. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.